

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE LETRAS E LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS**

VALDETE APARECIDA BORGES ANDRADE

**MODALIZAÇÃO EM ARTIGOS CIENTÍFICOS
DA ÁREA DA LINGUÍSTICA**

Uberlândia
2010

VALDETE APARECIDA BORGES ANDRADE

**MODALIZAÇÃO EM ARTIGOS CIENTÍFICOS
DA ÁREA DA LINGUÍSTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Curso de Mestrado em Estudos Linguísticos, do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de concentração: Estudos em Linguística e Linguística Aplicada.

Linha de pesquisa: Linguagem, texto e discurso.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Travaglia

Uberlândia
2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

A553m Andrade, Valdete Aparecida Borges, 1966-
Modalização em artigos científicos da área da linguística [manuscrito] /
Valdete Aparecida Borges Andrade. - Uberlândia, 2010.
150 f. : il.

Orientador: Luiz Carlos Travaglia.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos.

1. Modalidade (Linguística) - Teses. 2. Análise do discurso - Teses.
I. Travaglia, Luiz Carlos. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa
de Pós-graduação em Estudos Linguísticos. III. Título.

CDU: 801.559

VALDETE APARECIDA BORGES ANDRADE

**MODALIZAÇÃO NOS ARTIGOS CIENTÍFICOS
DA ÁREA DA LINGUÍSTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Curso de Mestrado em Estudos Linguísticos, do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de concentração: Estudos em Linguística e Linguística Aplicada.

Uberlândia, _____ de _____ de 2010.

Prof. Dr. Luiz Carlos Travaglia – UFU/MG
Orientador

Prof^a. Dr^a. Elisa Guimarães Pinto – USP e UPM/ SP

Prof^a. Dr^a. Luisa Helena Borges Finotti – UFU/MG

Aos meus pais José Antônio e Maria Cilene,
e aos meus filhos Lucas e Henrique.

AGRADECIMENTOS

A Deus;

À vida;

Ao Prof. Dr. Luiz Carlos Travaglia: Mestre Amigo;

Às professoras Prof^ª. Dr^ª. Luíza Helena Borges Finotti e Prof^ª. Dr^ª. Maria Aparecida Ottoni pela relevante contribuição no Exame de Qualificação;

À professora Prof^ª. Dr^ª. Maura Alves de Freitas Rocha, grande incentivadora deste meu projeto;

Ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos - PPGEL, em especial à Prof^ª. Dr^ª. Alice Cunha pela atenção dispensada a nós, pós-graduandos;

À Gislene Andrade pelo estímulo à perseverança;

Às amigas que cultivei durante este percurso e o aos amigos de toda a vida;

Aos meus queridos filhos, Lucas e Henrique, por todos os motivos que uma mãe possa possuir;

Aos meus queridos pais, José Antônio e Maria Cilene, por todos os motivos que uma filha grata possa possuir.

O discurso científico, pois não só carece das funções argumentativas – uma vez centrado numa tomada de posição – mas também de aceitabilidade por parte da comunidade científica na qual ele está inserido; [...]. O público ao qual são endereçadas as publicações científicas não é passivo, visto que estão sob seu controle a matéria e a substância das comunicações que recebe. (GUIMARÃES, 2005).

RESUMO

Essa pesquisa tem por objetivo analisar a manifestação das modalidades no gênero **artigo científico** da área da Linguística, e as funções que elas exercem nos textos como marcadores de atitudes do falante, buscando regularidades em seu uso nessas funções e verificando sua relação com a argumentatividade nesse gênero de texto. Para tanto, objetivamos: i) identificar as modalidades que são atualizadas nos artigos científicos, bem como os modalizadores mais usados; ii) verificar as funções que as modalidades exercem nos artigos científicos da área da Linguística e em que medida essas funções se relacionam com o caráter argumentativo nesse gênero; iii) identificar as regularidades/generalizações no funcionamento das modalidades linguísticas no gênero artigo científico; iv) verificar se determinadas modalidades se correlacionam com movimentos nos artigos científicos, tais como: propor, atacar e defender uma ideia, propor uma ideia resguardando-a de possíveis questionamentos, etc...; v) verificar possíveis correlações regulares entre forma (modalizadores), modalidades atualizadas e: a) funções das modalidades; b) categorias da superestrutura do artigo científico. Sabemos que ao produzir textos as pessoas sempre os modalizam, padronizando a linguagem. Nossa hipótese é que a modalização e a padronização também aparecem no gênero artigo científico como regularidade; que há correlações regulares entre modalidades e superestrutura do artigo científico e entre modalidades e determinadas funções ou movimentos dentro do artigo científico; nos artigos científicos, as modalidades têm funções ligadas à argumentação; e que as modalidades aléticas e epistêmicas estabelecem-se, no gênero artigo científico da área da Linguística, como básicas. Para o desenvolvimento da pesquisa, inicialmente fizemos um estudo teórico do texto e do discurso sob o ponto de vista de diferentes autores, em seguida, analisamos as modalidades em correlação com a superestrutura do artigo científico com base nos estudos feitos por Van Dijk (1983 apud TRAVAGLIA, 1991) e por Castro (1976) para depois propormos uma superestrutura que consideramos pertinente para o nosso estudo dando destaque aos critérios básicos exigidos por essa área. Para investigarmos a sua estrutura argumentativa, tomamos como base teórica Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002). A metodologia que optamos é de caráter qualitativo e quantitativa focalizando os aspectos linguísticos e sociais do gênero **artigo científico** da área da Linguística. Neste estudo, utilizamos o quadro de modalidades reelaborado por Travaglia (1991), a partir do quadro proposto por Koch (1996), Guimarães (1979) e Travaglia (1981) para analisar as diferentes modalidades expressas por diversos recursos linguísticos. A definição das modalidades linguísticas foi abordada sob o ponto de vista de diferentes autores. Para tanto, buscamos a contribuição teórica de Travaglia (1991), Coracini (1991), Barros (2007), Bentes (2005), Koch (1996), Alexandrescu (1966) e Guimarães (1979). A partir deste estudo, concluímos que os autores/produtores utilizam as modalidades epistêmicas em toda a construção do texto, entretanto, verificamos que esse tipo de modalidade estabelece diferentes funções para cada uma dessas partes da superestrutura do texto. Já a modalidade volitiva aparece apenas na introdução e no final da conclusão para marcar intenções e pretensões. Verificamos também, como regularidade encontrada, que nos artigos científicos as modalidades mais usadas são epistêmicas, aléticas e deônticas, enquanto que as volitivas e imperativas pouco aparecem.

Palavras-chave: Modalidades. Argumentação. Artigos científicos.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the manifestation of the modalities in the genre **scientific paper** in the field of Linguistics and the functions they have in the texts as the speaker's attitude markers through searching for regularities in their use in these functions and verifying their relationship with the argumentation in such genre. Thus, we aim to: i) identify the modalities which are used in the scientific papers, as well as the most used modal markers; ii) verify the functions that the modal markers have in the scientific papers of the Linguistics field and how such functions are related to the argumentative role in this genre; iii) identify the regularities/generalizations in the functioning of linguistics modalities in the genre scientific paper; iv) verify whether certain modalities correlate with moves in scientific papers such as: to propose, to attack and to defend an idea, to propose an idea keeping it from possible questioning, etc...; v) verify possible regular correlations between form (modal markers), current modalities and: a) modalities functions; b) categories of the superstructure of the scientific paper. We know that when writing texts people always resort to modal markers, standardizing language. Our hypothesis is that modalities and standardization are also used in the scientific paper as a regularity; that there are correlations between modalities and the superstructure of the scientific paper and between modalities and certain functions or moves inside the scientific paper; that in scientific papers the modalities play roles related to argumentation; and that alethic and epistemic modalities are established, in the scientific genre of the field of linguistics, as basic. For such research, we did firstly a theoretical study of text and discourse according to different authors, we then analyzed the modalities in correlation with the superstructure of the scientific paper according Van Dijk studies (1983 apud TRAVAGLIA, 1991) and Castro (1996) and then we proposed a superstructure that we consider relevant for our study with emphasis to the basic criterion required by this area. For the investigation of the argumentative structure we adopted the theory of Perelman and Olbrechts-Tyteca (2002). The methodology we have opted for is qualitative and quantitative focusing on the linguistic and social aspects of the genre **scientific paper** in the field of Linguistics. In this study, we used the label of the modalities which was re-elaborated by Travaglia (1991) from the proposed label by Koch (1996), Guimarães (1979) and Travaglia (1981) so as to analyze the different modalities which are expressed by several linguistic resources. The definition of the linguistic modalities was elaborated taking into consideration several authors. For such definition we resorted to the theoretical contributions of Travaglia (1991), Coracini (1991), Barros (2007), Bentes (2005), Koch (1996), Palmer (1986) and Guimarães (1979). In this study, we have come to the conclusion that the authors/producers use the epistemic modalities in the construction of the text. Otherwise, we have verified that this type of modality establish different functions for each one of those parts of the superstructure of the text. As for the volition modality it is present in the introduction and in the final of the conclusions so as to mark intentions and pretentions. We also verified, as a regularity that we have found, that in the scientific papers the most used modalities are epistemic, alethic and volition, while the deontics and imperative ones are little used.

Key-words: Modalities. Argumentation. Scientific papers

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	27
2.1	LINGUÍSTICA TEXTUAL OU LINGUÍSTICA DE TEXTO	27
2.2	TEXTO E DISCURSO	34
2.3	MODALIDADES	36
2.4	MODALIDADES E ORIENTAÇÃO ARGUMENTATIVA	53
2.5	ARGUMENTAÇÃO	55
2.5.1	Técnicas argumentativas	62
2.5.1.1	<i>Argumentos quase-lógicos</i>	63
2.5.1.2	<i>Argumentos fundamentados na estrutura do real</i>	65
2.6	A SUPERESTRUTURA DO GÊNERO ARTIGO CIENTÍFICO	68
3	MODALIDADE E ARGUMENTAÇÃO – ANÁLISES E RESULTADOS..	73
3.1	PRELIMINARES.....	73
3.2	A ARGUMENTAÇÃO NOS ARTIGOS CIENTÍFICOS DA ÁREA DA LINGUÍSTICA.....	74
3.3	ANÁLISE QUANTITATIVA DOS DADOS.....	75
3.4	ANÁLISE QUALITATIVA DAS MODALIDADES NOS ARTIGOS CIENTÍFICOS DA ÁREA DA LINGUÍSTICA.....	89
4	CONCLUSÃO	141
	REFERÊNCIAS	145
	CORPUS	149

1 INTRODUÇÃO

Em todas as atividades humanas, sem dúvida, a língua é um dos principais instrumentos para que as interações sociais aconteçam. Segundo Bakhtin, “todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua” (BAKHTIN, 1997, p. 279), que sempre ocorre por meio de textos com que interagimos na comunicação. É por meio de textos que a língua funciona. Estudá-los tornou-se essencial para a área da Linguística Textual, pois conhecendo o “funcionamento” da língua, o falante adquire competência linguística para produzir e compreender diferentes categorias de textos.

É importante ressaltar que um dos principais objetivos de um produtor textual é convencer o ouvinte ou leitor de seus posicionamentos, para isso, ele deve argumentar a favor de suas ideias, mobilizando, conscientemente, alguns recursos. Sobre a produção textual, Bentes explica que

a produção textual é uma *atividade verbal consciente*, isto é, trata-se de uma atividade intencional, por meio da qual o falante dará a entender seus propósitos, sempre levando em conta as condições em que a atividade é produzida; considera-se, dentro dessa concepção, que o sujeito falante possui um papel ativo na mobilização de certos tipos de conhecimentos, de elementos linguísticos, de fatores *pragmáticos e interacionais*, ao produzir um texto. (BENTES, 2001, p. 254).

Nesse sentido, considerando a produção textual como uma atividade intencional, vale destacar a importância de alguns elementos utilizados em uma interação comunicativa. Neste estudo, vamos focalizar as modalidades. Mas, o que são modalidades? Basicamente as modalidades são caracterizadas pela marcação de atitude do falante em relação ao que ele diz. Segundo Travaglia, “tem-se definido modalidade como a indicação de atitude do falante em relação ao que diz; a explicitação de sua atitude face à situação que exprime numa proposição; a expressão do julgamento do locutor sobre o que diz.” (TRAVAGLIA, 1991, p. 78). Seguindo a perspectiva desse autor, podemos concluir que as modalidades estão comprometidas com a produção do enunciado, pois revelam um grau de engajamento maior ou menor de acordo com as escolhas do enunciador.

Após definirmos o termo modalidade, cabe-nos apresentar como concebemos a modalização, pois na análise que estamos propondo, iremos verificar tanto a regularidade das modalidades quanto do papel da modalização nos textos científicos da área da Linguística.

Assim como Guimarães entendemos por modalização “todos os elementos linguísticos que funcionam como indicadores de intenções, dos sentimentos e das atitudes do enunciador em relação a seu discurso.” (GUIMARÃES, 2005). O enunciador ao construir um texto oral ou escrito utiliza a modalização para marcar sua atitude.

Como nos artigos científicos os recursos linguísticos, com frequência, têm um uso argumentativo *stricto sensu* vai nos interessar o uso argumentativo da modalidade.

Para essa pesquisa, nossa posição é a de que o artigo científico, como qualquer outro texto científico, torna-se extremamente persuasivo e manipulador para o leitor “ingênuo” que não possui conhecimento sobre o funcionamento de recursos linguísticos disponibilizados pela língua, dentre eles, os modalizadores, objeto deste estudo. Assim, nossa hipótese neste estudo é que as modalidades (e os modalizadores que as expressam) têm um uso argumentativo na construção dos artigos científicos, contribuindo para o convencimento e persuasão do receptor do texto quanto às ideias propostas.

Muitos são os pesquisadores que estudam sobre a argumentação, dentre eles, destacamos Barros que explica:

o enunciador define-se como o destinador-manipulador responsável pelos valores do discurso e capaz de levar o enunciatário a crer, a fazer. A manipulação do enunciador exerce-se como um fazer persuasivo, enquanto ao enunciatário cabe o fazer interpretativo e a ação subsequente. (BARROS, 2007, p. 62).

Dessa forma, considera-se que o produtor do discurso científico busca convencer o leitor da “veracidade” do enunciado e, ao mobilizar os modalizadores linguísticos, ele os utiliza como estratégia persuasiva e manipuladora na produção de seu texto. Sabemos que a modalidade é um importante recurso para a argumentação, considerando que todo discurso, mesmo que de forma implícita, é argumentativo. Ainda nesta perspectiva, outra estudiosa do assunto, Coracini explica que “as modalidades constituem verdadeiras estratégias retórico-argumentativas, na medida em que pressupõem uma intencionalidade discursiva, não podendo ser isoladas do ato de fala em que estão inseridas.” (CORACINI, 1991, p. 120).

Nosso objeto de estudo é o gênero artigo científico publicado em revistas da área da Linguística, dentro do seu contexto sócio-histórico, ou seja, esta pesquisa irá se dedicar ao

estudo deste gênero considerando tanto a sua constituição interna quanto os fatores externos de sua produção.

Desde a antiguidade, a partir dos trabalhos de Aristóteles, muito se tem estudado a respeito das modalidades. Embora várias pesquisas tenham sido realizadas sobre as marcas de atitude do falante no texto, considerando-se o dinamismo da língua e os diversos tipos textuais, há a necessidade de acrescentar novas análises sobre este modo de o falante dar pistas linguísticas de sua atitude, marcar o sentido do texto ao expressar seu pensamento.

Sabemos, contudo, que diferentes abordagens para esse tema são possíveis e, por isso mesmo, representam verdadeira incógnita em determinados contextos cuja especificidade nos mostra que ainda há muito a ser investigado.

Assim, acreditamos que o estudo que estamos propondo **justifica-se** por tentar contribuir com os estudos da Linguística Textual no que se refere à investigação e análise das modalidades em relação à produção e compreensão de um gênero particularmente importante no meio acadêmico-científico: os **artigos científicos**. Além disso, em uma pesquisa preliminar, não encontramos estudos que se referem à modalização em artigos científicos na área da Linguística como também que correlacionem modalidade e argumentação dentro do gênero artigo científico. Neste sentido, também consideramos relevante e pertinente este estudo como forma de abordagem e estudo linguístico dos textos científicos, até para melhor entendimento de recursos persuasivos presentes em outros tipos de textos.

Para o desenvolvimento da pesquisa apresentamos um referencial teórico do texto e do discurso sob o ponto de vista de diferentes autores, depois examinamos a superestrutura argumentativa que compõe o gênero artigo científico, proposta por Castro (1976) e por Van Dijk (1983 *apud* TRAVAGLIA, 1991). Além disso, investigamos a estrutura argumentativa do gênero em estudo tomando como base teórica Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002). Em seguida, propomos uma superestrutura pertinente aos artigos científicos da área da Linguística, dando destaque aos critérios básicos exigidos por essa área. Vale ressaltar que este estudo fundamenta-se na área da Linguística Textual.

Do ponto de vista metodológico, analisar significa, de forma bem simples, procurar respostas para as indagações propostas. Acreditamos que a pesquisa é uma atividade voltada para a solução de problemas, através do emprego de processos científicos, tais como a pesquisa qualitativa e a interpretativista.

Desse modo, a análise proposta toma como base a pesquisa qualitativa e interpretativista. Segundo Moita Lopes, a pesquisa de base interpretativista representa um método de investigação diferente e que revela novas descobertas. “O foco neste tipo de pesquisa é no processo de uso de linguagem” (MOITA LOPES, 1996, p. 22), a qual se centra na análise de textos. Portanto, para responder as nossas perguntas da pesquisa, realizamos uma investigação de cunho qualitativo e interpretativo. Esse método muito nos interessa, não só por colaborar com a investigação dos textos, mas também por nos dar subsídios para explicar nossas descobertas.

A metodologia que optamos por utilizar é de caráter qualitativo, interpretativista e quantitativo, focalizando os aspectos linguísticos e sociais do gênero artigo científico. Para este estudo, utilizamos o quadro de modalidades reelaborado por Travaglia (1991), a partir do quadro proposto por Koch (1984), Guimarães (1979) e Travaglia (1981) que são analisadas as diferentes modalidades expressas por diversos recursos linguísticos.

Assim, para melhor especificar os **passos da pesquisa**, optamos por:

- a) Fazer levantamento de artigos científicos na internet e em revistas da área da Linguística para a composição do *corpus* da pesquisa;
- b) Estruturar o referencial teórico de sustentação da pesquisa e da análise, ampliando e especificando melhor o que vamos sugerir nos pressupostos teóricos;
- c) Analisar as marcas linguísticas de modalidade e modalização que compõem os artigos científicos para verificar as regularidades/generalizações no uso das modalidades que se manifestam em artigos científicos.

Para a descrição e análise da atuação das modalidades em **artigos científicos** foram coletados textos da área da Linguística. Após a seleção desses textos, analisamos as modalidades atualizadas, verificando as funções que elas exercem nos textos do gênero artigo científico como marcadores de atitudes do falante e seu uso argumentativo e que regularidades se estabelecem no uso dessas funções.

Como a proposta dessa pesquisa é de natureza textual-discursiva, o *corpus*, conseqüentemente, é constituído por textos. Desse modo, o *corpus* desse estudo é composto por dez artigos da área citada, os quais foram coletados de uma literatura mais atual, mais especificamente da última década, retirados de publicações em revistas impressas e internet.

Para a seleção do nosso *corpus*, priorizamos revistas que tem o indicador de qualidade com a classificação Qualis A e B. Vale lembrar que esse indicador é monitorado pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), órgão que busca um padrão de excelência acadêmica. A seleção de artigos com a avaliação feita pela Capes nos foi útil, pois serviu como parâmetro para garantir a qualidade do conteúdo dos artigos científicos analisados e que, supostamente, garantiu um corpus de artigos científicos bem produzidos, eficientes em seu propósito.

O **objetivo geral** deste estudo é verificar a manifestação das modalidades no gênero artigo científico, e as funções que elas exercem nos textos como marcadoras de atitudes do falante, buscando regularidades em seu uso nessas funções e verificando se, de alguma forma, têm uma relação com a argumentatividade nesse gênero de texto.

Os **objetivos específicos** são:

- a) Identificar as modalidades que são atualizadas nos artigos científicos, bem como os modalizadores mais usados;
- b) Verificar as funções que as modalidades exercem nos artigos científicos da área da Linguística e em que medida essas funções se relacionam com o caráter argumentativo nesse gênero;
- c) Identificar as regularidades/generalizações no funcionamento das modalidades linguísticas no gênero artigo científico;
- d) Verificar se determinadas modalidades se correlacionam com movimentos nos artigos científicos tais como: propor, atacar e defender uma ideia, propor uma ideia resguardando-a de possíveis questionamentos, etc.;
- e) Verificar possíveis correlações regulares entre forma (modalizadores), modalidades atualizadas e:
 - funções das modalidades;
 - categorias da superestrutura do artigo científico.

Para a realização de nossa pesquisa, partimos das seguintes **hipóteses**:

- a) Sabemos que ao produzir textos as pessoas sempre os modalizam, padronizando a linguagem. Nossa hipótese é de que a modalização e a padronização também aparecem no gênero artigo científico como regularidade;

- b) Há correlações regulares entre modalidades e superestrutura do artigo científico e entre modalidades e determinadas funções ou *movimentos* dentro do artigo científico;
- c) Nos artigos científicos, as modalidades têm funções ligadas à argumentação;
- d) Nossa hipótese é a de que as modalidades aléticas e epistêmicas estabelecem-se, no gênero científico da área da Linguística, como básicas.

Essa pesquisa surgiu a partir das seguintes **perguntas**:

- a) Como as modalidades atuam nos artigos científicos publicados em revistas da área da Linguística?
- b) Quais são as regularidades de uso com que as modalidades aparecem em artigos científicos?
- c) Qual é a função das modalidades mobilizadas pelos produtores de artigos científicos?
- d) Há correlações regulares entre modalidades e categorias da superestrutura do artigo científico?

Finalmente, busca-se responder as perguntas de pesquisa verificando se as hipóteses selecionadas se comprovam.

Como foi dito anteriormente, os recursos linguísticos são importantes subsídios para a argumentação, visto que todo discurso, mesmo que de forma implícita, é argumentativo. Segundo Fávero e Koch (1987), os textos que carregam um alto grau de argumentação são considerados argumentativos *stricto sensu*. Para este tipo de texto, Van Dijk (1983 *apud* TRAVAGLIA, 1991) estabelece uma estrutura hierárquica para a superestrutura argumentativa que são: hipótese, os argumentos e a conclusão. Assim, o estudo sobre a teoria de Van Dijk (1983), sobre a superestrutura argumentativa, nos permitirá observar se o gênero artigo científico se encaixa em uma estrutura convencional e se seus aspectos cognitivos e sociais são vinculados à superestrutura, ou seja, se o tipo de argumentação que o produtor textual produz depende da ou está relacionada de algum modo à superestrutura do texto. Deste modo, poderemos verificar como as modalidades linguísticas são utilizadas nas estruturas argumentativas *stricto sensu*.

Sabemos que o discurso científico se caracteriza como discurso argumentativo, pois a finalidade do produtor textual é persuadir/convencer o leitor. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002), persuadir é mais que convencer, assim não adianta convencer sem desencadear

a ação, ou seja, a persuasão. Portanto, o produtor, para ser eficiente ao produzir um texto, necessita ser convincente, selecionando recursos linguísticos para buscar a adesão do leitor em relação ao que é dito. Segundo Platão e Fiorin,

[...] para tornar o texto convincente, pouco adiantam manifestações de sinceridade do autor ou declarações de certeza expressas por construções como *tenho certeza, é óbvio, é evidente*. Num texto, não se prometem sinceridade e convicção. Constrói-se o texto de forma que ele pareça sincero e verdadeiro. A argumentação é exatamente a exploração de recursos com vistas a fazer o texto parecer verdadeiro, para levar o leitor a crer. (PLATÃO; FIORIN, 1996, p. 293).

Para a nossa análise, utilizamos os estudos da Linguística Textual que têm comprovado que a análise interna do texto deve ser feita, levando-se em conta o contexto social em que ele foi produzido, e que, portanto, não é possível realizá-lo sem considerar a estrutura social na qual o texto acontece. Entendemos que as marcas linguísticas, por sua vez, possuem um aspecto social e histórico. E é esse enfoque que pretendemos adotar neste estudo, haja vista a importância desses recursos linguísticos para a realização da intenção comunicativa do falante.

No que diz respeito à argumentação tomamos como referencial teórico o que é proposto basicamente por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002) e Ducrot (1981).

Sabíamos que no decorrer da pesquisa, as afirmações acima poderiam se revelar diferentes, no entanto, as estabelecemos como ponto de partida para os estudos das modalidades. Acreditamos que tais pressupostos foram pertinentes na medida em que nos conduziram à análise dos textos científicos sob diferentes pontos de vista.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Expomos neste capítulo os referenciais teóricos que sustentam nossa análise: a Linguística Textual, as modalidades sob o ponto de vista de diferentes autores, e, por último, falamos sobre a argumentação, seu processo e seus recursos. Nossa abordagem foi realizada tendo em vista um *corpus* constituído de textos escritos e observando as várias e diferentes teorias que se (pre)ocupam com o texto. Sobre esse assunto, aproveitamos a contribuição de Travaglia que adverte:

é preciso prestar mais atenção aos conceitos que dão aos nomes, evitando trazer para o contexto de um trabalho conceitos outros identificados alhures pelo mesmo nome, o que, sem dúvida, causará problemas de interpretação e entendimento, gerando confusões e discussões desnecessárias. (TRAVAGLIA, 1991, p. 13).

Sabemos que é por meio da análise do texto que podemos detectar as relações internas que são estabelecidas, de acordo com a intenção do produtor, como a “textualidade (tessitura), rede de relações que fazem com que um texto seja um texto.” (KOCH, 1996, p. 22). Estas relações são efetivadas a partir de marcas linguísticas, tais como: os conectores; as marcas das intenções; os modalizadores; os operadores argumentativos, entre outros. Entretanto, para este estudo, o foco são as modalidades e os modalizadores e sua atuação na argumentação científica.

2.1 LINGUÍSTICA TEXTUAL OU LINGUÍSTICA DE TEXTO

A Linguística Textual, conforme Koch (2006), é denominada Linguística do Texto por Harald Weinrich para designar os estudos que vão além da frase e que propõem o texto como objeto de pesquisa. Esse ramo da Linguística surgiu na década de 1960, na Europa, e alguns estudiosos aderiram à linha estruturalista, já outros, por meio da Gramática Gerativa, procuraram elaborar modelos de Gramáticas Textuais, a partir dos estudos das macroestruturas semânticas.

Os primeiros linguistas tiveram como preocupação estudar o texto a partir da frase, ou seja, a partir das relações que se estabelecem entre elas, para se chegar ao sentido de um todo (*análise transfrástica*). Nesse contexto, as relações entre os enunciados eram estudadas a partir da referenciação, em particular da correferência, que é um dos principais componentes para que a coesão textual aconteça. Portanto, o que se estudava naquela época restringia-se aos processos anafóricos e catafóricos que se estabeleciam entre dois ou três elementos do texto.

O segundo momento desses estudos referia-se à construção das *Gramáticas Textuais*. Na década de setenta, alguns estudiosos ainda continuavam presos à gramática estrutural, dessa forma se explica o interesse que existia em continuar construindo as “Gramáticas de Texto”. No início da década de 70, ocorreu a virada pragmática, que consiste no movimento de dar relevância aos aspectos pragmáticos diante dos aspectos sintáticos e semânticos, ou seja, a pragmática é tida como determinante em relação à semântica e à sintaxe.

De acordo com Koch, nessa época

os textos deixam de ser vistos como produtos acabados, que devem ser analisados sintática ou semanticamente, passando a ser considerados elementos constitutivos de uma atividade social complexa, como instrumentos de realização de intenções comunicativas e sociais do falante. (KOCH, 2006, p. 31).

Halliday e Hasan (1976), nessa mesma década, ao fazerem o estudo sobre os elementos coesivos, concebem o texto como uma unidade da linguagem em uso. Dentro dessa perspectiva, ele não é uma unidade gramatical, como a frase e a sentença, e não é definido por seu tamanho¹.

Somente em 1980, com a virada cognitivista, a Linguística de Texto ganha corpo e inicia a construção das teorias de texto, as quais são estudadas por vários pesquisadores, como Van Dijk, Weinrich, Schmidt, Koch, Fávero, Marchuschi, dentre outros. As pesquisas passam a dar importância para o estudo do texto em seu contexto pragmático. Nesse terceiro momento, o objeto de estudo da Linguística Textual passa a ser não mais a investigação da frase como uma unidade isolada, mas do texto como manifestação da linguagem. Segundo Koch,

¹ Tradução nossa para o seguinte trecho em inglês: “A text is a unit of language in use. It is not a grammatical unit, like a clause or a sentence, and it is not defined by its size.” (HALLIDAY e HASAN, 1976, p. 1).

O texto passa a ser considerado como resultado de processos mentais: é uma abordagem procedural, segundo a qual os parceiros da comunicação possuem saberes acumulados quanto aos diversos tipos da vida social, têm conhecimentos representados na memória que necessitam ser ativados para que sua atividade seja coroada de sucesso. (KOCH, 2006, p. 37).

A partir dessa época, para explicar os diversos fatores de textualidade, estuda-se não só a coesão, como já estava sendo feito por Halliday e Hasan (1976), mas também a ampliação do conceito de coerência textual.

A coesão é conceituada por esses autores como um fator semântico, que se refere às relações de significado dentro do texto, o que o define. Ou seja, a coesão estabelece relações entre os elementos no interior do texto e, para tanto, utiliza mecanismos e recursos, tais como os propostos por Koch (1989):

a) A coesão referencial que pode acontecer pelos seguintes mecanismos:

- Substituição: utilizando recursos como pró-formas pronominais, verbais, adverbiais e quantitativas (Formas remissivas não referenciais presas ou livres); por Ø ou forma referencial remissiva Ø no caso da Elipse,
- Reiteração: que utiliza como recursos as formas remissivas referenciais: expressões nominais definidas, nominalizações, expressões sinônimas ou quase sinônimas, nomes genéricos, hiperônimos ou indicadores de classe, repetição do item lexical, formas referenciais que categorizam metalinguisticamente ou não;

b) A coesão sequencial que acontece basicamente por dois processos: a coesão por recorrência ou parafrástica e a coesão frástica :

- A coesão por recorrência ou parafrástica usa como recursos a recorrência de: termos (mesmo item lexical); estruturas (paralelismo sintático); de conteúdos semânticos (paráfrase); de recursos fonológicos segmentais ou supra-segmentais (metro, rima, ritmo, aliterações, ecos, etc.); de tempo e aspecto verbal;
- A coesão por sequenciação frástica apresenta procedimentos relacionados à manutenção temática e à progressão temática. No que refere à manutenção temática a continuidade de sentidos é garantida pelo uso de termos pertencentes ao mesmo campo lexical

caracterizando o que se chama de contiguidade semântica ou “colocação” na terminologia de Halliday e Hasan (1976). A progressão temática envolve as questões relativas à articulação entre o tema/rema e aos modos de progressão temática que, segundo Koch (1989), citando Danes (1970), seriam a progressão temática: linear; com tema constante; com tema derivado; por desenvolvimento de um rema subdividido; com salto temático.

A coesão sequencial ou frástica se dá sempre por encadeamento que “permite estabelecer relações semânticas e/ou discursivas entre orações, enunciados ou sequências maiores do texto. O encadeamento pode ocorrer por justaposição ou por conexão.” (KOCH, 1989, p. 60). O encadeamento acontece, portanto, de dois modos:

a) Por justaposição:

- sem partícula : cabe ao leitor construir a coerência do texto;
- com elementos sequenciadores (sequenciadores no tempo do “mundo real”);
- com partículas ordenadoras ou continuativas de enunciados ou sequências textuais (linearidade e ordenação de partes do texto);

b) Por conexão estabelecendo:

- relações Lógico-Semânticas: estas relações estabelecem-se por meio de conectores ou juntores do tipo lógico que estabelecem relações de conjunção, disjunção, condicionalidade, mediação, temporalidade, conformidade [...];
- Relações discursivas ou argumentativas responsáveis pela estruturação de enunciados em textos, por meio de encadeamentos sucessivos. As principais relações discursivas ou argumentativas apresentadas por Koch (1989) são: conjunção, disjunção argumentativa, contrajunção, explicação ou justificativa, comprovação, conclusão, comparação, generalização/ extensão, especificação/ exemplificação, contraste, correlação/redefinição.

Outro fator responsável pela textualidade é a coerência, a qual é definida, a partir de uma perspectiva pragmático-discursiva, como um fenômeno que é construído pelos usuários da língua por meio de fatores de ordem cognitiva, situacional, sociocultural e interacional.

Segundo Koch, o conceito de coerência “passa a incorporar, ao lado dos fatores sintático-semânticos, uma série de fatores de ordem pragmática e contextual.” (KOCH, 2006, p. 36).

De acordo com Koch e Travaglia (2004) para se estabelecer a coerência atuam fatores como:

- a) elementos linguísticos: servem como pistas para a ativação dos conhecimentos armazenados na memória e constituem o ponto de partida para a elaboração das inferências;
- b) conhecimento de mundo: refere-se a conhecimentos que são adquiridos à medida em que vivemos;
- c) conhecimento partilhado: conhecimentos que são comuns tanto para o produtor quanto para o receptor de um texto;
- d) inferência: por meio do conhecimento de mundo, o receptor busca preencher lacunas para compreender frases ou trechos do texto;
- e) fatores de contextualização: são elementos que “ancoram” o texto em uma situação comunicativa determinada. Os fatores de contextualização podem ser a data, o local, a assinatura, elementos gráficos, timbre,... Já os fatores perspectivos ou prospectivos podem ser o título, autor, início do texto;
- f) situacionalidade: fator que estabelece a coerência dentro do texto, e que pode ser dividido em dois grupos: a) da situação para o texto (situação comunicativa propriamente dita); b) do texto para a situação (os referentes textuais são construídos no interior do texto);
- g) informatividade: refere-se ao grau de previsibilidade (ou expectabilidade) da informação contida no texto. Quanto maior o grau de previsibilidade, menor será o grau de informatividade. Isto é, o texto será menos informativo à medida que fornecer informações que já são esperadas pelo leitor;
- h) focalização: “a focalização tem a ver com a concentração dos usuários (produtor e receptor) em apenas uma parte do seu conhecimento, bem como com a perspectiva da qual são vistos os componentes do mundo textual.” (KOCH e TRAVAGLIA, 2004, p. 88);
- i) intertextualidade: ao se produzir e receber um texto, recorre-se a conhecimentos prévios de outros textos. A intertextualidade pode ser de *forma* (repetição de expressões, enunciados, trechos de outros textos ou estilo) ou de

conteúdo (textos que dialogam uns com os outros, como por exemplo, textos de uma mesma época, de uma mesma área de conhecimento, de uma mesma cultura);

- j) intencionalidade e aceitabilidade : “a intencionalidade refere-se ao modo como os emissores usam os textos para perseguir e realizar suas intenções, produzindo, para tanto, textos adequados à obtenção dos efeitos desejados.” (KOCH e TRAVAGLIA, 2004, p. 97). O produtor procura construir um texto coerente com o objetivo de conduzir o leitor a compreender seu sentido da maneira como foi desejado. A aceitabilidade refere-se ao esforço que as pessoas fazem para compreender e estabelecer o sentido do texto numa situação comunicativa. A intencionalidade tem a ver com a argumentatividade, já que de maneira explícita ou implícita há sempre uma intenção, um objetivo ao se produzir um texto. A argumentatividade se manifesta no texto por meio de marcas ou pistas, como, por exemplo, os tempos verbais, os operadores e conectores argumentativos, os modalizadores,...;
- k) consistência e relevância: esses são dois elementos essenciais para que um texto seja coerente. Para se ter a consistência é necessário que em todo enunciado não haja contradição, ou seja, que as partes do texto sejam compatíveis entre si. A relevância exige que os enunciados sejam interpretáveis como falando sobre um mesmo tema.

Assim, para explicar os diversos fatores de textualidade, estuda-se não só a coesão, como já estava sendo feito por Halliday e Hasan (1976), mas também a ampliação do conceito de coerência textual.

Com a virada cognitivista, em que se utilizam as Estratégias de Processamento Textual, a Linguística Textual adquire uma nova concepção de texto e abre caminho para a perspectiva sócio-cognitivo-interacionista, a qual faz parte de uma visão que incorpora os aspectos sociais, culturais e interacionais do indivíduo, como base para uma atividade linguística. Na perspectiva de Koch,

a concepção interacional (dialógica) da língua, em que os sujeitos são vistos como autores/construtores sociais, o texto passa a ser considerado o próprio *lugar* da interação e os interlocutores, sujeitos ativos que – dialogicamente - nele se constroem e por ele são constituídos, passando assim o sujeito a se constituir no interior dos mesmos. (KOCH, 2006, p. 43).

Pode-se verificar que, nesses 50 anos de Linguística Textual, houve um grande desenvolvimento em torno da concepção de texto. Em suas pesquisas, alguns teóricos partiram de uma unidade menor, a frase, para chegar ao estudo do texto; enquanto outros percorreram um caminho contrário e tomaram o texto como objeto de estudo. Como teórico que concebe o texto como objeto de estudo, Bernárdez (1982) vai além de uma mera definição e elabora um conjunto de características para melhor analisar o texto, definindo-o da seguinte forma:

unidad lingüística comunicativa fundamental, producto de la actividad verbal humana, que posee siempre carácter social; está caracterizado por su cierre semántico y comunicativo, así como su coherencia profunda y superficial, debida a La intención (comunicativa) Del hablante de crear um texto íntegro, y a su estructuración mediante dos conjuntos de reglas: las propias del nivel textual y las Del sistema de la lengua.² (BERNÁRDEZ, 1982, p. 85).

Resumindo, a Linguística Textual iniciou seus estudos a partir da Análise Transfrástica e da Gramática Textual, e passou de uma disciplina pragmático-discursiva para transformar-se em uma disciplina sócio-cognitivista-interativa. No Brasil, as pesquisas relacionadas a esse último estágio dos estudos sobre o texto tornaram-se centro de interesse para estudiosos como Luiz Antônio Marcuschi e Ingedore Villaça Koch.

Em relação à Linguística Textual, pode-se concluir que esse campo teórico, ao longo desses anos, provou que a análise interna do texto deve ser feita considerando o contexto social em que ele foi produzido e que, portanto, não é possível realizá-lo sem considerar a estrutura social, cognitiva e interacional na qual o texto acontece.

²: “Texto é a unidade lingüística comunicativa fundamental, produto da atividade verbal humana, que possui sempre carácter social, está caracterizado por seu centro semântico e comunicativo, assim como sua coerência profunda e superficial, devido à intenção comunicativa do falante de criar um texto íntegro, e a sua estruturação mediante os conjuntos de regras: as próprias do nível textual e as do sistema da língua.” (Tradução nossa).

2.2 TEXTO E DISCURSO

Na área da Linguística Textual, existem diversas concepções de texto, o que faz com que se estabeleça certa confusão entre os conceitos de texto e de discurso. Nesse trabalho consideramos esses dois termos como diferentes, mas indissociáveis quando se tenta explicar os fenômenos linguísticos. Achamos pertinente esclarecer, primeiramente, o que entendemos por discurso para somente depois explicitar como será concebido nosso objeto de estudo, o texto.

Assim como Travaglia chamamos de discurso

toda atividade comunicativa de um locutor, numa situação de comunicação determinada, englobando não só o conjunto de enunciados por ele produzidos em tal situação – ou os seus e os de seu interlocutor, no caso do diálogo – como também o evento de sua enunciação. (TRAVAGLIA, 2006, p. 67).

Ou seja, o discurso é uma atividade comunicativa em que tanto enunciador como enunciatário se vêem envolvidos numa situação de interação, regulada por um contexto sócio-histórico e ideológico.

Partindo do fato de que nosso objeto de estudo será o texto, definiremos, então, o que estaremos entendendo por texto. Para tal utilizaremos colocações advindas da Semiótica, com Barros (2007), e da Linguística Textual, com Koch (1996).

A semiótica busca analisar “o que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz” (BARROS, 2007, p.7), ou seja, tenta explicar suas relações intertextuais. A semiótica, dentre as diversas teorias que se preocupam em analisar o texto, ocupa-se deste estudo.

De acordo com Barros, “um texto define-se de duas formas que se complementam: pela organização ou estruturação que faz dele um “todo de sentido”, como objeto da comunicação que se estabelece entre um destinador e um destinatário.” (BARROS, 2007, p.7). A primeira definição, objeto de organização ou estruturação, refere-se ao estudo interno do texto, ou seja, seus mecanismos linguísticos e sua estruturação.

A referida autora, ao definir texto como objeto de comunicação, estabelece a relação entre o exame interno do texto e seu contexto sócio-histórico. Estas duas definições se inter-relacionam, pois ao analisar o texto buscam-se marcas ou pistas tanto internas quanto externas que lhe atribuem sentido. Nesta perspectiva, o estudo do texto pode ser concebido como

objeto de significação (análise interna do texto), e como objeto de comunicação (análise externa do texto).

Por outro lado, Koch não só conceitua texto, mas também estabelece a relação entre texto e discurso:

Pode-se tomá-lo em duas acepções: em sentido lato, para designar toda e qualquer manifestação da capacidade textual do ser humano, quer se trate de um romance ou poema, quer de uma música, uma pintura, um filme, uma escultura, etc., isto é, de qualquer tipo de comunicação realizada através de um sistema de signos. Em se tratando de linguagem verbal, tem-se o discurso [...] (KOCH, 1996, p. 21).

Segundo Koch (1996), o discurso é considerado como uma atividade comunicativa de um locutor, em uma determinada situação, englobando o conjunto de enunciados produzidos por ele e por seu interlocutor. Entretanto, para produzir comunicação, o discurso deve ser bem estruturado e compreensível na sua materialidade linguística, o texto.

Nessa perspectiva, Koch aborda o conceito de texto como qualquer unidade linguística que concretiza a intenção do falante e o conceito de discurso como uma atividade em que o locutor organiza uma unidade de sentido para assim comunicá-la. Observa-se que a autora se preocupa com os mecanismos de funcionamento textual, com sua estrutura interna, ou seja, com a relação estabelecida entre os enunciados e a sua tessitura.

Diante desse conceito, percebe-se que Koch demonstra preocupação com a tessitura textual e defende a posição de que o texto não é tido como uma estrutura pronta, mas que é concebido como um processo que está em constante construção. Ou melhor, o texto é considerado como uma produção verbal com diferentes fins sociais, como uma atividade intencional e interacional do falante.

De acordo com Travaglia, o texto é

entendido como uma unidade concreta (perceptível pela visão ou audição), que é tomada pelos usuários da língua em uma situação de interação comunicativa específica, como uma unidade de sentido e como preenchendo uma função/intenção comunicativa reconhecível e reconhecida, independentemente de sua extensão. (TRAVAGLIA, 1991, p. 24).

Koch também conceitua texto como “o resultado da atividade verbal de indivíduos socialmente atuantes, na qual estes coordenam suas ações no intuito de alcançar um fim social, de conformidade com as condições sob as quais a atividade verbal se realiza.” (KOCH, 1997, p. 22).

Assim, nesse estudo, concebemos o texto como uma unidade linguística concreta em permanente construção, a qual é tomada pelos usuários com a função de comunicação e de interação, sem levar em consideração seu tamanho.

Segundo Koch (1996), o discurso é, indiscutivelmente, estruturado a partir da relação entre os enunciados por meio das modalidades. Portanto, torna-se necessário, de acordo com a referida autora, para a análise de textos argumentativos, conhecer as leis que dizem respeito à oposição e às relações entre conceitos. Vejamos, a seguir, o conceito de modalidade sob o ponto de vista de diferentes autores.

2.3 MODALIDADES

Para que um texto seja compreendido, interpretado, é necessário que os componentes do enunciado estabeleçam relações ideológicas ou argumentativas. De acordo com Koch, entram na relação discursiva, ideológica ou argumentativa,

todos os aspectos relacionados à intencionalidade do falante, à sua atitude perante o discurso que produz, aos pressupostos, ao jogo das imagens recíprocas que fazem os interlocutores um do outro e do tema relatado, enfim, todos os fatores implícitos que deixam, no texto, marcas linguísticas relativas ao **modo** como é produzido e que constituem as diversas modalidades da enunciação. (KOCH, 1996, p. 32).

Para que o discurso se estruture e as relações se estabeleçam, é necessária a “seleção” de elementos linguísticos, tais como: os indicadores das pressuposições e das intenções; os operadores argumentativos e os modalizadores. Como já foi colocado, dentre esses elementos, o que nos interessa são as modalidades.

Podemos asseverar que as modalidades, ao estabelecerem relações em um enunciado, funcionam como marcadoras de tensão, compromissos, intenções, e também como reguladoras das forças ilocucionárias.

Entendemos como força ilocucionária, o ato que induz o destinatário a transformar uma situação, ou seja, apresentar palavras que criem obrigação. Segundo Ducrot, “realizar um ato ilocucionário é apresentar suas próprias palavras como induzindo, imediatamente, a

uma transformação jurídica da situação: isto é, apresentá-las, como criadoras de obrigação para o destinatário.” (DUCROT, 1981, p. 34). Para esse autor, as três palavras “apresentar, imediatamente, jurídica” são essenciais para distinguir o ato ilocucionário do ato perlocutório. O ato perlocutório pode não ser imediato. Por exemplo, se realizo o ato de consolar um amigo X, contando-lhe os males do amigo Y, que são ainda maiores, o efeito que desejo para minha fala pode ser indireto, ou nem mesmo pode vir a ocorrer. Assim, no ato perlocutório não se tem a necessidade de apresentar as palavras direcionadas para um determinado fim (consolar), ou seja, pode-se consolar sem apresentar a fala como consoladora. “Um enunciado performativo pode ser coroado de sucesso ou não, pode surtir ou não os efeitos desejados, mas não é em si mesmo nem verdadeiro nem falso: não é uma informação; é um ingrediente de um ato que se realiza verbalmente.” (ILARI & GERALDI, 1985, p. 74).

Ducrot assevera que “existe uma relação privilegiada no ato perlocutório, entre o ato e a fala, e que é constitutivo do ato ilocutório atribuir à fala um poder intrínseco.” (DUCROT, 1981, p. 34). De acordo com esse mesmo teórico, o ato ilocutório se apóia numa eficácia própria das palavras, do material utilizado na fala. O ato ilocutório está inscrito na frase. Então, se esse ato se concretiza na frase, é por meio da análise das modalidades, atuando como força ilocucionária, que teremos a possibilidade de verificar sua manifestação como recurso argumentativo dentro do texto.

O estudo das modalidades já foi e continua sendo discutido por vários estudiosos, conseqüentemente existe uma vasta quantidade de trabalhos a respeito das modalidades, como também muitas definições sobre esse fenômeno linguístico tão amplo e abrangente. A seguir algumas dessas definições elaboradas por diferentes autores:

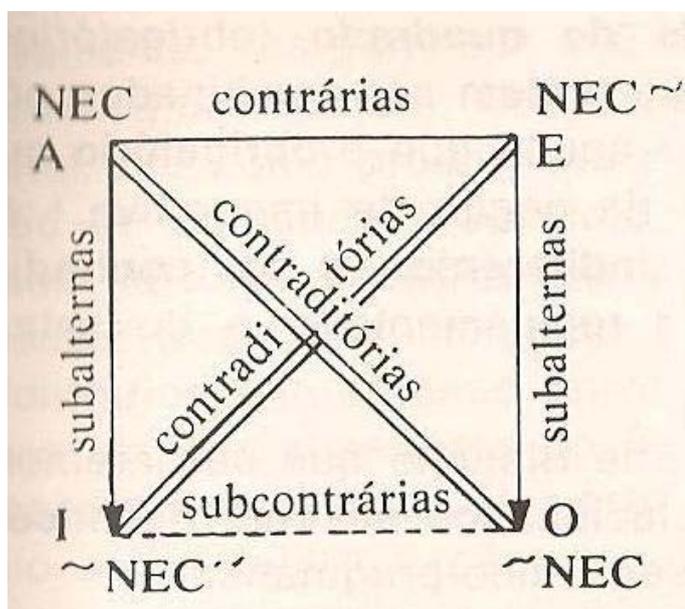
Para Halliday (1970 *apud* Mesquita, 1999, p. 35) modalidade significa “o julgamento do falante sobre as probabilidades ou obrigações envolvidas naquilo que está sendo feito.”

De acordo com Koch (1996), as modalidades são consideradas como parte da atividade ilocucionária, já que revelam a atitude do falante perante o enunciado que produz. É por meio das marcas linguísticas que o produtor textual adquire recursos para elaborar sua enunciação, seja “verdadeira”, persuasiva ou manipuladora.

Travaglia assevera que “tem-se definido modalidade como a indicação de atitude do falante em relação ao que diz; a explicitação de sua atitude face à situação que exprime numa proposição; a expressão do julgamento do locutor sobre que diz.” (TRAVAGLIA, 1991, p. 79).

Como mencionado, existem várias definições de modalidades, e mesmo havendo tantos conceitos diferentes, é inegável que todos se originam a partir do modelo clássico elaborado por Aristóteles. Segundo Koch, “Aristóteles já advertia que os enunciados de uma ciência nem sempre são simplesmente verdadeiros já que, muitas vezes, se formulam como **necessariamente** verdadeiros ou como **possivelmente** verdadeiros.” KOCH (1996, p.75). Vejamos, a seguir, o clássico quadrado lógico elaborado por Aristóteles:

Figura 1



(KOCH, 1996, p. 93)

A partir do quadrado lógico de Aristóteles, é possível classificar uma proposição como verdadeira ou falsa (eixo alético). A noção de possibilidade e necessidade de uma proposição altera seu sentido, assim como o impossível e o contingente.

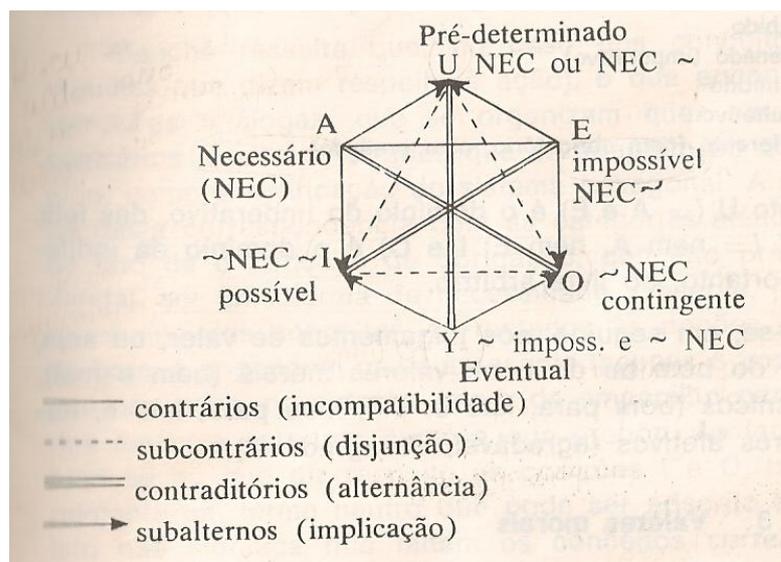
Segundo Blanché (1969 *apud* KOCH, 1996, p. 76), embora seja coerente, o quadrado lógico de Aristóteles se apresenta pouco satisfatório, pois o termo possível é usado para exprimir o que pode ser ou pode não ser, isto é, nem necessário nem impossível, o mesmo acontecendo com o termo contingente.

Mesquita (1999) assevera que as críticas são importantes desde que sejam feitas para ampliar os estudos que se referem às modalidades. Segundo essa autora, mesmo havendo tantas críticas aos modelos lógicos, é inegável que os autores que tratam da modalidade

geralmente partem da lógica modal, seja para concordarem com ela, seja para discordarem dela. (MESQUITA, 1999, p. 34).

A partir do quadrado lógico de Aristóteles, Blanché elabora o hexágono lógico, o qual permite estabelecer relações entre as modalidades aléticas, epistêmicas e deônticas. Observe:

Figura 2



(KOCH, 1996, p. 77)

Note-se que o hexágono nada mais é que a ampliação do quadrado lógico de Aristóteles. Para melhor compreensão do hexágono é interessante esclarecer que o termo NEC refere-se ao necessário, e \sim à negação do necessário. No hexágono, Blanché estabelece a tríade dos contrários A-E-Y, em que A pressupõe o necessário, o E o impossível e o Y refere-se ao neutro. Em contraposição a essa tríade, temos os subcontrários I-O-U. As modalidades que pertencem ao eixo dos subcontrários (I, O, U) são utilizadas pelo locutor para reduzir, atenuar a força do enunciado em oposição a tríade dos contrários (A, E, Y), em que reside o grau máximo de envolvimento do locutor.

De acordo com o hexágono de Blanché (1969 *apud* KOCH, 1996), as modalidades são assim distribuídas:

- a) Epistêmicas = referem-se ao eixo da crença, reportando-se ao conhecimento que temos de um estado de coisas;
- b) Deônticas = referem-se ao eixo da conduta;

- c) Imperativa = referem-se às leis. Ponto U (= A e E);
- d) Ponto Y (= nem A, nem E; I e O) é o domínio da indiferença;
- e) Modos aléticos = referem-se aos objetos do pensamento, àquilo que o locutor vê como possível, necessário, indispensável de acontecer.

Segundo Koch (1996) as modalidades que se situam no vértice superior do hexágono de Blanché (A, E, U) pertencem a um discurso autoritário, o locutor procura manifestar um saber (implícito ou explícito) e obrigar o interlocutor a aderir ao seu discurso (eixo alético, epistêmico, deontico, axiológico). Já as modalidades que se situam na parte inferior do hexágono (I, O, Y) pertencem ao campo da indeterminação, do livre arbítrio, da liberdade. Desse modo, o discurso apresenta-se como polêmico. O locutor não impõe a sua opinião, deixando, assim, ao alocutário a possibilidade de aceitar ou não os argumentos apresentados.

Como exemplo de um discurso autoritário que pertence ao eixo superior do Hexágono de Blanché, podemos citar um trecho retirado do nosso corpus:

- (1) Antes de formular uma ou algumas respostas possíveis para essa questão, vimo-nos **impelidos** a elaborar e a, **eventualmente**, responder outras interrogações: de que AD se trata, nesse caso? (PIOVEZANI, 2008, p. 7).
(introdução – do que se trata a pesquisa)

Tanto o termo *impelidos* (campo da obrigação) quanto *eventualmente* (campo da possibilidade) localizam-se no eixo superior do hexágono de Blanché. A modalidade imperativa (*impelidos*) apresenta a situação como criadora de uma ordem para o autor; a modalidade alética (*eventualmente*) pertence ao campo da necessidade e da possibilidade.

De acordo com Koch (1996, p. 81), vários teóricos, tais como: Benveniste (1974), Greetz e Melis (1976), Guimarães (1976), consideram como básicas as modalidades do necessário e do possível. Greimas (1976 apud KOCH, 1996, p. 81) considera básicas as modalidades do ser e do fazer.

Já Alexandrescu (1966, p. 19) assevera que os operadores *crer* e *saber* têm uma posição privilegiada em comparação a outras modalidades. Esse autor assinala que os lógicos, por considerarem a riqueza de todas as modalidades, as sistematizam em três categorias: alética, deontica e epistêmicas, e que se os lógicos estão interessados na lógica comportamental destes

conceitos, conseqüentemente, o linguista tende a inseri-los no processo de comunicação. Alexandrescu (1966) ressalta o fato de que os acordos, bem como os valores podem ser intercambiáveis entre um emissor e um receptor. Se as modalidades podem acompanhar uma troca de valores, para esclarecer seu caráter necessário, plausível..., podem tornar esse objeto de troca como um valor modal. “A obrigação e a necessidade de uma proposição (Op ou Np) colocam as questões de se saber para quem p é obrigatório ou necessário, quem aprecia o valor modal do enunciado p e em virtude de que sistema de normas.” (KOCH, 1996, p. 81). Desse modo, o sujeito da enunciação se coloca em uma posição privilegiada, o que faz com que a abordagem pragmática de tal pesquisa seja necessária.

Alexandrescu (1966) dá como exemplo a declaração p: “Eu escrevo uma carta” e apresenta outras variações para esse enunciado:

- (2) **É necessário** escrever uma carta.
- (3) **Eu sei que** é necessário escrever uma carta.
- (4) **Eu sei que** é necessário que você escreva uma carta.

Em (2) a declaração p se modaliza, enquanto em (3) e (4) há uma variação por meio da expressão “Eu sei que...” No enunciado (3) o sujeito da enunciação é o mesmo que da declaração (2), mas diferente de (4). A enunciação (2) inclui também um sujeito da enunciação, mas permanece implícito a afirmação "eu digo..."

Em relação a esses enunciados Koch explica que

o valor de verdade de uma proposição **p** determina a validade da modalidade **K** (saber), mas não a da modalidade **B** (crer), podendo, além do mais, o locutor possuir, para proclamar o seu saber ou a sua opinião, razões que nada tenham a ver com a verdade objetiva de suas asserções. (KOCH, 1996, p.82).

Fica claro, então, que a análise dos termos em (2), (3), (4) deve levar em conta tanto a lógica comportamental do conhecimento metalinguístico do falante, como a situação em que ele está inserido e as relações que estabelece em uma comunicação.

De acordo com Alexandrescu (1966), a escolha de um termo, por um enunciador para expressar sua atitude em relação a uma declaração ao enunciatário, é determinada pelo menos por dois critérios:

- a) a informação sobre **p**,

- b) o seu empenho em **p** (preferência, normas sociais, ações anteriores, intenções futuras, etc.).

Alexandrescu (1966) ressalta que se interessa apenas pelo comportamento metalinguístico dos operadores *crer* e *saber*, e não pela lexicalização desses operadores, o que para ele são secundários. Vejamos o esboço de uma análise semântica dessas modalidades feita por Alexandrescu (1966):

O ponto de partida para qualquer discussão desses termos é a diferença entre as duas propostas:

- (5) **Eu sei que** você pode chegar a Amsterdã, através de Antuérpia.
(6) **Acho que** podemos chegar a Amsterdã, através de Antuérpia.
(5') $Ka p$
(6') $Ba p$

O autor utiliza o símbolo *p* para se referir a uma declaração; *K* para determinar o operador modal do conhecimento (*saber*); e *B* o operador modal da crença (*crer*). Para ele o valor de verdade de uma proposição determina a validade da modalidade *K*, mas não a modalidade *B*, além disso, o orador pode ter que proclamar o seu conhecimento ou sua opinião em relação a um enunciado, o que pode não ter nada a ver com a verdade de suas afirmações. O fato de o locutor ter a certeza de seu conhecimento não é suficiente para declará-lo, ele deve, além disso, demonstrar a verdade de suas afirmações.

De acordo com o autor, pode-se perceber nos exemplos (5) e (6), de forma intuitiva, a diferença entre certeza e incerteza do falante sobre o fato de chegar a Amsterdã através de Antuérpia. É óbvio que essa diferença é o nível da enunciação, porque a afirmação de *p* é aparentemente inalterada. Mas, de imediato, surgem inúmeros problemas quanto à certeza do orador e do relacionamento entre ele e o valor de verdade de *p*. A atitude de um enunciador é determinada principalmente pela sua informação. Se o enunciador tem um bom mapa, ou já fez essa viagem por meio de uma conceituada agência de viagens, certamente ele irá enunciar (5) em vez de (6). Ou seja, se ele utilizou a rota para Amsterdã, através de Antuérpia, *p* é verdadeira, $Ka p$ pressupõe a verdade de *p* que torna-se válido e, desse modo, ter preferido o enunciado (5) se justifica. Entretanto, se a viagem a Amsterdã não foi feita passando por Antuérpia (isso vai depender do ponto de partida escolhido!): *p* é falso, $Ka p$ não é válido. Se

o falante, por outro lado, disse (5), em vez de (6), o que poderia ser alvo de críticas em p caso fosse provado falso, mas ele teria direito a fazer uma ressalva onde p poderia ser provado como verdadeiro. Ba p não pressupõe a verdade ou falsidade de p, mas uma relativização. "Eu acho que..." Desse modo, parece válido, depois de rever as informações sobre a viagem, se essas forem verdadeiras, culpar o enunciador por não ter tido a coragem de dizer, com confiança, o seu conhecimento sobre a melhor rota para se fazer a viagem.

Para exemplificar a asseveração e a relativização de um enunciado, vejamos abaixo o excerto extraído do nosso *corpus*:

(7) Nesse sentido, **creio que é preciso** não tentar “suplantar” as posições subjetivas”.(GRIGOLETTO, 2003, p. 86).
(relativização)

(7') Nesse sentido, **é preciso** não tentar “suplantar” as posições subjetivas.
(asseveração)

Em (7) o autor relativiza o enunciado, o que é perfeitamente comparável ao: “Acho que podemos chegar a Amsterdã através de Antuérpia.” Assim, ele utiliza o enunciado (7) certamente por não se sentir seguro em relação a seus posicionamentos; ou talvez para evitar a contra-argumentação, se resguarda modalizando o enunciado. Se o enunciador tem certeza daquilo que diz, ele irá enunciar (7'), mesmo existindo a possibilidade de uma contra-argumentação, que, certamente, poderá não ser compatível com o que ele enuncia.

Desse modo, as modalidades do crer (B) e do saber (K) estão intrinsecamente ligadas à elaboração de um enunciado ou de um texto. Já a presença das demais modalidades no enunciado, como: querer, desejar, dever, poder, etc..., é opcional. O que implica que os enunciados têm, mesmo que implicitamente, o operador crer e o operador saber.

Qualquer afirmação, como "Está quente hoje" teoricamente pode receber várias marcas do discurso. Observe:

- (8) Você diz que o dia está quente hoje.
- (9) **Juro que** está quente hoje.
- (10) **Eu quero que** o dia esteja quente hoje.
- (11) **Eu acho que** está quente hoje.
- (12) **Eu sei que** está quente hoje.

Sabemos que em um diálogo não há possibilidade de o falante declarar os cinco enunciados acima, então ele se sente impelido a definir a sua atitude em relação à p. Desse modo, ele irá escolher um desses enunciados de acordo com suas intenções comunicativas. Em cada enunciado a força ilocucionária é diferente, não tem o mesmo efeito. O orador afirma p mesmo sem ser ele o enunciador (8), e não pode jurar p sem o performativo em (9). Nós podemos, eventualmente, compreender o parecer do orador sobre o clima por meio da enunciação p, mas não podemos perceber seu desejo, como em (10), nem a sua pretensão de sabê-lo, como em (12). Já em (11), por meio da expressão modalizadora “Eu acho que...”, podemos perceber a incerteza do orador em relação aquilo que ele diz.

Alexandrescu (1966) observa, em seu artigo, que os operadores do *crer* e do *saber* regem qualquer ato de enunciação, porque todo ato de enunciação:

- a) exige um mínimo de informações a partir do falante sobre a situação designada por sua declaração;
- b) deve ser compatível com outras declarações do mesmo orador.

Segundo Koch (1996), o autor sustenta que os enunciados ou textos em que as modalidades do *saber* e do *crer* aparecem explicitamente não são equivalentes aos enunciados ou textos em que estão implícitas. Conclui-se, dessa forma, que todo enunciado sempre contém um operador B e K, mesmo que não seja explicitado, simplesmente porque a existência destes operadores é uma condição necessária, mas não suficiente para o ato de enunciação. “No entanto, os textos que não apresentam as marcas destas modalidades não são neutros do ponto de vista epistêmico, podendo sempre ser lidos ou sob o modo da opinião ou sob o modo do *saber*;...” (KOCH, 1996, p. 84).

Koch (1996) afirma que justificando o fato de postular o funcionamento de *crer* e *saber* quer no nível do *posto*, quer no nível do *pressuposto*, e das demais modalidades apenas no nível do *posto*, o autor apresenta o argumento da existência de uma *pressuposição unívoca* ligando *crer* e *saber* às outras modalidades. De fato, parece fácil aceitar que dizer “Eu juro que p” ou “Eu prometo que p” significa “Eu sei que p”, ou pelo menos “Eu creio que p”. No entanto, dizer “Eu sei que p” ou “Eu acredito que p”, não implica um compromisso ou uma promessa. As modalidades *querer* e *desejar* contém também um *pressuposto de generalização*,

mas de acordo com Alexandrescu (1966), parece que isto acontece em um outro nível de significação, o que poderia despertar interesse à psicanálise.

O que a hipótese do autor sugere é que qualquer afirmação *p* é modalizada pelo operador *B* ou *K* ou se modaliza também por outros operadores, que são secundários para eles. Visto nesta perspectiva, todo enunciado recebe nova dimensão epistemológica, que deve necessariamente ser a de uma opinião ou de saber, mas não ambos ao mesmo tempo. A enunciação pertence, necessariamente, a um lugar que fica entre incerteza e a segurança do orador. O produtor, ao construir seu texto, alterna as marcas de modalidades do *crer* e do *saber*, o que faz com que esse recurso se torne importante para a concepção dos seus objetivos. Para a nossa análise é pertinente observarmos esse “jogo” linguístico entre os operadores *crer* e *saber*.

Como dissemos, os textos que não possuem as marcas das modalidades *crer* e *saber* não são neutros do ponto de vista epistêmico, e podem ser lidos como um modo de opinião ou como modo de conhecimento. Assim, há duas leituras possíveis, dependendo da modalidade considerada dominante na produção textual, mas que geralmente não é percebida. Podemos interpretar o ato da enunciação como um discurso autoritário (*eu sei*, por isso é verdade) ou um discurso de tolerância (*eu acho*, por isso é possível).

A ocultação da modalidade epistêmica deixa sempre uma marca; a enunciação está presente, mas o falante apenas finge esquecê-la para dar a impressão de que seu discurso é neutro, e que o valor de seus enunciados é objetivo. É desnecessário dizer que a ocultação da modalidade epistêmica é acompanhada por uma “retórica do neutro”, ou seja, a expressão neutra tenta “esconder” o orador para que seu enunciado seja convincente. Há também outros casos em que a retórica arrasta a afirmação de uma modalidade para outra: do discurso tolerante, em que declaração deve pertencer às verdades questionáveis, para o discurso autoritário, em que o enunciado não pode ou não deve ser contestado.

A escolha de elementos linguísticos na enunciação é decisiva em uma situação comunicativa. O enunciador de acordo com suas informações ou interesses, mostra em sua enunciação a certeza ou a insegurança. Ele pode produzir duas leituras:

(13) **Eu sei que...** (certeza)

(14) **Eu acho que...** (incerteza)

Nesse caso, o falante acaba por adotar um enunciado ou outro, mas muitas vezes ao invés de utilizar a expressão: Eu sei que..., simplesmente diz: Eu acho que..., para que o seu enunciado seja aceito com mais facilidade.

Uma mudança semelhante de valores modais pode ocorrer em contextos como no exemplo abaixo. Vejamos a declaração:

(15) **É possível** visitar o museu entre 11h00 e 13h00.

O que permite ao ouvinte construir diferentes leituras:

(16) **Eu sei que** é possível visitar o museu entre 11h00 e 13h00.

(16') **Ka (Pp)**

(17) **Eu acho que** é possível visitar o museu entre 11h00 e 13h00.

(17') **Ba (Pp)**

(15) implica a verdade do Pp na enunciação, ao mesmo tempo (16) cria dois diferentes mundos possíveis em que Pp e, respectivamente, - Pp, são verdadeiras.

É fácil perceber em uma enunciação, o orador dizendo, apesar de ter uma informação insuficiente, "Eu sei que...", ao invés de: "Eu penso que..." por um simples ato de autoridade, intrepidez, etc. Como já dissemos, pode ser também bastante comum em uma enunciação a ocultação da modalidade para dar a impressão de um discurso neutro.

De acordo com Koch, as modalidades permitem ao leitor

marcar a distância relativa em que se coloca com relação ao enunciado que produz, seu maior ou menor grau de engajamento com o que é dito", "[...] deixar claro os tipos de atos que deseja realizar e fornecer ao interlocutor "pista" quanto às suas intenções"; "[...] introduzir modalizações produzidas por outras "vozes" incorporadas ao seu discurso. (KOCH, 1996, p. 88).

Assim, a partir dos trabalhos de vários estudiosos, podemos concluir que as modalidades funcionam não só para marcar a intenção do falante e regular seus atos ilocucionários, mas também para argumentar em favor de sua vontade e ideologia. Desse modo, torna-se imprescindível o estudo dessas marcas linguísticas para que possamos conhecer um pouco mais sobre as relações que se estabelecem entre os enunciados que o locutor elabora.

O quadro a seguir, elaborado por Travaglia (1991, p. 79), a partir do modelo clássico de Aristóteles, discutido por Koch (1996) e Guimarães (1979), mostra as modalidades a serem observadas nos **artigos científicos**.

Quadro 1

Imperativas	Obrigação	
	Permissão	
	Ordem	Positiva
		Negativa
	Proibição	
	Prescrição	
Deônticas	Obrigatoriedade	
	Permissibilidade	
Volitivas	Volição	
Aléticas	Necessidade	
	Possibilidade	
Epistêmicas	Certeza	
	Probabilidade	
Ausência de Modalidade		

Quadro elaborado por Travaglia (1991, p. 78)

Segundo Travaglia (1991), as modalidades são assim definidas:

As **modalidades imperativas** marcam que o falante vê o que diz como algo cuja realização ou não por outrem ou por ele mesmo é algo que ele pode determinar. Ele encara o que é dito como uma situação sobre cuja realização ele tem controle ou poder. (TRAVAGLIA, 1991, p. 79).

As **modalidades deônticas** têm a ver com a moral, o tratado dos deveres, das normas de conduta (TRAVAGLIA, 1991, p. 79).

Na **modalidade volitiva**, a “determinação” de realização da situação é interior ao locutor, originada em sua vontade, desejo, portanto em sua emotividade ou elementos profundos da psique que cabe mais à psicanálise determinar. (TRAVAGLIA, 1991, p.79).

As **modalidades aléticas** referem-se ao fato de o locutor ver a realização da situação como algo possível, viável (possibilidade) ou necessário, ou seja, como algo essencial, indispensável, inevitável (necessidade). (TRAVAGLIA, 1991, p. 80).

As **modalidades epistêmicas** têm a ver com “o comprometimento da fonte a respeito do *status* factual do que ele está dizendo” (LYONS (1969, p.307) *apud* KALMÁR (1982, p. 46), elas revelam “a crença do locutor na verdade do que diz, no momento da enunciação.” (GUIMARÃES, 1979, p. 67) (TRAVAGLIA, 1991, p. 80).

Esse quadro das modalidades foi selecionado para compor nosso estudo, pois, além de conceituar de maneira clara e objetiva as modalidades linguísticas, ele é mais completo que as abordagens das modalidades clássicas que têm origem nos trabalhos de Aristóteles. As modalidades consideradas tradicionais são assim divididas: aléticas, epistêmicas e deônticas. Entretanto, Travaglia (1991), por considerar que o modelo clássico é incompleto para mostrar as nuances de atitude do falante, acrescenta às modalidades clássicas, as volitivas e as imperativas.

Além das modalidades apresentadas por Travaglia (1991), as quais são muitas vezes relacionadas ao verbo, e também à proposição como um todo, já que ela é expressa por outros elementos, como por exemplo, os advérbios, neste estudo consideramos como modalizadores tudo aquilo que dá ao leitor a possibilidade de perceber a atitude do falante em termos de adesão ao que ele diz ou não, e em termos de aceitação no modo de dizer da própria enunciação. Dessa forma, trabalhamos com um conceito mais amplo de modalidade no sentido de que na enunciação qualquer elemento que revele a atitude do falante sobre algo que foi dito por ele ou por outrem modaliza o conteúdo de um enunciado.

Assim, para este estudo tomamos como modalizadores as expressões reformulativas explicadoras: isto é, ou melhor, ou seja, em outras palavras, etc. Essas expressões reformulativas marcam aquilo que o enunciador introduz como uma retificação, um esclarecimento à enunciação anterior.

Em relação a essas expressões Koch esclarece que

quando, através de um segundo enunciado, se corrige, suspende ou redefine o conteúdo do primeiro, se atenua ou reforça o comprometimento com a verdade do que nele foi veiculado ou, ainda, se questiona a própria legitimidade de sua enunciação. (KOCH, 1989, p.76).

Assim, consideramos, em nossa análise, essas expressões como modalizadoras pelo fato de que elas denunciam a intenção do enunciador de fazer com que o enunciatário compreenda melhor o que está sendo dito, e por revelarem o comprometimento do enunciador em relação ao conteúdo defendido e ao próprio modo de enunciá-lo. Observe os exemplos:

- (18) Por exemplo, em termos de sua função cognitiva, é importante que as palavras “linkadas” pelo produtor do texto constituam realmente palavras-chave, cuidadosamente selecionadas no seu léxico mental e relacionadas de

forma a permitir ao leitor estabelecer, ao navegar pelo hipertexto, encadeamentos com informações topicamente relevantes, para que seja capaz de construir uma progressão textual dotada de sentido. **Em outras palavras**, ao hiperleitor caberá, ao passar, por intermédio de tais links, de um texto a outro, detectar, por meio da teia formada pelas palavras-chave, quais as informações topicamente relevantes para manter a continuidade temática e, portanto, uma progressão textual coerente. (KOCH, 2007, p. 29).
(desenvolvimento – proposta da análise)

- (19) Um fato significativo que se apresenta na matéria Ata-me é que a autoridade em relação à identidade da leitora acontece também em termos de futuro, **ou seja**, a autora **estabelece**, de certo modo, o que seria normal para todas e, ao mesmo tempo, **delimita** o que normalmente acontecerá depois, sem deixar margem para algum futuro diferente daquele proposto. (MIRANDA, 2006, p.75).
(desenvolvimento – proposta da análise)

Consideramos também como modalizadores os conectores de contrajunção ou adversativos: mas e já. Às vezes, na enunciação, o falante pode discordar do outro e ao divergir de sua opinião, acaba revelando sua atitude por meio desses dois conectores adversativos.

Os conectores adversativos, mas e já, servem também na argumentação para dirigir a compreensão do texto e “impedir” que o leitor tire suas próprias conclusões a partir da enunciação anterior, ou seja, o autor não dá “liberdade” ao leitor de elaborar diferentes interpretações e o induz a aceitar seus argumentos, ou seja, a não aceitar o que foi dito anteriormente. Desse modo, o autor denuncia sua presença na enunciação ao direcionar o sentido do texto.

Ao usar o conector adversativo mas, o enunciador mostra que não está aderindo a um argumento ou a posição de outrem. Trata-se de uma enunciação em que o enunciador se contrapõe de algum modo e revela, pois, sua atitude. Vejamos o exemplo:

- (20) Cabe falar, isto sim, de um diálogo entre o usuário e o sistema hipertextual, cujo percurso não pode ser gerenciado pelo produtor durante o tempo de processamento, **mas** pode ser influenciado pela forma de estruturação do hipertexto e pelo uso de suportes de navegação e de orientação específicos deste. (KOCH, 2007, p. 31).
(desenvolvimento – proposta da análise)

Note-se que no exemplo (20) inicialmente a autora enuncia um juízo de valor em relação ao gerenciamento do percurso do sistema hipertextual, contrapondo-se ao que é considerado como verdade, para em seguida, por meio do conector adversativo *mas*, inserir um posicionamento em que, de fato, acredita. Dessa forma, a autora dá sua opinião, se posiciona e, ao mesmo tempo, direciona o leitor para um mesmo ponto de vista que coincide com o dela.

Em relação ao operador *já*, o autor além de se posicionar contra algo que já se tem como aceito, marca o argumento que julga mais importante para o encadeamento de seu discurso, sem se comprometer explicitamente. Por exemplo:

- (21) O sujeito-professor é, pois, colocado na posição de quem aceita as propostas do livro; com isso, qualquer posicionamento contestatório ou crítico fica dificultado.

Já o modo *personalizado* expresso no “você” como forma de designação do alocutário (professor) **ocorre** em contextos de instruções ou aconselhamentos. (GRIGOLETTO, 2003, p. 84).
(desenvolvimento – proposta da análise)

No exemplo (21) temos o conector adversativo *já* marcando o argumento que a autora julga fundamental para o encadeamento de suas ideias. A autora define a posição do sujeito-professor, e depois acrescenta a explicação de como “o modo *personalizado* expresso no “você”” acontece no contexto referido. Como podemos verificar, é um posicionamento marcado por meio do conector adversativo *já*.

Sabemos que na enunciação o desejo do autor é convencer/persuadir seu auditório, então, ele escolhe marcas linguísticas que vão ajudá-lo a tornar seu discurso mais eficiente possível. Se a linguagem for usada pelo enunciador com competência, fica mais fácil a persuasão. Assim, ao construir o enunciado, o enunciador passa a produzir um modo de fazê-lo, selecionando recursos linguísticos. Por isso, a escolha de elementos, como as expressões reformulativas explicadoras: isto é, ou seja, ou melhor,... e os conectores adversativos, *mas* e *já*, para conseguir ou aumentar o grau de adesão nos artigos científicos se justifica.

A seguir exemplificaremos, a partir do quadro proposto por Travaglia (1991), as modalidades linguísticas que serão analisadas por nós.

De acordo com Travaglia (1991, p. 80), nas modalidades imperativas, a determinação para realizar a situação é externa a quem vai executá-las. Vejamos o exemplo 22:

- (22) **Tome** dois litros de água para evitar a desidratação. (prescrição)
Não **venha** me visitar hoje! (ordem negativa)
Vá **tomar** banho. (ordem positiva)
Não **saia**. (ordem negativa)
Eu **permito** sua entrada na reunião. (permissão)
Eu te **obriço** arrumar sua cama todos os dias. (obrigação)
Eu te **proíbo** mexer na minha herança. (proibição)

“As modalidades deônticas referem-se ao eixo da conduta, isto é, à linguagem das normas, àquilo que se deve fazer.” (KOCH, 1996, p. 78). Vejamos o exemplo 23:

- (23) **É obrigatório comparecer** em todas as reuniões do colegiado.
(obrigatoriedade)
É proibido pisar na grama. (não permissividade)
É permitido brincar na grama. (permissividade)

A modalidade volitiva refere-se ao desejo, à vontade do locutor de realizar algo, sendo que a determinação da situação é anterior a sua realização. Vejamos o exemplo 24:

- (24) Este ano, **desejo** uma vida mais tranquila. (volição)
Hoje **quero** a sua companhia. (volição)
Superarei todos os obstáculos para chegar onde quero. (volição: intenção)
Tomara que haja evidências deste fato. (volição)

As modalidades aléticas têm a ver com o fato de o locutor ver a situação cuja realização é possível de acontecer, viável, necessária, fundamental. Essa modalidade pode vir combinada às epistêmicas. Vejamos o exemplo 25:

- (25): Atualmente, é **possível comprar** um carro sem pagar ágio.
(possibilidade + probabilidade)
Nesse sentido **seria possível liberar** a internacionalização da Amazônia.
(possibilidade + probabilidade)

As modalidades epistêmicas referem-se à certeza ou à dúvida do falante sobre aquilo que diz. Vejamos alguns exemplos em que a certeza é marcada pelos verbos no presente, pretérito perfeito, futuro do presente do modo indicativo, e a dúvida, pelo advérbio.

- (26) Poucas pessoas **conhecem** essa parte da história,...
(conhecem/presente do indicativo - certeza)
As autoridades judaicas **prenderam** novamente Jesus...
(prenderam/ pretérito perfeito do indicativo - certeza)
Rafael **chegou, arrumou** as malas e **saiu**.
(chegou/ arrumou/ saiu/ pretérito perfeito do indicativo - certeza)
Desta vez, você **terá** mais sorte no casamento.
(terá/ futuro do presente – certeza)
Talvez eu compre um carro novo amanhã.
(talvez/ advérbio – dúvida)

- probabilidade/possibilidade – podem ser marcadas pelo advérbio modalizador + verbo, ou uma oração principal. Vejamos o exemplo 27:

- (27): Quando menino, ele **provavelmente ouviu** histórias sobre fantasmas.
Mateus **tinha provavelmente** o pai entre seus admiradores.
É possível que eu venda esta casa.

De acordo com Travaglia (1991, p. 82), as modalidades podem ser expressas por uma série de recursos linguísticos que são os modalizadores:

a) por **verbos performativos**: ordenar, proibir, permitir, obrigar, etc.; b) por **auxiliares modais**: poder, dever, querer, precisar, ter + que, haver + de, deixar, necessitar, desejar, etc.; c) por **predicados** do tipo “**é + adjetivo**”, que constituem o que chamamos de “expressões” (Cf. 3. 2.3), algumas mais cristalizadas outras menos: é certo, é preciso, é possível, é necessário, é provável, é permitido, é obrigatório, etc.; d) por **advérbios**: talvez, provavelmente, certamente, necessariamente, possivelmente, etc.; e) por **modos e tempos verbais**: imperativo (modalidades imperativas), indicativo (certeza), subjuntivo (probabilidade, possibilidade); por usos modais de alguns tempos flexionais (V.3.3.2); f) por **verbos de atitude proposicional**: eu creio, eu sei, eu duvido, eu penso, eu acho, etc.; g) pela **entonação**: que permite distinguir uma ordem de uma prescrição, conselho ou pedido, por exemplo; h) pelo **sufixo “-vel”**, formador de adjetivos, usados com o verbo no presente do indicativo, equivalendo ao auxiliar modal “poder”: Este som é audível a dezenas de quilômetros/ Este som pode ser ouvido a dezenas de quilômetros. (TRAVAGLIA, 1991, p. 82).

Nesse estudo, verificamos, a partir de uma abordagem semântica, pragmática e discursiva, regularidades/generalizações do funcionamento das modalidades que podem ser expressos por diferentes recursos linguísticos de acordo com Travaglia (1991).

2.4 MODALIDADES E ORIENTAÇÃO ARGUMENTATIVA

Em “Modalidade e Argumentação Linguística”, Guimarães (1979) correlaciona as modalidades com as escalas argumentativas de Ducrot (1981). Esse teórico explica que a organização das modalidades em escalas argumentativas é capaz de explicar adequadamente o sentido dos enunciados modalizados.

Vale ressaltar que as escalas argumentativas podem ser definidas como uma série de argumentos que levam a uma mesma conclusão. Quanto mais fortes os argumentos, maior é a argumentação, que vai se estabelecendo no discurso por meio de relações linguísticas que orientam de um sentido para outro. A relação entre os sentidos vai depender de como a enunciação é feita, de como o enunciador faz suas escolhas linguísticas. Dentre as relações que se estabelecem entre o texto e o evento que constitui a enunciação, Koch (1996, p. 36) destaca as seguintes: os operadores argumentativos, as marcas de intenções, as pressuposições e os modalizadores, que revelam a atitude do falante perante o enunciado que produz.

Ducrot (1981) considera que certas modalidades conservam a orientação argumentativa dos enunciados enquanto outras invertem tal orientação; já Guimarães (1979) considera que um enunciado modalizado é um enunciado que apresenta uma orientação argumentativa própria, contrapondo-se a Ducrot.

Guimarães (1979, p. 52) nos dá como exemplo a seguinte sequência que é considerada aceitável. A expressão “é possível fazer” torna-se um argumento para que se faça algo. Na sequência do enunciado a seguir existe uma lógica. Observe:

(28) É possível fazer. Faça.

Já a sequência que vem a seguir é considerada inaceitável, pois contradiz aos aspectos intencionais do locutor.

(29) * É possível fazer. Não faça.

(30) * Não é necessário fazer. Faça.

Diante desses exemplos, concordamos com Guimarães quando ele diz que a orientação argumentativa parece estar presente nos enunciados modalizados e que a aceitabilidade ou inaceitabilidade de algumas sequências diz respeito aos aspectos intencionais. Em nossa análise também, assim como Guimarães (1979), correlacionamos as modalidades com a orientação argumentativa.

Segundo Ducrot (1981),

o valor argumentativo de uma frase não é somente consequência das informações por elas trazidas, pois a frase pode comportar diversos morfemas, expressões ou termos que, além de seu conteúdo informativo, servem para dar uma orientação ao enunciado, a conduzir o destinatário em uma direção. (DUCROT, 1981, p. 178).

Em um enunciado os fenômenos linguísticos são encadeados de modo a permitir estabelecer uma argumentação e, com frequência, uma escala argumentativa, fazendo com que o discurso adquira maior ou menor grau de argumentação. Vejamos os exemplos a seguir:

(31) **É possível** que esse seja o caminho para se explicitarem os reflexos da organização argumentativa dos textos na escolha lexical e buscar a solução para problemas levantados pela Linguística. (GRAEFF, 2007, p. 191).
(introdução – do que se trata a pesquisa)

(32) **É preciso** frisar, entretanto, que, como alternativa pedagógica, não basta que seja dada a oportunidade de leitura de textos como PMC para trabalhar as típicas perguntas insipientes de localização de informação ou conferir-lhes um tratamento paradidático. **É necessário** fazer com que o aluno perceba as estratégias discursivas presentes em um texto. (FARAH, 2008, p. 222).
(conclusão – balanço dos resultados)

Se observarmos as sequências (31) e (32), podemos notar que as expressões: é possível, é necessário, conduzem o leitor a uma conclusão. Essas expressões modalizadas

(modalidade alética) nos mostram uma direção argumentativa, conforme foi proposto por Guimarães (1979) e a força dos recursos linguísticos na argumentação, pois dizer que é possível inviabiliza que se recuse o caminho proposto sem contrapor uma boa razão. Do mesmo modo em (32) dizer que é necessário quase obriga o enunciatário a aceitar que o trabalho com as estratégias discursivas venha a ser feito com os alunos.

2.5 ARGUMENTAÇÃO

Como qualquer jogo, a linguagem tem a função, talvez a primeira de todas, de estabelecer relações entre os indivíduos. Serve para conciliar, divertir, ridicularizar, embaraçar [...] (DUCROT, 1981, p.170).
[...], o simples jogo da linguagem instaura, entre os indivíduos, certas relações de colaboração, de luta, de dominação, de dependência. (DUCROT, 1981, p.170).

Partindo do princípio de que a argumentação é constitutiva da linguagem, podemos afirmar que todo discurso é argumentativo. De acordo com Mosca, todo discurso é uma **construção retórica**, na medida em que procura conduzir o seu destinatário na direção de uma determinada perspectiva do assunto, projetando-lhe o seu próprio ponto de vista, para o qual pretende obter adesão. (MOSCA, 1999, p. 23).

Segundo Alexandrescu (1966), não existem enunciados neutros e, em decorrência disso, a argumentatividade é uma característica inerente à linguagem humana. Platão e Fiorin (1996) também asseveram que todo texto é argumentativo, porque todos são de certa forma, persuasivos.

O discurso convincente/eficiente é aquele que faz com que o outro se identifique com o que está sendo argumentado. Para que um discurso se efetive e seja convincente é necessário que sejam mobilizados recursos linguísticos argumentativos, tais como as modalidades. Para Coracini, a modalidade é a expressão da subjetividade de um enunciador que assume com maior ou menor força o que enuncia, ora comprometendo-se, ora afastando-se, seguindo normas determinadas pela comunidade em que se insere. (CORACINI, 1991, p.113). Assim, para cada enunciado, o produtor do texto seleciona determinados elementos linguísticos como estratégia argumentativa para persuadir e manipular seu leitor.

Muitos são os pesquisadores que estudam sobre a argumentação, entre eles, destacamos Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002) que explicam: toda argumentação visa à adesão dos espíritos e, por isso mesmo, pressupõe a existência de um contato intelectual. Para que esse contato aconteça, é necessário que aquele que fala leve em consideração seu auditório, pois quem ouve, na realidade, é quem comanda o uso dos processos argumentativos.

É imprescindível em um discurso argumentativo a existência de um **auditório**, seja ele universal ou particular. Para o produtor do texto, o auditório refere-se aos indivíduos a quem ele quer convencer/persuadir. Entretanto, para que o discurso argumentativo seja eficiente, é preciso saber a quem se pretende persuadir ou convencer, pois o êxito da argumentação vai depender da relação que o orador estabelece com seu interlocutor e da seleção dos argumentos. Aquele que fala deve conhecer qual é seu auditório, se particular ou universal, para buscar argumentos convincentes e, assim, ganhar sua adesão. Aquino assevera que

um discurso argumentativo deve, pois, refletir o modo de pensar da comunidade da qual seu auditório faz parte, suas opiniões dominantes, suas convicções mais arraigadas, e, fundamentalmente, a função social dos participantes naquela comunidade. (AQUINO, 1997, p. 24).

De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca, a variedade dos auditórios é quase infinita e que, querendo adaptar-se a todas as suas particularidades, o orador vê-se confrontado com inúmeros problemas. (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 29). Assim, esses autores acreditam que a causa da busca pelas técnicas argumentativas seja desencadeado pelo desejo do orador de conseguir um maior número de adeptos.

Primeiramente, antes de dominar essas técnicas, “o locutor deve adaptar seu discurso ao auditório, selecionando, organizando e apresentando os argumentos adequados aos seus objetivos e às características das pessoas que compõem este auditório.” (ARRUDA-FERNANDES, 1997, p. 24). Isto é, torna-se necessário que o locutor conheça as crenças, as opiniões, os valores que esse auditório tem por admitido, para a escolha de seus argumentos.

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002), persuadir é mais que convencer, assim não adianta convencer sem desencadear a ação, ou seja, a persuasão. Portanto, o produtor, para ser eficiente ao produzir um texto, necessita ser não só convincente, mas também persuasivo.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002) se propuseram a chamar de persuasiva a uma argumentação que pretende valer só para um auditório particular e chamar convincente àquela que deveria obter a adesão de todo ser racional (auditório universal). Nessa perspectiva, o locutor tem duas intenções: a de convencer e a de persuadir.

O auditório universal refere-se a toda a humanidade, ou seja, abrange todas as pessoas independentemente de cultura, raça ou época. Segundo Aquino, “a argumentação dirigida a um auditório universal procura convencer os interlocutores da evidência das razões apresentadas e de sua independência de contingências locais ou históricas.” (AQUINO, 1997, p. 161). Já o auditório particular é composto por um grupo de pessoas que tem traços em comum, ou composto apenas por um indivíduo.

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002), tanto o desenvolvimento quanto o ponto de partida da argumentação pressupõem acordo do auditório, que por sua vez está implícito. Assim, para que a argumentação seja convincente é necessário que o locutor estabeleça um acordo, que por sua vez deve ser aceito pelo ouvinte. Para introduzir seus primeiros posicionamentos, o orador utiliza as premissas que o ajudarão a fundamentar e iniciar seu raciocínio. As premissas são definidas como aquilo que as pessoas têm por admitido.

O objeto dos **acordos** que podem servir como premissas são agrupadas em duas categorias: a do real, que contém os fatos, as verdades e presunções; e a do preferível, que comporta os valores, as hierarquias e os lugares do preferível.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002), agrupam de um lado os **fatos e verdades**, de outro as **presunções**. Em relação ao fato, temos a noção de um acordo que se refere à realidade objetiva. Ou seja, os fatos são objetos de acordos tidos como um acontecimento preciso, observável, possível, não controvertido. Já os sistemas mais complexos, que tratam das teorias científicas ou de concepções filosóficas ou religiosas que transcendem a experiência, caracterizam-se como as verdades.

Apesar dos fatos e das verdades pertencerem a auditórios distintos, existe um intercâmbio entre eles "que permitem a transferência do acordo: a certeza do fato A, combinado com a crença no sistema S, acarreta a certeza do fato B, o que significa admitir o fato A, mais a teoria S, equivale a admitir B." (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 78).

Outro objeto de acordo, que pertence ao acordo universal, refere-se à presunção. Pelo fato de não existir a adesão total da presunção pelo auditório, ela é reforçada com outros

elementos dentro do discurso, e aqueles que a admitem, normalmente, já esperam esse reforço. As presunções estão relacionadas ao que é normal, verossímil (o que não é contestável) em um determinado grupo social. Um grupo social geralmente é instável, pois se um indivíduo comporta-se de maneira diferente dentro do grupo, suas atitudes podem alterar a conduta dos outros membros, mas, por outro lado, se ele extrapola os limites estabelecidos por esse mesmo grupo, poderá ser excluído.

Temos, também, caracterizados pelo acordo do auditório universal, os valores, as hierarquias e os lugares do preferível. Os **valores** estão ligados a um objeto, um ser ou um ideal, e que exercem sobre o auditório uma determinada influência. Conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca,

Os valores intervêm num dado momento, em todas as argumentações. Nos raciocínios de ordem científica, eles são geralmente restringidos à origem da formação dos conceitos e das regras que constituem o sistema em questão e ao termo do raciocínio, na medida em que este visa ao valor de verdade. (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 81).

Os valores são classificados em valores abstratos e concretos. As características dos valores abstratos condizem com a noção de envolvimento, tais como: a liberdade, a democracia, a caridade; já os valores concretos se vinculam a ser vivo, a um grupo determinado, por exemplo, a escola, o esporte, o Brasil, ou mesmo, um objeto particular. Segundo Aquino, “os valores concretos aplicam-se a seres ou objetos particulares considerados como um indivíduo único” (AQUINO, 1997, p 26), ou seja, a valorização do concreto está intimamente relacionada com a valorização da unicidade.

O vínculo estabelecido entre os valores concretos e abstratos costuma se caracterizar como uma argumentação conservadora. Talvez isso aconteça pelo fato de os conservadores, ao se julgarem realistas, tornam imprescindíveis valores abstratos, tais como honestidade, lealdade, fidelidade.

Na argumentação, a **hierarquia** encontra-se ao lado dos valores abstratos e concretos. As hierarquias podem ser concretas, pois revelam a superioridade de alguns seres em relação aos outros. Como exemplo, podemos citar a superioridade de uma classe social sobre outra menos favorecida economicamente. E também podem ser abstratas ao revelarem a superioridade do honesto sobre o trabalhador para uma determinada comunidade. Considerando que não existem valores universais que sirvam para todos os indivíduos, os

valores e, conseqüentemente, as hierarquias se manifestam, às vezes, diferentemente em culturas diversas.

As hierarquias existem em função dos valores, ou melhor, as hierarquias acontecem em função dos valores adquiridos em uma determinada comunidade. Portanto, elas passam a caracterizar o auditório, isso faz com que um determinado acordo tenha um grau de importância maior ou menor em um discurso argumentativo. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca,

os valores, mesmo se admitidos por muitos auditórios particulares, o são com maior ou menor força. A intensidade da adesão a um valor, em comparação com a intensidade com a qual se adere a outro, determina entre esses valores uma hierarquia que se deve levar em conta. (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 92).

Os **lugares** que se agrupam como objeto de valor relativo ao preferível, ao lado dos valores e as hierarquias, se fundamentam como premissas. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002) propõem para as premissas ou lugares seis classificações, sejam quais forem os auditórios: lugares de quantidade, da qualidade, da ordem, do existente, da essência, da pessoa.

O lugar de quantidade dá destaque àquilo que se tem de mais valor a partir da relação de quantidade, ou seja, daquilo que é mais durável, mais frequente, mais habitual, mais normal. Como exemplo de lugar de quantidade, apresentamos o panfleto de uma empresa especializada em emagrecimento, cuja finalidade é ganhar o maior número de adeptos. A propaganda veiculada dá ênfase à quantidade de dólares gastos em pesquisa. Observe:

(32) 6 MILHÕES de dólares em pesquisas,
para criar o método exclusivo da Curves.

Já o lugar de qualidade, ao contrário do lugar de quantidade, valoriza o que é original, único, opondo-se ao comum, ao normal, ao banal, ao vulgar. Esse tipo de valorização também se refere ao que é raro e difícil de obter, por exemplo, uma obra de arte ou uma pedra preciosa. Vale lembrar que esses objetos só terão valor se forem considerados raros, únicos e originais por um determinado grupo social.

De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002), os lugares poderiam ser reduzidos aos lugares de quantidade e de qualidade, entretanto, esses autores consideram útil tratar dos

lugares de ordem, do existente, da essência e da pessoa, dado o papel que representam como ponto de partida das argumentações.

“Os lugares da ordem afirmam a superioridade do anterior sobre o posterior, ora da causa, dos princípios, ora do fim ou do objetivo.” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 105). O que se deve combater é a causa de algum problema e não sua consequência. Ou seja, um médico não deve apenas tratar da doença diagnosticada, mas procurar saber a razão do incômodo que gera tal desconforto.

Os lugares do existente consistem na superioridade do que é real, comprovável, sobre o que é possível. Entre duas existências há de se fazer escolhas, como decidir entre o direito de vida de uma criança (existência possível) ou de uma mãe (existência real) diante de complicações de saúde em um parto. Nesse caso, a utilização dos lugares do existente pressupõe um grande número de discussões, pois faz com que se estabeleça uma hierarquia de valores para definir quem deverá viver, o filho ou a mãe.

O lugar da essência compara indivíduos concretos, ou melhor, concede um valor superior a um indivíduo que seja distinguido de outros pela qualidade da essência. Por exemplo, em uma eleição presidencial, ao convencer um grupo de pessoas a votar em um candidato dizendo que ele é honesto, nos deparamos com, por exemplo, a premissa que atribui o valor da honestidade como suficiente para que esse candidato seja um bom governante.

Entendemos como lugar de pessoa, os lugares que estão relacionados com a dignidade, o mérito, a autonomia, e também com o cuidado e com aquilo que exige esforço de alguém.

Sabemos que o objetivo da argumentação é conseguir adesão ou aumentar o grau de adesão dos indivíduos para um determinado fato, para tanto o enunciador utiliza estratégias argumentativas para que esses fatos sejam aceitos. Assim, ao falar, as pessoas agem retoricamente, ou seja, selecionam recursos linguísticos de acordo com sua intenção comunicativa para atingir seus objetivos na comunicação. Dentre esses recursos, temos as modalidades, as quais atuam na argumentação ao lado das pressuposições, dos operadores argumentativos, das marcas de intenções, dentre outros.

Em nossas análises, observamos o uso da modalidade como ação persuasiva na estruturação dos enunciados. Nos exemplos 33 e 34, o produtor, ao julgar algo como fundamental e necessário, utiliza-se do jogo da linguagem para levar o leitor a aceitar aquilo que está sendo colocado. Assim, o enunciador, ao produzir um discurso, dependendo da sua intenção comunicativa, aumenta ou diminui a possibilidade de adesão do auditório de acordo

com suas escolhas linguísticas. É o que se dá quando se utiliza a modalidade alética, como podemos observar nos exemplos a seguir:

- (33) Para descrever, com precisão, o afeto de que nos ocupamos **é preciso** ver como se dispõem as modalizações que o definem. (FIORIN, 2007, p.14).
(é preciso – necessidade)
(desenvolvimento – apresentar dados)
- (34) Entretanto, tal questionamento **não deve ser feito** com intuito de atingir, ou fazer o professor atingir uma consciência plena, tarefa impossível, **mas sim**, com o objetivo de abrir possibilidades para que o professor produza deslocamentos nas posições que lhe são oferecidas, mesmo que não se tenha nenhuma garantia dos resultados.” (GRIGOLETTO, 2003, p. 86).
(não deve ser feito – prescrição negativa)
(conclusão – balanço dos resultados)

No exemplo (33), podemos perceber que a intenção do autor, ao utilizar a modalidade alética da necessidade, é apresentar a situação como necessária, e, portanto, como tendo de ser feita para realizar o que se quer: descrever o afeto. Em (34), a prescrição negativa (não deve ser feito) vira um conselho. De acordo com Travaglia (1991) ao proferir um conselho o locutor considera-se com maior experiência que o alocutário, isso significa que o conselho comumente parte do mais experiente para o menos experiente. Dessa forma, a argumentação acontece por meio de um valor admitido por um grupo social que valoriza aquilo que se constrói com cuidado, zelo, esforço. Assim, se é alguém mais experiente que diz, deveria ser ouvido, atendido no que sugere. Além disso, o produtor ao inserir no enunciado a expressão “mas sim”, logo após a prescrição negativa “não deve ser feito”, não dá apenas um conselho, mas faz uma advertência. Isto é, o produtor dá um conselho com um tom de advertência no sentido de informar algo ao leitor.

O lugar de pessoa deriva de valores pessoais, tais como, dignidade, mérito, autonomia. No exemplo (34) temos esse lugar, que permite que o produtor sustente seu posicionamento baseando-se no prestígio que supostamente possui no meio acadêmico. Ao lançar mão do lugar de pessoa, o produtor exerce sobre o leitor uma determinada influência, o que acentua a força argumentativa do enunciado.

Desse modo, é necessário que o leitor conheça as manobras discursivas que compõem o discurso científico, pois, geralmente, esse tipo de discurso busca não ceder espaço à opinião do outro. Mesmo que os discursos se apresentem como objetivos, imparciais ou relativizados,

é preciso que o leitor/ouvinte conheça os recursos linguísticos que a língua disponibiliza para saber discernir, criticar o que está sendo argumentado em um enunciado.

“O ouvinte que percebe os argumentos não só pode percebê-los à sua maneira, como é o autor de novos argumentos espontâneos, e o mais das vezes não expressos, mas que ainda assim intervirão para modificar o resultado final da argumentação.” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 213). A argumentação pode construir um discurso capaz de fazer com que o leitor aceite a tese defendida.

Outra estratégia argumentativa capaz de fazer com que os argumentos apresentados sejam aceitos pelo auditório, são as técnicas de argumentação. Desse modo, para garantir a eficácia na comunicação, o produtor do texto deve, além de saber utilizar e reconhecer os recursos linguísticos, como as modalidades, conhecer as técnicas argumentativas.

Vejamos a seguir as técnicas argumentativas, as quais nos ajudarão a estabelecer um ponto de vista teórico para nossa dissertação.

2.5.1 Técnicas argumentativas

Assim, as manifestações de adesão explícita ou implícita são procuradas pelo orador, que utiliza uma série de técnicas para ressaltar a adesão ou para captá-las. (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 119).

O produtor textual ao tentar adaptar seu discurso a auditórios distintos, se vê obrigado a buscar diferentes técnicas argumentativas para obter um efeito persuasivo e de convencimento eficaz.

Segundo Abreu, “as técnicas argumentativas são fundamentos que estabelecem a ligação entre a tese inicial e a tese principal.” (ABREU, 2000, p. 49). Essas técnicas compreendem dois grupos principais: os argumentos quase-lógicos e os argumentos fundamentados na estrutura do real.

Os argumentos quase lógicos apóiam-se em fatos pré-existentes, já os argumentos fundamentados na estrutura do real apóiam-se na experiência e não mais na lógica. Nesse tipo de argumento, argumentar não é implicar, mas dar explicação sobre as coisas.

2.5.1.1 Argumentos quase-lógicos

- a) *Regra de justiça*: refere-se ao mesmo tratamento que se deve dar aos seres que pertencem a uma mesma categoria. Para essa técnica, Abreu nos dá o seguinte exemplo: "um filho, cujo pai se recusa a custear-lhe a faculdade, pode protestar, dizendo que acha isso injusto, uma vez que seus irmãos mais velhos tiveram seus cursos superiores pagos pelo pai." (ABREU, 2000, p. 52). Esse é um exemplo de justiça baseado em acontecimentos anteriores;
- b) *Retorsão*: nessa técnica utiliza-se o próprio argumento do interlocutor contra ele mesmo. De acordo com Perelman & Olbrechts-Tyteca (1999 apud PARREIRA, 2002), esta é uma estratégia argumentativa utilizada pelo locutor para mostrar ao seu interlocutor que aquilo que é abordado por ele é aplicável contra ele mesmo;
- c) *Ridículo*: essa técnica argumentativa desqualifica o interlocutor colocando-o em uma situação cômica. "O argumento do ridículo consiste em criar uma situação irônica, ao se adotar, de forma provisória, um argumento do outro, extraíndo dele todas as conclusões, por mais estapafúrdias que sejam." (ABREU, 2000, p. 54);
- d) *Comparação*: refere-se à técnica argumentativa que analisa duas ou mais coisas, comparando-as, em função de suas semelhanças e diferenças. No exemplo (35) temos a comparação entre realidades, assim como os exemplos de Perelman & Olbrechts-Tyteca: "Suas faces são vermelhas como maçãs", "Paris tem três vezes mais habitantes do que Bruxelas", "Ele é mais belo do que Adônis". (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 274). Vale lembrar que a comparação pode se dar por oposição (o pesado e o leve), por ordenamento (o que é mais pesado que) e por ordenação quantitativa (no caso a pesagem por meio de unidade de peso). Vejamos um exemplo de nosso corpus:

(35) Os antigos **viam** a paixão (o *páthos*) **como** uma *morbus animi* e, por conseguinte, como patologia. (FIORIN, 2007, p.10).
(introdução – do que se trata a pesquisa)

- e) *Compatibilidade e incompatibilidade*: refere-se à técnica argumentativa que faz com que o auditório perceba se a tese inicial é compatível ou não com a tese principal;
- f) *Definição*: as definições se subdividem em: lógicas, expressivas, normativas e etimológicas:

Definição lógica: define-se uma expressão, explicitando todas as diferenças existentes. A expressão que se define só tem um sentido, por isso são formas de raciocínio totalmente lógico. Segundo Abreu (2000, p. 56), as *definições lógicas* podem ser explicitadas da seguinte forma: Termo = {gênero + diferença 1 + diferença 2 + + diferença.

A seguir, temos um exemplo retirado de um artigo que compõe o nosso *corpus*, A informação gramatical nos dicionários (BORBA, 2007):

- (36) [...] e aqui vamos nos ocupar apenas das preposições (Prep) de dos advérbios (Adv). No **Houaiss**, a *Prep*. “a” **apresenta-se** dividida em três campos: 1- como relacional, com dez acepções; 2 – em perífrases, com duas acepções; e 3 – como introdutora de oração subordinada. (BORBA, 2007, p. 138).
(introdução – apresentar *corpus*)

No exemplo acima, temos a definição da *Prep*. no seu sentido literal. O autor raciocina de forma coerente para apresentar sua explicação sobre o termo, sem atentar para questões contextuais ou para o uso figurado.

Definições Expressivas: as Definições Expressivas não são atreladas à lógica. Elas dependem de como cada pessoa vê um determinado objeto ou situação. Veja, no exemplo (37), o ponto de vista do autor, modalizado por meio do verbo no futuro do pretérito “poder-se-ia”, em relação à paixão. Vale ressaltar que as situações expressas posteriores a um determinado momento, têm diferentes valores nocionais, tais como: polidez, cortesia, condição, polidez e incerteza, hipótese, dúvida. Esses valores desencadeiam o que habitualmente chamamos de valores modais. Vejamos o exemplo também foi retirado do artigo *Semiótica das Paixões: o ressentimento*:

- (37) Resumindo, **poder-se-ia dizer** que essa paixão resulta de um sentimento de injustiça, verdadeiro ou presumido, que leva a estados difusos de ódio, inveja e hostilidade. (FIORIN, 2007, p. 19).
(conclusão – balanço dos resultados)

Definições Normativas: “As definições normativas indicam o sentido que se quer dar a uma palavra em um determinado discurso e dependem de um acordo feito com o auditório.” (ABREU, 2000, p. 57). O referido autor nos dá o seguinte exemplo: Um médico poderá dizer, por exemplo: - *Para efeito legal de transplante de órgãos, vamos considerar a morte do paciente como o desaparecimento completo da atividade elétrica cerebral;*

Definições Etimológicas: consiste em dar uma explicação para uma determinada palavra a partir de sua origem. Segundo Abreu, “a palavra *convencer* pode significar vencer junto com o outro, pois é formada pela preposição *com* mais o verbo *vencer*” (ABREU, 2000, p. 57). Entretanto, as definições etimológicas podem não corresponder mais à realidade atual. Temos, por exemplo, a palavra átomo que, examinada etimologicamente, quer dizer aquilo que não pode ser dividido (a + tomo). Atualmente, sabemos que os átomos são partículas que se dividem.

2.5.1.2 Argumentos fundamentados na estrutura do real

- a) Pragmático – o argumento pragmático aparece na relação de dois fatos que acontecem sucessivamente por meio de uma mesma causa. Segundo Abreu (2000, p. 60) “o mais comum é a transferência de valor de uma consequência, para a sua causa. Exemplo: uma semana após a implantação do Novo Código Nacional de Trânsito, em 1988, os jornais divulgaram uma estatística que comprovava um decréscimo de acidentes com vítimas da ordem de 56%.” O que se pode perceber nesse exemplo é que a consequência (redução do número de vítimas em 56%) serviu de argumento para que as pessoas continuassem a usar o cinto de segurança e para comprovar a qualidade do Novo Código Nacional de Trânsito, ou seja, a tese de adesão inicial serviu de âncora para a tese principal.

- b) Desperdício – a argumentação por desperdício tem por objetivo convencer uma pessoa a não abandonar uma atividade que ela está realizando. Uma vez que se começa um trabalho, o melhor que se tem a fazer é finalizá-lo para não perder tempo e investimento.
- c) Exemplo – esse tipo de argumentação consiste em “tomar” uma situação que já aconteceu ou que está acontecendo e dá-la como exemplo. O exemplo pode ser retirado de atitudes vindas de pessoas ilustres que fazem parte do nosso dia a dia, e que admiramos.
- d) Modelo e Antimodelo – De acordo com Perelman (1999, p.234) o prestígio social pode servir para valorizar os atos, para suscitar tendências à imitação, para elaborar o ideal de um modelo do qual se procurará copiar a conduta pessoal. Entretanto se falta prestígio, os argumentos por modelo não têm valor. Cabe ressaltar que, a argumentação por modelo é uma variação do exemplo. Segundo Reboul (2004, p.182), o modelo é mais que o exemplo; é um exemplo dado como algo digno de imitação. Já o antimodelo refere-se a algo que não devemos seguir. Entretanto, esse tipo de argumentação é mais eficaz que o modelo, pois remete a pessoas, situações ou fatos desagradáveis os quais dificilmente alguém desejaria vivenciar ou ter como referência.
- e) Autoridade – este argumento refere-se à citação de pessoas importantes, que possuem algum domínio intelectual em uma determinada área. Quanto maior o grau de conhecimento da pessoa citada maior é a credibilidade que o leitor dá ao texto. Entretanto, devemos ressaltar que uma mesma autoridade pode ser valorizada ou não de acordo com aceitação do auditório. De acordo com Platão e Fiorin, a argumentação por autoridade

é a citação de autores renomados, autoridades num certo domínio do saber, numa área da atividade humana, para corroborar uma tese, um ponto de vista. O uso de citações, de um lado, cria a imagem de que o falante conhece bem o assunto que está discutindo, porque já leu o que sobre ele pensaram outros autores; de outro, torna os autores citados fiadores da veracidade de um dado ponto de vista. (PLATÃO e FIORIN, 1996, p. 285).

Observe alguns exemplos retirados do nosso corpus com relação ao argumento de autoridade:

- (38) **Theodor Nelson**, criador do termo nos anos sessenta, **considera** o hipertexto “um conceito unificado de ideias e de dados interconectados, de tal modo que estes dados possam ser editados em computadores.” (KOCH, 2007, p. 23).
(introdução – do que se trata a pesquisa)
- (39) **Benveniste sustenta** que toda enunciação evoca um alocutário, a presença de um outro diante do locutor que estabelecerá as condições necessárias para a formação do quadro enunciativo. (MIRANDA, 2006, p. 70).
(desenvolvimento – proposta da análise)
- (40) **Ducrot** (2000, p. 9) **explica** essa diferença e o que muda na comparação das duas... (GRAEFF, 2007, p.195).
(desenvolvimento – proposta da análise)
- (41) **Observe-se** que **Nietzsche** (1971, p. 52-55), ao analisar o ressentimento, considerou-o como o ódio interiorizado e recalcado pelos inferiores. (FIORIN, 2007, p. 18).
(desenvolvimento – proposta da análise)
- (42) Seguindo **Chiss e Puech**(1997), **aventamos** ainda um outro fator para que isso tenha ocorrido. (PIOVEZANI, 2008, p. 17).
(conclusão – balanço dos resultados)

Nos exemplos acima, os verbos no presente do indicativo: salienta, faz, explica, escreve, pertencem à modalidade epistêmica (eixo do conhecimento). O produtor textual seleciona estrategicamente o argumento de autoridade, para que seu discurso não seja facilmente contra-argumentado, já que essa é uma maneira perspicaz de legitimar e conferir um novo sentido ao discurso.

O discurso de autoridade é uma premissa que faz parte de um acordo prévio com o auditório. “O mais das vezes o argumento de autoridade, em vez de constituir a única prova, vem completar uma rica argumentação.” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 350).

Por vezes, a autoridade não é uma pessoa, podendo ser uma instituição ou um órgão, reconhecidos pelo auditório, de alta confiabilidade na execução do seu trabalho e na consecução de determinados objetivos. É o que ocorre, por exemplo, na publicidade de um produto destinado a área da saúde que diz que o mesmo foi aprovado pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), no Brasil, ou pelo FDA (Food and Drug Administration) nos Estados Unidos. Sabemos que esses órgãos governamentais são respeitados na área que atuam, por isso são tidos por nossa sociedade como uma autoridade. Dessa forma, citá-los é

uma forma de recorrer a uma autoridade sem que, necessariamente, se faça referência a pessoas.

- f) Analogia – “Quando queremos argumentar pela analogia, utilizamos como tese de adesão inicial um fato que tenha uma relação analógica com a tese principal.” (ABREU, 2000, p. 64). Essa técnica argumentativa não necessita ser longa, basta, às vezes, uma frase para que a argumentação seja convincente. Abreu exemplifica esse tipo de argumento com a frase de Ibn Al-Mukafa: “*Quem põe seus esforços a serviço dos ingratos age como quem lança a semente à terra estéril, ou dá conselhos a um morto, ou fala em voz baixa a um surdo.*” (ABREU, 2000, p. 66). O que se deseja com essa frase é convencer as pessoas, por meio da relação entre elementos de gêneros distintos, a ignorarem aquelas que não têm o sentimento de gratidão.

Essas técnicas argumentativas, portanto, transformam o que é tido como provável, possível em uma sensação de algo verdadeiro, real. Se essas técnicas forem bem empregadas, o discurso torna-se convincente/eficiente, fazendo com que o auditório se identifique com o que está sendo dito.

Nesse trabalho, correlacionamos a teoria argumentativa às modalidades, já que as modalidades revelam a atitude do falante em relação ao que ele diz, e a argumentação trata a respeito do jogo de suas intenções. Assim, esses aspectos nos interessaram para a compreensão do papel argumentativo das modalidades utilizadas pelo autor.

2.6 A SUPERESTRUTURA DO GÊNERO ARTIGO CIENTÍFICO

Segundo Marconi e Lakatos (1982), exige-se sempre a mesma estrutura nos artigos científicos: introdução, desenvolvimento e conclusão, que é basicamente a superestrutura de quase qualquer texto dissertativo. O uso dessa padronização ajuda em uma possível avaliação, pois o autor, ao utilizá-la, dá indícios de que teve um cuidado especial ao “construir” o texto e uma maior preocupação com o conteúdo. Sobre essa estrutura Castro (1976) esclarece:

- a) *Introdução*. O autor deve informar o assunto que irá tratar, o objetivo e a metodologia para que o leitor tenha uma visão clara daquilo que se pretende desenvolver na pesquisa. O autor precisa ter em mente alguns pontos que devem ser considerados: (a) *Importância do assunto ou do tópico*, cabendo ao autor avaliar a importância daquilo que ele pretende pesquisar (justificativa) (b) *O que se sabe sobre o assunto*. Deve-se investigar o que já foi publicado sobre o assunto. Esse tipo de pesquisa é frequentemente chamado de “revisão da literatura”.
- b) *Desenvolvimento*. Refere-se à exposição de um problema, de uma dúvida ou de uma curiosidade. Nesta parte do artigo, a análise dos dados deve ser verdadeira, ou seja, é necessário que o autor demonstre a veracidade dos dados analisados.
- c) *Conclusão*. A conclusão é a retomada do que foi apresentado de maneira ampla na introdução e é também o momento da avaliação dos resultados da pesquisa. Na realidade, o que se busca nesse item é expor as contribuições mais relevantes da pesquisa, bem como seus pontos fracos e a possibilidade, por parte do leitor, de ampliar a pesquisa. “Uma pesquisa abre novas perspectivas, sugere áreas em que nosso conhecimento é precário e abala convicções antigas; tais implicações devem ser exploradas no capítulo de conclusões.” (CASTRO, 1976, p.12).

Já Van Dijk (1983) assevera que a superestrutura do gênero artigo científico apresenta uma variante especial das superestruturas argumentativas. Para ele, a estrutura básica do artigo científico consiste em uma conclusão e sua justificativa, como também a colocação de um problema e uma solução. Segundo Van Dijk,

Em los discursos científicos se presenta una variante especial de las superestructuras argumentativas, de las que aquí daremos un breve ejemplo. La estructura básica del discurso científico no (sólo) consiste em una CONCLUSION y su JUSTIFICACION, sino también em um PLANTEO DEL PROBLEMA y una SOLUCION. (VAN DIJK, 1983, p. 164).

Para Van Dijk (1983), os discursos científicos se apresentam bem diferentes em outras disciplinas, e sua estrutura global pode ser claramente modificada. Entretanto, a aceitabilidade da publicação vai depender de uma série de critérios que exigem métodos e comunicação

adequados. Ou seja, para ele não é necessário que um artigo tenha um esquema canônico como o de Castro (1976). Com que concordamos, embora os artigos científicos pertencentes à área da Linguística tenham alguns requisitos básicos.

A seguir propomos uma superestrutura que consideramos pertinente para o nosso estudo, uma vez que na maioria dos artigos científicos da área da Linguística se é exigido minimamente tais categorias:

- a) Resumo – breve exposição do texto, em que apenas os aspectos mais relevantes são apresentados. Essa parte do artigo deve vir em Português e em uma outra língua;
- b) Palavras-chave – são palavras específicas que têm o propósito de deixar claro qual é o assunto tratado, ou seja, os pontos básicos que são tratados no artigo;
- c) Introdução – refere-se à apresentação dos objetivos, do *corpus*, da metodologia, das hipóteses, das partes do texto e do que trata cada uma;
- d) Desenvolvimento – parte do texto em que se apresentam as análises, as propostas e uma sustentação para elas. Nesta parte do artigo parece acontecer mais especificamente a argumentação;
- e) Considerações finais/conclusão - em que geralmente se faz um balanço do que foi conseguido. Às vezes, é a parte do artigo em que se apontam as falhas do estudo, o que constitui uma estratégia argumentativa. Na verdade, ao mostrar que falta algo, o autor está dando credibilidade para o trabalho dele, quer dizer, ele mostra que seu artigo é confiável, digno de credibilidade. Além disso, podem aparecer perspectivas de continuidade dos estudos.

Além de correlacionar determinados fatos com as categorias da superestrutura do artigo científico, verificaremos também se determinadas modalidades se correlacionam com o que chamaremos de movimentos que acontecem nos artigos científicos.

O termo movimento é definido por nós como ações que o autor realiza ao apresentar suas ideias relacionadas com seu estudo. Assim, consideramos movimentos quando o autor apresenta pretensões/objetivos do estudo, apresenta dados, ataca uma posição de outrem, apresenta resultados, discute alternativas para a interpretação dos dados analisados, contrapõe sua posição à de outrem... Dito de outra forma, o movimento é tudo aquilo que o autor está fazendo num determinado momento do artigo, quando, por exemplo, na introdução ele apresenta os objetivos, o corpus, as hipóteses, a metodologia; no desenvolvimento quando ele

apresenta a análise dos dados e resultados; ou na conclusão quando ele faz o balanço geral do que foi apresentado.

A seguir listamos os movimentos que foram utilizados na análise e que aparecem na quantificação feita na Tabela 1 do capítulo 3, em que apresentamos os resultados de nossa análise.

1) Movimentos que fazem parte da introdução:

- a) Do que se trata a pesquisa: parte do artigo em que é contextualizado o assunto que será abordado;
- b) Apresentar objetivos: colocação das metas que pretendem ser atingidas pelo autor;
- c) Apresentar corpus: apresentação do material que será analisado;
- d) Apresentar metodologia: apresentação do método que será empregado, ou seja, qual a linha de pesquisa será utilizada, como por exemplo, se quantitativa e/ou qualitativa;
- e) Apresentar hipóteses: parte do artigo em que são feitas colocações preliminares antes da comprovação dos resultados da análise. Ou melhor, esta parte do texto refere-se aos possíveis resultados que poderão ser validados no final da análise.

2) Movimentos que fazem parte do desenvolvimento:

- a) Apresentar dados: apresentação dos elementos do corpus que são especificamente objeto de estudo e análise;
- b) Análise dos dados: refere-se à análise pormenorizada e aprofundada do corpus, com análises, explicações e questionamentos. Esta é a parte do artigo em que podem aparecer soluções para questões conflituosas, ou apenas a exposição de causas e consequências de um problema;
- c) Refutação de ideias: colocação de ideias defendidas por outros autores com o objetivo de, posteriormente, contra-argumentá-las, dando enfoque contrário ao que já se tem como conhecido.

3) Movimentos que fazem parte da conclusão:

- a) Balanço dos resultados: síntese das ideias defendidas, ou seja, faz-se a retomada do assunto abordado. Esta é a parte do artigo em que, muitas vezes, aparece a avaliação dos dados analisados;

- b) Apresentar perspectivas: apresentação de uma possibilidade, sugestão ou até mesmo uma recomendação para ampliação da pesquisa.

Convém ressaltar que neste estudo consideramos as superestruturas de artigos científicos apresentadas tanto por Castro (1976) quanto por Van Dijk (1983), entretanto utilizamos a estrutura que propomos, por ser a que tem sido comumente exigida pela área da Linguística. Os movimentos foram propostos por nós por terem uma correlação pertinente com a função argumentativa das modalidades nos artigos científicos.

3 MODALIDADE E ARGUMENTAÇÃO – ANÁLISES E RESULTADOS

3.1 PRELIMINARES

Este trabalho permitiu-nos refletir sobre o uso das modalidades como recursos linguísticos em seu funcionamento, e verificar quais as funções que esses recursos desempenham em diferentes partes da superestrutura do gênero artigo científico.

As modalidades, assim como as marcas de intenção, os operadores argumentativos, as pressuposições, são marcas linguísticas argumentativas utilizadas pelo locutor para persuadir/convencer seu auditório a aceitar os argumentos apresentados e aderir a uma tese (ideia ou proposta de ação). Sem a utilização dessas marcas linguísticas a argumentação não se estabelece de maneira eficaz.

Partindo do pressuposto de que a manifestação das modalidades pode acontecer por meio de diferentes recursos linguísticos, nossa análise considera esses diferentes recursos, marcados pelos verbos, advérbios, substantivos, auxiliares modais, expressões cristalizadas, verbos atitudinais..., e também a manifestação dos mesmos itens lexicais sendo utilizados para fins distintos.

Como exemplo de um mesmo item lexical utilizado com funções diferentes, apresentamos algumas possibilidades do uso do verbo poder estudadas por Koch (1996, p. 74):

- (43) Paulo **pode levantar** este embrulho sem esforço. (certeza da possibilidade)
- (44) Paulo **pode ir** ao cinema hoje, eu lhe dei minha permissão. (permissibilidade)
- (45) Cuidado, esta jarra **pode cair!** (possibilidade)
- (46) Os inimigos **podiam ser** uns cem. (probabilidade)
- (47) O pai **pode castigar** os filhos desobedientes. (permissibilidade)

Vejamos a seguir um exemplo, retirado do nosso corpus, de um mesmo item lexical que estabelece dentro do texto uma função, quando há outra que poderia ocorrer:

- (48) Partindo do princípio de que um dicionário de língua **deve ser** avaliado a partir de sua concepção teórica, entendendo-se esta como uma teoria gramatical, uma das enfrentadas pelo dicionarista é como organizar

verbetes de palavras gramaticais. (BORBA, 2007, p.137).
(introdução – do que se trata a pesquisa)

Na proposição acima, temos o verbo dever (auxiliar modal) + ser (infinitivo) que, normalmente, é empregado como uma modalidade deôntica (O aluno deve comparecer a 75% das aulas/ obrigatoriedade), entretanto está sendo usado com a modalidade de necessidade (modalidade alética).

Assim, neste estudo levamos em consideração a manifestação dos mesmos itens lexicais sendo utilizados para desempenhar outras funções.

3.2 A ARGUMENTAÇÃO NOS ARTIGOS CIENTÍFICOS DA ÁREA DA LINGUÍSTICA

Como já dissemos anteriormente, a argumentação estabelece-se na língua por meio de recursos linguísticos e que um dos recursos utilizados para convencer/persuadir são as modalidades. Na composição de artigos científicos, como também de outros gêneros, as modalidades são muito usadas já que se trata de um recurso linguístico que transmite a atitude do falante em relação ao que ele diz. Por isso, é importante ressaltar a presença desses elementos nos artigos como uma eficiente estratégia argumentativa.

Após observarmos a superestrutura do artigo científico proposta por Van Dijk (1983) e por Castro (1976), e considerarmos a que propomos, investigamos com que regularidade as modalidades são usadas nas diferentes partes do texto, quais são as mais usadas, quais são as suas particularidades funcionais e sua correlação com os movimentos e com os recursos linguísticos utilizados nos artigos científicos por meio de duas tabelas: Tabela 1: Modalidades/ Movimentos e Tabela 2: Modalidades/ Recursos Modalizadores.

3.3 ANÁLISE QUANTITATIVA DOS DADOS

A análise quantitativa dos dados nos permitiu verificar a ocorrência das modalidades em funcionamento nos artigos científicos da área da Linguística. As tabelas 1 e 2 que virão a seguir mostram o resultado das ocorrências dessas modalidades na superestrutura do gênero artigo científico.

Para realizar a análise quantitativa estabelecemos alguns critérios relativos aos movimentos e às funções que as modalidades realizam em diferentes partes da superestrutura do gênero analisado por nós.

Na primeira tabela, correlacionamos o quadro das modalidades (TRAVAGLIA, 1991) com os movimentos (ações do produtor) que acontecem, por exemplo, na introdução dos artigos científicos, quando o autor apresenta os objetivos, a metodologia, a hipótese, o *corpus*; no desenvolvimento, quando ele apresenta os dados e faz a proposta da análise; e na conclusão quando ele faz um balanço geral do que foi apresentado, apresenta novas perspectivas e falhas que foram detectadas durante a elaboração do texto.

A tabela 1 nos ajudou a perceber as correlações regulares entre modalidades e superestrutura do artigo científico, e entre modalidades e determinadas funções ou movimentos dentro do artigo científico. Vale esclarecer que em alguns momentos durante a análise não foi possível quantificar alguns movimentos (ações do produtor), como, por exemplo, quando ele propõe um grupo de ideias que é relativizado anteriormente. Existem alguns fenômenos linguísticos que não são passíveis de serem detectados em uma análise quantitativa, por essa razão nossa análise é também qualitativa e interpretativista.

Na segunda tabela temos o quadro das modalidades só que, desta vez, correlacionado com recursos linguísticos específicos, tais como: presente do indicativo, pretérito perfeito, futuro do presente, futuro do pretérito, presente do subjuntivo, particípio, infinitivo, gerúndio, imperativo, marcas de impessoalização, expressões cristalizadas, expressões reformulativas, advérbios, conector adversativo, uso de autoridade, auxiliares modais e verbos atitudinais. Essa tabela nos ajudou a perceber quantitativamente as marcas de atitude do falante, como certeza, dúvida, obrigação, necessidade, ordem, desejo e possibilidade nas diferentes partes do artigo científico, e verificar quais dos recursos linguísticos citados acima são mais usados nos artigos científicos do nosso *corpus*.

Para a elaboração dessas duas tabelas, primeiramente analisamos separadamente os artigos que compõem o nosso *corpus*, em seguida elaboramos uma tabela única, em que estão agrupadas todas as quantificações em valores absolutos encontrados, e depois as transformamos em valores relativos (porcentagem). Esses valores relativos nos mostraram como as modalidades se manifestam nos artigos científicos, quais as diferentes funções ou movimentos que elas exercem nos textos como marcadoras de atitude do falante e as regularidades em seu uso nessas funções. Além disso, por meio dessas duas tabelas verificamos a relação das modalidades com a argumentatividade nesse gênero de texto.

O objetivo do autor em um texto científico é buscar durante todo o processamento do texto a aceitação, a adesão do leitor ao assunto abordado. Para tanto, ele faz diferentes escolhas linguísticas para dar sustentação aos seus argumentos. Assim quando o autor seleciona um número maior de modalidades em detrimento de outras em partes específicas do texto, sua intenção é convencer o leitor de seus posicionamentos sem impor um conhecimento, no caso, científico. E mais, a escolha de certas modalidades para desempenhar diferentes funções em todo o texto é estratégica, pois essas escolhas é que vão ajudar a estabelecer a interação autor-leitor-texto.

Vejamos a seguir as várias correlações entre as modalidades e os movimentos (ações do autor), e as modalidades e os recursos modalizadores, que são utilizados pelo autor para marcar sua atitude em relação ao que diz.

As tabelas 1 e 2 revelam valores relativos (porcentagem) das ocorrências de modalidades.

A tabela 1 refere-se à correlação das modalidades com os movimentos (ações do autor) no artigo científico. Essa tabela nos mostra as regularidades com que as modalidades são utilizadas em diferentes momentos do artigo científico. Observe-se:

Tabela 1 - Modalidades/Movimentos

modalidade	Movimento	Resumo		Introdução					Desenvolvimento				Conclusão		Total							
		Do que se trata a pesquisa	objetivos	Apresentar corpus	Apresentar metodologia	Apresentar hipótese	Apresentar dados	Proposta da análise	Refusãoção de ideias	Balanco dos resultados	Apresentar perspectivas											
imperativa	obrigação													3/3	100%	3/3	100%					
	permissão																					
	ordem	1/31	2/31	6,46%	1/31	3,22%	4/31	12,90%	20/31	64,52%	3/31	9,68%				31/31	100%					
	proibição																					
	prescrição																					
deontica	obrigatoriedade.	1/33	2/33	6,07%	1/33	3,03%										6/33	18,18%	9/33	27,27%	33/33	100%	
	permissibilidade																					
volição		1/6	3/6	50%												1,6	16,67%	1/6	16,67%	6/6	100%	
alética	necessidade	1/38	2/38	5,26%	2/38	5,26%	5/38	13,16%	14/38	36,84%	11/38	28,95%				11/38	28,95%	5/38	13,16%	38/38	100%	
	possibilidade	2/182	4/182	2,20%	2/182	1,10%	2/182	1,10%	11/182	6,05%	21/182	11,53%	76/182	41,76%	10/182	5,50%	21/182	11,53%	10/182	5,50%	182/182	100%
epistêmica	certeza	49/3225	326/3225	10,11%	63/3225	1,96%	148/3225	4,59%	38/3225	1,18%	402/3225	12,46%	1.343/3225	41,65%	48/3225	1,47%	375/3225	11,63%	131/3225	4,06%	3225/3225	100%
	probabilidade	1/124	9/124	7,26%	3/124	2,42%			16/124	12,90%	9/124	7,26%	49/124	39,52%	6/124	4,83%	17/124	13,71%	8/124	6,45%	124/124	100%
ausência de modalidade		9/652	63/652	9,66%	30/652	4,60%	23/652	3,53%	7/652	1,08%	42/652	6,44%	288/652	44,17%	23/652	3,52%	82/652	12,58%	53/652	8,13%	652/652	100%

Constatamos, por meio da análise da tabela 1, a existência de uma grande ocorrência da modalidade epistêmica de certeza e da modalidade alética de possibilidade em toda a superestrutura do artigo científico seguida de um número considerável das modalidades epistêmica de probabilidade ficando atrás apenas da ausência de modalidade. Aqui é interessante destacar que essas modalidades aparecem em todos os movimentos, só que em cada movimento elas passam a exercer uma determinada função.

Assim, ao elaborar o artigo científico o autor utiliza um grande número de ocorrências das modalidades epistêmicas e aléticas, alternando os operadores *crer* e *saber* com o objetivo de produzir uma argumentação mais eficiente em um gênero que prima pela objetividade e imparcialidade. Esse jogo linguístico faz com que o autor não imponha explicitamente seu conhecimento sobre o leitor nem o obrigue a aderir seu discurso.

O uso das modalidades que se situam no vértice superior do hexágono de Blanché (A, E, U), seja as aléticas, as epistêmicas, deonticas ou imperativas, alternadas com as modalidades situadas na parte inferior do hexágono (I, O e Y), faz com que o discurso seja atenuado, relativizado. Essa estratégia linguística perpassa toda a elaboração do texto científico. Apesar de haver um grande número de ocorrências da alternância entre a certeza e a relativização, constatamos um número muito elevado da modalidade epistêmica da certeza. O que já era previsto por nós.

Em uma comunicação científica sabemos que deve haver um maior rigor em relação à elaboração do conteúdo e que a imparcialidade do autor deve prevalecer, pois se veicula a ideia de que para ser bem sucedido em seus posicionamentos, o autor deve elaborar seu texto de maneira lógica e sistemática, argumentando sobre questões verdadeiramente científicas. Para que o autor seja o mais objetivo possível, torna-se necessário que seus posicionamentos tenham um grau maior de certeza. Assim, a escolha pela modalidade epistêmica de certeza, portanto, se justifica.

Como dissemos, apesar do grande número de ocorrências de algumas modalidades, estas assumem diferentes funções em diferentes partes do artigo científico. Por exemplo, quando o autor na introdução fala do que se trata a pesquisa, apresenta os objetivos, o *corpus*, a metodologia e as hipóteses; no desenvolvimento quando apresenta os dados, propõe a análise... as modalidades epistêmicas predominam, entretanto a função que elas estabelecem em cada um desses movimento (ação do autor) é diferente. Por exemplo:

- (49) Da mesma forma, e **inspirada** nessa perspectiva, **defendo** que os “prefácios do professor” contidos nos livros didáticos **constituem** um espaço e um discurso que **contribuem** também como um “documento de identidade” do professor, além de tantos outros territórios discursivos nos quais esse sujeito **se move** e **se molda** (GRIGOLETTO, 2003, p. 76).
(introdução: movimento - do que se trata a pesquisa)
(modalidade epistêmica de certeza/ recurso: presente do indicativo/ função: defender uma ideia)
- (50) Como **difícilmente** dois leitores **tomarão exatamente** as mesmas decisões e seguirão os mesmos caminhos, **jamais** haverá leituras **exatamente** iguais [...] (KOCH, 2007, p. 30).
(desenvolvimento: movimento - proposta da análise)
(modalidade epistêmica de certeza/ recurso: advérbio/ função: enfatizar uma ideia)

Podemos verificar no exemplo (49) que a função da modalidade epistêmica de certeza, na parte da apresentação da pesquisa, é defender uma ideia; já no enunciado (50), que faz parte do movimento: proposta da análise, a função dessa mesma modalidade é outra, enfatizar uma ideia com o auxílio dos advérbios. Observe-se também que em cada um desses enunciados utilizou-se diferentes recursos para a mesma modalidade:

- Exemplo (49): inspirada, defendo, contribuem, se move e se molda/ recurso: presente do indicativo;
- Exemplo (50): tomarão: futuro do presente/ dificilmente, exatamente, jamais/ recurso: advérbio

A verificação da ocorrência desse tipo de manifestação linguística será apresentada por meio da análise quantitativa na tabela 2: Movimentos/ Recursos Modalizadores. Em relação a essa tabela, é importante ressaltar que o produtor ao elaborar seu texto manifesta sua intenção e sua atitude nos enunciados através das modalidades que se atualizam por meio de diferentes recursos.

Vejamos a seguir o resultado da análise quantitativa em que correlacionamos as modalidades com os recursos modalizadores (tabela 2); e a tabela 2a que se refere aos casos, como: as marcas de impessoalidade, o conector adversativo, as expressões reformulativas, o uso da autoridade, em que a certeza (modalidade epistêmica) é marcada pelo presente do indicativo:

Tabela 2 - Modalidades/Recursos Modalizadores

recursos		Presente do Indicativo	Preterito perfeito	Futuro do presente	Futuro do pretérito	Presente do Subj.	Participio	Infinitivo	Gerúndio	Imperativo	Expressões cristalizadas	Advérbio	Auxiliares modais	Verbos atitudinais	Total
modalidade imperativa	obrigação												3/3		3/3
	permissão												100%		100%
	ordem									31/31					31/31
	proibição									100%					100%
	prescrição														
deontica	obrigatoriedade.												33/33		33/33
	permissibilidade												100%		100%
volição	volição												6/6		6/6
	necessidade												100%		100%
alética	necessidade										32/38		6/38		38/38
	possibilidade										84,21%		15,79%		100%
epistêmica	certeza *	2714/3225	92/3225	109/3225							47/200	3/200	150/200		182/182
	probabilidade	84,16%	2,85%	3,38%	46/124	27/124					23,50%	1,5%	75%		100%
ausência de modalidade												297/3225		13/3225	3225/3225
												9,21%		0,40%	100%
												15/124	36/124		124/124
												12,09%	29,04%		100%
															652/652
															100%

Tabela 2a – Modalidade Epistêmica de Certeza

Modalidade Epistêmica	Certeza (simples)	2008/3225	62,26%
	Com marcas de impessoalidade	399/3225	12,38%
	Com conector adversativo	75/3225	2,32%
	Com expressões reformulativas	74/3225	2,30%
	Com uso de autoridade	158/3225	4,90%

Vale esclarecer que separamos a modalidade epistêmica de certeza (tabela 2a) da tabela 2, por ser pertinente para o nosso estudo sobre a relação das modalidades com a argumentação.

Assim, a correlação entre as modalidades e os recursos modalizadores distribui-se da seguinte maneira:

1) modalidade imperativa:

obrigação:

a) auxiliar modal (100%).

- (51) Dessa forma, **cumpre-nos destacar** que, com este trabalho, pretendemos analisar *Passarinho me contou* (PMC), livro destinado ao público infantil escrito por Ana Maria Machado (1984), demonstrando a relação rica e profícua entre narrativa literária e a alteridade, sobretudo no que tange ao aspecto do diálogo entre vozes (polifonia) que constituem um debate entre várias representações da identidade nacional. (FARAH, 2008, p. 209-210).
(introdução - do que se trata a pesquisa)

ordem:

a) modo imperativo (100%)

- (52) Desse modo, vários enunciados que conduzem ao estético e ao hedônico são capazes de capturar a leitora, seduzindo-a. **Observe:** “ finalmente você encontrou o candidato perfeito...”; “você é bem capaz de descobrir que gosta de experimentar coisa diferentes na cama tanto quanto ele”; “amor inesperado. Que delícia!” (MIRANDA, 2006, p. 75).
(desenvolvimento – proposta de análise)
- (53) O discurso relatado é a forma recorrente de a voz do pássaro ser materializada, pois propicia ao narrador poder de avaliação sobre o quê e o que “foi dito”. **Notemos** que as passagens acima são transmitidas pela via do discurso direto com a particularidade de o último trecho ser construído por uma variante desse discurso, denominada por Bakhtin como discurso indireto avaliador da expressão. (FARAH, 2008, p. 215).
(desenvolvimento – proposta da análise)

2) modalidade deôntica:

obrigatoriedade:

a) auxiliar modal (100%);

(54) Partindo-se do princípio de que um dicionário de língua **deve ser avaliado** a partir de sua concepção teórica, entendendo-se esta como uma teoria gramáticas, uma das primeiras dificuldades enfrentadas pelo dicionarista é como organizar verbetes de palavras gramaticais. Aliás, são eles que mostram com mais clareza a opção teórica do dicionarista. (BORBA, 2007, p. 137).

(introdução – do que se trata a pesquisa)

(55) Na forma como são apresentados pelo modo de dizer lógico, os procedimentos e suas razões, suas finalidades e os resultados propostos pelo livro didático revestem-se de um caráter final e definitivo. Não se trata de sugestões ou propostas; trata-se de um guia destinado ao sucesso, no qual os procedimentos **devem ser tomados** como receitas inquestionáveis. (GRIGOLETTO, 2003, p. 78).

(desenvolvimento - proposta da análise)

3) volição:

a) auxiliar modal (100%):

(56) Sendo assim, **pretendemos**, neste ponto, **apresentar** um ensaio de análise do objeto ora trabalhado por nós, referenciada na perspectiva semiolinguística de P. Charaudeau. Desse modo, **procuraremos trabalhar** alguns pontos abordados por esse autor ao tratar a mídia como um tipo de discurso em que afluem figuras impregnadas do imaginário social. (MIRANDA, 2006, p.65).

(introdução - apresentar objetivos)

(57) Dessa forma, cumpre-nos destacar que, com este trabalho, **pretendemos analisar** *Passarinho me contou* (PMC), livro destinado ao público infantil escrito por Ana Maria Machado (1984) em parceria com Ivan e Marcelo,.. (FARAH, 2008, p. 209).

(introdução – apresentar objetivos)

4) modalidade alética

necessidade:

a) expressões cristalizadas (84,21%):

- (58) **É preciso** frisar, entretanto, que, como alternativa pedagógica, não basta que seja dada a oportunidade de leitura de textos como PMC para trabalhar as típicas perguntas insipientes de localização de informação ou conferir-lhes um tratamento paradidático. (FARAH, 2008, p. 222).
(conclusão – balanço dos resultados)
- (59) Já no que respeita às diferenças forjadas e desenvolvidas no seio do estruturalismo francês, **é preciso** considerar que elas derivam da própria heterogeneidade desse movimento intelectual, tornando problemática sua própria designação no singular. (PIOVEZANI, 2008, p.17).
(conclusão – balanço dos resultados)

b) auxiliar modal (15,79%):

- (60) Sob a égide do princípio de Nietzsche ([18740]) 2003), segundo o qual a história **deve estar** a serviço da vida, nossa investida sobre um passado recente da AD tenta afastar não somente a apologia contemplativa de uma “história monumental”, e o conservadorismo apassivador de uma “história antiquária”, mas também a rebeldia sem causa de uma “história crítica”. (PIOVEZANI, 2008, p. 12).
(desenvolvimento – apresentar dados)

possibilidade :

a) expressões cristalizadas (23,50%):

- (61) Seguindo esse raciocínio, **é possível** entender que o encapsulamento que retoma um segmento de enunciado apenas constata, sem argumentar. (GRAEFF, 2007, p. 197).
(conclusão – balanço dos resultados)

b) advérbio (1,5%):

- (62) Antes de formular uma ou algumas respostas possíveis para essa questão, vimo-nos impelidos a elaborar e a, **eventualmente**, responder outras indagações: de que AD se trata, nesse caso? (PIOVEZANI, 2008, p.7)
(introdução – do que se trata a pesquisa)
- (63) **Possivelmente**, uma das razões dessas representações seja a “leitura filtrada”, que se realizou naquele, momento, por intermédio da qual as célebres dicotomias do Curso foram expostas e enrijecidas. (PIOVEZANI, 2008, p. 17).
(desenvolvimento – proposta de análise)

c) auxiliar modal (75%)

- (64) Desvelaremos, portanto, quais são os efeitos de sentido que a inserção dos discursos de outrem **pode evocar**; e, sendo o ato de enunciar uma forma de ação sobre o outro, quais seriam as atitudes esperadas de resposta do interlocutor apreendidas pelo debate entre as vozes do texto. (FARAH, 2008, p. 210).
(introdução – apresentar objetivo)
- (65) Dessa forma, **pode-se multiplicar** a representação das relações espaciais. Uma fonte dessas ampliações está nas partes do corpo. (BORBA, 2007, p. 137)
(desenvolvimento- apresentar dados)

5) modalidade epistêmica:

certeza (84,16%):

a) presente do indicativo (simples) (62,26%):

- (66) Este artigo **analisa** os “prefácios ao professor” de livros didáticos de língua inglesa com o objetivo de compreender o funcionamento desse discurso e algumas implicações daí decorrentes para o posicionamento do professor. (GRIGOLETTO, 2003, p. 76).
(introdução - do que se trata a pesquisa/objetivo)
- (67) O último trecho é exemplo dessa variante. A presença do verbo *dicendi* **marca** claramente a responsabilidade enunciativa do pássaro. (FARRAH, 2008, p. 215).
(desenvolvimento – proposta da análise)

b) certeza com marcas de impessoalidade (12,38%):

- (68) **Sabe-se** que o leitor de um texto **constrói** a sua coerência ao ser capaz de, por meio das intrincadas teias que nele se tecem durante a progressão textual, estabelecer mentalmente uma continuidade de sentidos. (KOCH, 30-31, 2007).
(desenvolvimento – apresentar dados).

c) certeza com conector adversativo (2,32%):

- (70) Observe-se que o primeiro desses enunciados expressa o encadeamento *O banditismo explícito é rotineiro DC é normal*. **Já** o segundo enunciado, que **expressa** o ponto de vista do locutor sobre a banalização do banditismo, **contém** o encadeamento argumentativo transgressivo *O banditismo explícito é rotineiro PT não é normal*. (GRAEFF, 2007, p. 197).
(desenvolvimento/ proposta da análise)

d) certeza com expressões reformulativas (2,30%):

- (71) Os hiperlinks dêiticos funcionam como focalizadores de atenção: apontam para um lugar “concreto”, atualizável no espaço digital; **ou seja**, o sítio indicado **existe** virtualmente, podendo ser acessado a qualquer momento. (KOCH, 2007, p. 26).
(desenvolvimento - proposta da análise)
- (72) Não se trata, aqui, de formular a referida questão-título para respondê-la, repetindo a versão da história apresentada por um de seus principais protagonistas, mas de tomar essa versão como objeto de reflexão; **isto é**, ao invés de reiterarmos as interpretações de Pêcheux **fez** da obra de Saussure, buscamos situar essas interpretações no contexto em que elas foram formuladas. (PIOVEZANI, 2008, p.11)
(conclusão – balanço dos resultados)

e) certeza marcada pelo uso de autoridade (4,90%):

- (73) Como se **afirma** em **Neves e Junqueira** (2004, p. 4), **é** um axioma o fato de que o poeta, que se **distancia** do mundo real, ou, ainda mais que isso, **não precisa** do mundo real – por **é** senhor do pieó – **instaura** o próprio mundo, e **cria**, ele próprio, a referência que há de verbalizar. (NEVES, 2007, p. 88).
(desenvolvimento – proposta da análise)

f) pretérito perfeito (2,85%):

- (74) No decorrer do tempo, a imprensa feminina **foi** se desenvolvendo e promovendo inovações no mercado editorial. Desde seu início, este segmento **funcionou** como mediador e anunciador dos acontecimentos e costumes de uma época. [...] No caso brasileiro, diversas tentativas de se construir uma imprensa feminina **foram**, de certa forma, frustradas. (MIRANDA, 2006, p. 66).
(introdução – do que se trata a pesquisa)

g) futuro do presente (3,38%):

- (75) O recorte analítico que faremos **privilegiará** a *polifonia* como um elemento estruturante e **observaremos** como essa estruturação consiste em uma estratégia de identificação do interlocutor com as vozes trazidas ao interior do texto para a desconstrução de umas e incorporação de outras. (FARAH, 2008, p. 210).
(introdução – apresentar metodologia)

h) advérbio (9,21%):

- (76) Fixemos , por outro lado, como interface derradeira no complexo, aquela que existe entre GRAMÁTICA e AÇÃO ESCOLAR no campo da língua materna. Coloco-a **exatamente** na outra ponta, porque nela está, com foco no uso linguístico, o ponto de chegada das reflexões e a configuração de decisões. (NEVES, 2007, p. 83).
(introdução – do que se trata a pesquisa)

i) verbos atitudinais (0,40%):

- (77) **Penso**, contudo, que a maior diferença entre texto e hipertexto está na tecnologia, no suporte eletrônico. (KOCH, 2007, p. 28).
(desenvolvimento – proposta de análise)

Probabilidade:

a) futuro do pretérito (37,09%):

- (78) **Seria** interessante observar – e não é novidade alguma – que essas novas tecnologias chegam ao consumidor como um pacote fechado, com o lacre da confiabilidade científica, como objeto de troca sem que ele saiba como e porque elas foram concebidas e implementadas. (CORACINI, 2006, p. 9).
(desenvolvimento - proposta de análise)

b) presente do subjuntivo muito frequente com a participação de uma conjunção (21,78%):

- (79) No hipertexto – como, aliás, em todos os demais usos da linguagem – há sempre a consideração do outro, mas nele ela é levada às últimas consequências. **Ainda que** a única tarefa do autor **fosse** a marcação dos links, ele teria sempre em seu horizonte a projeção da imagem do leitor. (KOCH, 2007, p. 35).
(desenvolvimento – proposta da análise)
- (80) O *ressentimento* é a paixão dos impotentes, dos fracos. **Se fosse** dotado da modalidade forte do poder fazer, o ressentido poderia vingar-se dos que na fizeram o que ele cria que deveriam fazer-lhe, poderia dar-lhes o troco. (FIORIN, 2007, p. 16).
(desenvolvimento – proposta da análise)

c) advérbio (12,09%):

- (81) **Talvez**, por isso mesmo, constate-se que, ao mesmo tempo em que despertam o desejo de um saber que escapa, mas que se considera imprescindível, as chamadas novas tecnologias vêm suscitando medo e uma sensação de desconforto e incompetência nos profissionais mais experientes (CORACINI, 2006, p. 10).
(desenvolvimento – proposta da análise)

d) auxiliar modal (29,04%)

- (82) É praticamente um consenso que durante os anos de 1960, no estruturalismo francês, viveu-se o apogeu da Linguística: ela **teria sido** a “ciência piloto” entre as Ciências humanas e oferecido para essas últimas um modelo de cientificidade. (PIOVEZANI, 2008, p. 17).
(conclusão – balanço dos resultados)

6) ausência de modalidade:

a) particípio (33,58%):

- (83) Uma segunda perspectiva teórica que é também metodológica que sustenta este trabalho é a vertente da análise do discurso que define o discurso como o encontro de duas materialidades; a da língua articulada à da história, que intervém no acontecimento enunciativo como um saber discursivo, parte de uma memória discursiva. E é esse trabalho das duas materialidades que produz sentidos. Portanto, nessa concepção, a linguagem não é transparente e os sentidos são **produzidos** em determinadas condições de produção, que devem ser detectadas pelo analista. (GRIGOLETTO, 2003, p.77).
(introdução - apresentar metodologia)

b) infinitivo (39,57%):

- (84) **Atentar** para a materialidade linguística dos textos sob a análise e para as condições de produção de um discurso constituem o ponto de partida para se compreender o funcionamento de um dado discurso. (GRIGOLETTO, 2003, p. 77)
(desenvolvimento - proposta da análise)

c) gerúndio (26,85%):

- (85) Na atualidade, a imprensa assume um papel preponderante na construção de novos estereótipos e reforço dos antigos. “Reciprocamente”, sustenta Amossy, “a produção cultural se nutre das imagens que circulam na sociedade contemporânea”, que, por sua vez, se assenta necessariamente em um enfoque pré-existente de representações coletivas, **fazendo** modificações necessárias, **alcançando** mais ou menos sucesso. (MIRANDA, 2006, p.78).
(desenvolvimento - proposta da análise)

O levantamento feito acima nos permite constatar que o uso da modalidade epistêmica de certeza marcada pelo presente do indicativo (84,16%) é o mais frequente em toda a superestrutura do artigo científico. Na verdade, o uso desse recurso reflete o pretendido caráter objetivo e imparcial do artigo científico. Verificamos também, nesta análise, a modalidade epistêmica da certeza sendo lexicalizada pelo presente do indicativo com marcas

de impessoalidade (12,38%) as quais não apagam a modalização, mas reforçam a objetividade pretendida. Vejamos o exemplo a seguir:

- (86) **Trata-se**, no caso, de uma alteridade multilinearizada, fragmentada, descorporalizada, volatizada, mas fundada em nossos saberes, nossas relações com o mundo e nossa inserção em cada cultura. (KOCH, 2007, p. 35).
(conclusão/ balanço dos resultados)

Por meio das marcas de impessoalidade o produtor manifesta a certeza de um saber com a intenção de fazer com que o leitor aceite seu argumento como verdadeiro sem se comprometer explicitamente, e também sem alternar as modalidades que ficam entre o crer e o saber.

Essas marcas de impessoalização trazem fatos interessantes ao uso da modalidade epistêmica da certeza para a argumentação, mas é importante ressaltar que, neste caso, o recurso modalizador é o presente do indicativo. Na certeza marcada com o presente do indicativo incluem-se também: a) os casos dos conectores adversativos (2,32%); b) os casos com expressões reformulativas (2,30%); c) os casos com argumentos de autoridade (4,90%).

3.4 ANÁLISE QUALITATIVA DAS MODALIDADES NOS ARTIGOS CIENTÍFICOS DA ÁREA DA LINGUÍSTICA

Ao utilizar as modalidades epistêmicas, o produtor do texto inevitavelmente transita entre diferentes graus de certeza absoluta e de incerteza. De acordo com a intenção comunicativa, o discurso se apresentará, por meio das modalidades, relativizado (não-conhecimento) ou marcado pela presença da certeza, da asseveração (conhecimento).

Em alguns momentos, no artigo científico, o autor ao perceber algo como necessário, fundamental, indispensável de acontecer, lança mão das modalidades aléticas com intuito de afirmar algo que ele acredita como possível de se realizar, sem afirmar categoricamente. Isto

o preserva, pois sempre pode afirmar que propôs uma possibilidade, mas não a verdade ou a possibilidade única.

Convém ressaltar que as modalidades são algumas das diferentes possibilidades que a língua nos oferece para expressar as nuances de atitude do falante em um discurso. Desse modo, observemos as asseverações e as relativizações que aparecem no *corpus* dos artigos analisados por nós.

Para facilitar nosso estudo, nos exemplos (87), (88), (89), (90), (91), optamos por colocar a marca de incerteza em letras MAIÚSCULAS e de certeza em **negrito**.

- (87) SERIA PRECISO ocupar-se de textos que **operam** com a paixão, definida como qualquer “estado de alma”. (FIORIN, 2007, p.10).
(introdução – do que se trata a pesquisa)
- (88) PODE-SE TOMAR essa distinção para dizer que a Semiótica **estuda** as paixões manifestadas na enunciação e no enunciado. (FIORIN, 2007, p.11).
(introdução – do que se trata a pesquisa)
- (89) Por um lado, **conferem** a Saussure a emergência da autonomia de um objeto e o advento da positividade científica de uma teoria e de um método; por outro, **reclamam** a necessidade de se focalizar aquilo que PRETENSAMENTE TERIA SIDO excluído das considerações saussurianas, como a “subjetividade na linguagem” e a “ordem do discurso”. (PIOVEZANI, 2008, p. 8).
(introdução – do que se trata a pesquisa)
- (90) Mas o que mais chama a atenção é a variedade dos tipos de informação, de tal que cada uma PARECE exclusiva, e **não é, é claro**. (BORBA, 2007, p. 138).
(introdução – do que se trata a pesquisa)
- (91) A causa mais PROVÁVEL dessa situação **está** na ausência de teoria gramatical subjacente à organização do dicionário, já que é essa teoria que lhe **dá** coerência interna. (BORBA, 2007, p. 139).
(introdução – do que se trata a pesquisa)

No exemplo (91), o adjetivo provável relativiza a certeza da causa da situação estar na ausência de teoria gramatical. Parece que o produtor afirma categoricamente a proposição, mas a relativiza com o adjetivo provável para evitar um confronto forte. Muitas vezes a certeza aparece conjugada com a possibilidade que relativiza um bloco de certezas.

Nos artigos científicos, um dos recursos que o autor utiliza para marcar a certeza é por meio do presente do indicativo; a dúvida, a incerteza e a hipótese são marcadas pelo futuro do pretérito do indicativo, pelo adjetivo: provável e pelo auxiliar modal poder.

De acordo com Travaglia, “o valor básico do futuro do pretérito é indicar a posterioridade seja ela temporal ou nocional.” (TRAVAGLIA, 1999, p. 683). Para as situações expressas posteriores a um determinado momento têm-se diferentes valores nocionais, tais como: polidez, cortesia, condição, polidez e incerteza, hipótese, dúvida. Esses valores desencadeiam o que habitualmente chamamos de valores modais. São esses valores modais de possibilidade e probabilidade que aparecem com regularidade quando o autor apresenta sua pesquisa no movimento do que se trata a pesquisa. Assim, nessa parte do artigo, aparece 11,53% do total das ocorrências da possibilidade e 7,26% das ocorrências da probabilidade. Cabe registrar que quando o autor apresenta os dados da pesquisa, na parte do desenvolvimento, a porcentagem (10,53%) da modalidade alética da possibilidade coincidentemente é a mesma de quando ele apresenta o movimento do que trata a pesquisa. Os recursos mais utilizados pelo autor para indicar a possibilidade são os auxiliares modais (75%): poder + verbo no infinitivo, seguidos pela expressão cristalizada (23,50%): é possível.

Em relação às modalidades epistêmicas de certeza, elas também podem vir combinadas às modalidades aléticas de possibilidade como em (92) e (93):

- (92) **É possível identificar** como um macro- campo-lexical, que abarca a todos os outros campos estudados, o campo lexical do agrado, fundamentado na vida afetiva. (MIRANDA, 2006, p. 79)
(possibilidade + certeza)
(desenvolvimento – proposta da análise)
- (93) Como afirmam Carel & Ducrot (1999, p.11), “s’ils font sens, c’est ensemble” (se eles fazem sentido é no conjunto). Seguindo esse raciocínio, é **possível entender** que o encapsulamento que retoma um segmento do enunciado apenas constata, sem argumentar. (GRAEFF, 2007, p.197).
(possibilidade + certeza)
(conclusão – balanço dos resultados)

O uso das modalidades epistêmicas de certeza e as modalidades aléticas de possibilidade têm a função de fazer com que o leitor confie nas asserções do produtor, vendo a situação como algo viável, possível de se realizar. Porém, esse mesmo produtor, em momentos de incerteza e para não demonstrar falta de domínio sobre o assunto, utiliza o jogo da modalidade, ou seja, alterna entre a certeza absoluta e a incerteza para justificar uma possível dúvida que tem em relação ao assunto tratado e, conseqüentemente, obter a confiança do leitor sem que utilize um discurso autoritário. Por exemplo:

- (94) De forma bem simplificada, PODER-SE-IA dizer que o termo hipertexto **designa** uma estrutura não-sequencial e não-linear, que se **ramifica** de modo a permitir ao leitor virtual o acesso praticamente ilimitado a outros textos, na medida em que **procede** a escolhas locais e sucessivas em tempo real. (KOCH, 2007, p. 25).
(introdução – do que se trata a pesquisa)

Como vimos, no exemplo acima, a autora inicia o enunciado utilizando o verbo no futuro do pretérito poder-se-ia, marcando a possibilidade de uma certeza para depois inserir, no enunciado, os verbos no presente do indicativo: designa, ramifica, procede. Assim, podemos verificar que essas escolhas linguísticas têm a função de marcar algo como certo em um enunciado que foi a princípio relativizado. Isto é, mesmo com a introdução de um modo verbal que indica uma relativização, a autora se posiciona de maneira assertiva em relação ao assunto abordado.

Outra razão para que o autor alterne seu discurso entre a incerteza e certeza, seria um modo de dizer que uma dúvida existente antes do estudo passou à certeza após o início da pesquisa. Por isso, a ocorrência de 41,65% das modalidades epistêmicas de certeza quando o autor propõe a análise no artigo científico. Veja os exemplos:

- (95) Esse leitor **será** suposto no texto por certas caracterizações, por certos aspectos que **apontam** marcas para um certo leitor instituído que é hábil para interpretar e entender todo o texto, uma vez que a leitura nos textos de Nova é uma leitura que **se alterna** entre artigos lúdicos, informativos e em raros momentos, artigos técnicos, implicando em uma visão de mundo. (MIRANDA, 2006, p. 71).
(desenvolvimento – proposta da análise)

- (96) **É** característica do gênero ao qual **pertence** PMC a descrição inicial do cenário em que se **passará** a história. Esse recurso, nos contos de fada, por mais caracterizador que seja, **não visa** à localização espacial e temporal. (FARAH, 2008, p. 218).
(desenvolvimento – proposta da análise)
- (97) O primeiro **é** um modo de dizer que denominarei lógico, pois, por meio dele, **criam-se** relações lógicas, tais como de finalidade, causa-efeito, conclusão e afirmação-refutação. Nesse sentido, os prefácios **apresentam** uma profusão de construções sintáticas que **estabelecem** essas relações. (GRIGOLETTO, 2003, p.78).
(desenvolvimento – proposta da análise)

Podemos perceber também que a alternância do discurso asseverativo com o discurso relativizado é utilizada estrategicamente pelo locutor para apresentar sua contribuição como não definitiva ou completa e se preservar de possíveis contra-argumentações. Essa é uma estratégia que tem a função de aumentar o grau de adesão do auditório, pois o atrai para fazer inferências, dando-lhe a possibilidade de interagir com o texto e manter o interesse pela leitura.

“Sabe-se que o leitor de um texto constrói a sua coerência ao ser capaz de, por meio das intrincadas teias que nele se tecem durante a progressão textual, estabelecer mentalmente uma continuidade de sentidos.” (KOCH, 2007, p. 30-31). Em outros termos, o leitor passa a construir o texto, fazer parte dele à medida que o autor fornece subsídios linguísticos para que essa construção aconteça. É o que acontece quando o autor combina a modalidade epistêmica da certeza e incerteza, com a alética da possibilidade em um enunciado. Como se observa nos exemplos abaixo:

- (98) **É POSSÍVEL** que esse seja o caminho para se explicitarem os reflexos da organização argumentativa dos textos na escolha lexical e buscar a solução para problemas levantados pela Linguística Textual, no estudo da referenciação, especialmente no que tange ao encapsulamento anafórico, entendido como um recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal **funciona** como uma paráfrase resumidora de uma porção precedente do texto, a qual **PODE SER** de extensão e complexidade variáveis. (GRAEFF, 2007, p.191).
(é possível /pode ser- possibilidade/ funciona - certeza)
(introdução – do que se trata a pesquisa)

- (99) Assim, **é** pelas formas de interlocução com esse usuário que se **PODE** **COMPREENDER** o imaginário de professor subjacente a eles – e ao livro como um todo – e as posições enunciativas que se **constroem** para que o professor as venha ocupar, como sujeito discursivo. (GRIGOLETTO, 2003, p.76).
 (é – certeza/ pode compreender – possibilidade/ constroem – certeza)
 (introdução – do que se trata a pesquisa)
- (100) De forma bem simplificada, **PODER-SE-IA DIZER** que o termo hipertexto designa uma escritura não-sequencial e não-linear, que se ramifica de modo a permitir ao leitor virtual o acesso praticamente ilimitado a outros textos, na medida em que **procede** a escolhas locais e sucessivas em tempo real. (KOCH, 2007, p. 25).
 (poder-se-ia dizer – possibilidade-incerteza /ramifica, procede – certeza)
 (introdução – do que se trata a pesquisa)
- (101) Em *Nova*, a revista **é** estruturada da seguinte maneira: capa; amor e sexo; beleza e saúde; vida e trabalho; moda e estilo; gente famosa; culinária e decoração; Mais. Tais temas **PODEM SER** agrupados nos grandes blocos acima, e os editoriais de *Nova* **procuram** apresentar, de maneira sintética, como a revista e as editoras **tratam** dos assuntos. (MIRANDA, 2006, p. 69).
 (podem ser – possibilidade) (procuram/tratam – certeza)
 (introdução – do que se trata a pesquisa)

A aplicação de uma modalidade sobre outra, sobretudo da possibilidade (modalidade alética) sobre a certeza (modalidade epistêmica) em um mesmo enunciado, é mais uma estratégia que faz com que o autor sustente algo, sem se expor a críticas severas do leitor. É importante destacar que há um jogo sutil nesses enunciados, na medida em que o autor relativiza e depois expõe suas ideias como certas. Este é um dos fenômenos linguísticos em que em nossa análise quantitativa não conseguimos detectar.

Na linguagem dos artigos científicos, a certeza sobre a possibilidade tem efeitos interessantes sobre a argumentação, como por exemplo, quando o autor relativiza uma verdade apresentada como certeza, dizendo que uma das alternativas poderia levar a outras, o que o preserva de qualquer contra-argumento que seja feito pela simples apresentação de outras possibilidades. Num momento posterior, alguém pode apresentar uma outra alternativa, mas terá de demonstrar qual é a melhor. Vejamos os exemplos:

- (102) Analisando a história da língua francesa, mas propondo uma reflexão sobre língua e gramática que **pode ser estendida** a outras línguas europeias que **tiveram** suas gramáticas pensadas e escritas com propósitos semelhantes, a autora **mostra** a progressiva normatização da língua efetuada pela gramática, na qual **se instaura** a exigência de clareza, literalidade, estabilidade e desambiguação do enunciado. (GRIGOLETTO, 2003, p. 79).
(desenvolvimento – proposta da análise)
- (103) Tais temas **podem ser agrupados** nos grandes blocos acima, e os editoriais de Nova procuram apresentar, de maneira sintética, como a revista e as editoras tratam dos assuntos. (MIRANDA, 2006, p. 69).
(desenvolvimento – proposta da análise)
- (104) A expressão banditismo explícito **pode ser parafraseada** pelo encadeamento argumentativo transgressivo **praticam o ilícito PT não escondem**. Observe-se que o normal seria um banditismo não explícito (**praticam ilícito DC escondem**), daí a surpresa, a escandalização, significada em **banditismo explícito**, algo duplamente inaceitável: por ser banditismo e, ainda mais, por ser explícito, por não ter medo de ser visto, constituindo em desafio, em provocação. (GRAEFF, 2007, p. 196).
(desenvolvimento – proposta da análise)

A intenção do autor, ao utilizar as expressões: pode ser estendida, podem ser agrupados, pode ser parafraseada, é afirmar algo que ele crê e que acredita ser possível de se realizar. Assim, o estudioso apresenta algo como passível de realidade, mas sem afirmar que é a única coisa possível. Isto o preserva, pois ele sempre pode afirmar que propôs uma possibilidade, mas não a verdade ou a possibilidade única. O autor ao mesmo tempo em que se preserva, por meio do uso da modalidade alética (possibilidade) combinada à epistêmica (certeza), apresenta ao leitor um discurso relativizado sem que seja considerado autoritário.

Verificamos também, além da utilização do auxiliar modal poder para indicar a certeza sobre a possibilidade, a existência de enunciados em que o autor anuncia sua certeza, mostrando-se seguro em relação a sua argumentação, por meio do termo permite. Vale a pena esclarecer que nos exemplos (105), (106) e (107), o verbo permitir não funciona como

auxiliar modal, como em “Eu permito que você vá ao cinema”, mas como verbo lexical com um valor semântico próprio. O que funciona nestes casos é a certeza da possibilidade analisada.

Veja alguns exemplos em que a certeza de uma possibilidade é marcada pelo presente do indicativo, expressa pelo semantema do verbo permitir:

- (105) Esse quadro **permite perceber** que o livro didático forja uma identidade de sujeito-professor fragmentada entre posições enunciativas conflitantes e, mesmo, contraditórias. (GRIGOLETTO, 2003, p. 85).
(conclusão – balanço dos resultados)
- (106) Braga (2004) assevera que, segundo Lemke (2002), o hipertexto é hipermodal (texto verbal, som, imagem) e que, nesse tipo de texto, o conjunto de recursos, já utilizados também em textos impressos, é ampliado e ressignificado, visto que as redes hipertextuais **permitem** uma conexão mais livre entre as informações veiculadas pelas unidades textuais construídas a partir de diferentes modalidades. (KOCH, 2007, p. 34).
(conclusão – balanço dos resultados)
- (107) Na segunda etapa, a apresentação apóia-se no conceito de transitividade, o que **permite** uma descrição tão exaustiva quanto possível das propriedades sintático-semânticas dessas duas classes. (BORBA, 2007, p. 137).
(conclusão – balanço dos resultados)

As possibilidades expressas pelo verbo permitir são importantes no movimento balanço dos resultados dos artigos científicos, pois é na conclusão do texto que o autor tem a possibilidade de mostrar um posicionamento mais contundente amparado no que disse anteriormente. Nesta parte do texto, o autor se sente autorizado a ter um posicionamento mais assertivo, a partir de conclusões feitas em resposta a seus questionamentos. Assim, ele acredita, crê no fato que seus argumentos são passíveis, plausíveis de acontecer ou existir.

Segundo Ducrot, uma das regras do diálogo é de que o assunto escolhido por aquele que fala, interessa aquele que escuta. Enquanto, na comunicação científica, o autor é responsável somente pela qualidade do que diz, pois que o leitor, em princípio, o escolheu para ler, [...] (DUCROT, 1981, p. 171). Partindo desse princípio, constatamos que a maior

regularidade do uso das modalidades epistêmicas (certeza) se justifica, pois de acordo com Ducrot (1981) não há obrigatoriedade de o produtor adequar seu discurso ao leitor, pelo fato de ser uma opção do leitor em lê-lo. Ou seja, para Ducrot a utilização de termos relativizados para mascarar um discurso autoritário é desnecessária.

Entretanto, não concordamos com esse teórico na medida em que verificamos nos artigos a presença não só das modalidades epistêmicas de certeza, mas também da modalidade alética da possibilidade relativizando as certezas/verdades ao dizer que elas são uma alternativa possível. Há ainda a presença de vários outros recursos linguísticos, como os operadores argumentativos, as pressuposições e as marcas de intenções, com objetivo de provocar a adesão do leitor, e de “forçar” o acordo entre o autor e o leitor, o que demonstra, ao contrário do que diz Ducrot, que o autor do artigo científico se preocupa sim com o como o outro (leitor) vai vê-lo e considerar com mais ou menos simpatia suas ideias.

Observe nos exemplos a seguir a utilização dos operadores argumentativos que refletem o raciocínio dos articulistas de maneira explícita:

(108) Note-se, **ainda**, no exemplo (3), como a voz da ciência se faz ouvir no que poderíamos denominar argumento de autoridade (*Research has shown*), que prontamente se liga à conclusão lógica com o conectivo *therefore*, produzindo o efeito de sentido de uma conclusão irrepreensível, já que é respaldada por resultados científicos. (GRIGOLETTO, 2003, p.78).

(ainda – operador argumentativo)

(desenvolvimento – proposta de análise)

(109) O problema é, **portanto**, como diz Marcuschi (2000a), um problema de macrocoerência e as ligações previstas são instrumentos vitais para possibilitar essa construção. (KOCH, 2007, p. 33).

(portanto – operador argumentativo)

(desenvolvimento – proposta da análise)

Não descartamos a ideia de que o autor deve ser responsável pela qualidade do que diz, como bem disse Ducrot (1981); entretanto acreditamos na necessidade do autor escolher recursos linguísticos adequados e eficientes para a construção de seu discurso.

Encontramos como regularidade em nossa análise quantitativa os advérbios com a função de marcar a certeza e a relativização. Os advérbios foram utilizados como recurso tanto para expressão da modalidade epistêmica de certeza (9,21%) e de probabilidade (12,09%), quanto para a expressão da modalidade alética de possibilidade (1,5%). Vejamos:

- (110) O jogo de sorte ou azar em tabuleiros, representado os percalços superados para que os retirantes consigam chegar à capital, além de reiterar a composição de um universo infantil, coerente com os personagens e, **principalmente**, com o interlocutor previsto, forma, com a personagem supracitada, um painel dos problemas que o reino enfrenta. (FARAH, 2008, p. 217).
(principalmente – modalidade epistêmica de certeza)
(desenvolvimento – proposta da análise)
- (111) **Talvez** por isso mesmo constate-se que, ao mesmo tempo em que despertam o desejo de um saber que escapa, mas que se considera imprescindível, as chamadas novas tecnologias vêm suscitando medo e uma sensação de desconforto e incompetência nos profissionais mais experientes. (CORACINI, 2006, p.10).
(talvez – modalidade epistêmica de probabilidade)
(desenvolvimento – apresentação dos dados)
- (112) **Possivelmente**, uma das razões dessas representações seja a “leitura filtrada”, que se realizou naquele, momento, por intermédio da qual as célebres dicotomias do Curso foram expostas e enrijecidas. (PIOVEZANI, 2008, p. 17).
(possibilidade – modalidade alética de possibilidade)
(desenvolvimento – proposta de análise)

De acordo com Neves (1998), do ponto de vista morfológico, o advérbio é uma palavra invariável; do ponto de vista sintático, ou relacional, o advérbio é uma palavra periférica em um sintagma (X), quando incide sobre o núcleo do sintagma (um constituinte, que pode ser um adjetivo; um advérbio; um numeral; um substantivo; um pronome; uma conjunção em uma frase), incidindo sobre todo o estado de coisas; e sobre um verbo.

Retiramos do nosso corpus um exemplo do advérbio sempre, tendo efeito direto sobre o verbo:

- (113) Em suas capas, a modelo **sempre aparece** com uma roupa decotada ou seminua, e seus artigos tratam dos vários assuntos citados anteriormente. (MIRANDA, 2006, p. 66).
(introdução – do que se trata a pesquisa)

Assim, como identificamos a regularidade da alternância das modalidades epistêmicas de certeza e aléticas de necessidade, nos deparamos também com a presença da modalidade epistêmica marcada pelo advérbio sempre, o qual expressa uma repetição de momentos ou períodos. Observamos que o uso do advérbio sempre vai representar uma outra regularidade nos artigos, para o autor reforçar a argumentação, dizendo que a certeza do que afirma tem uma validade atemporal.

Segundo Neves, “o uso do advérbio “sempre” nunca é referido a um determinado momento da enunciação ou do enunciado; todos os advérbios de frequência são não-fóricos.” (NEVES, 1998, p. 270). Isto é, não se referem a um momento determinado da enunciação ou de outro ponto do enunciado.

Note nos exemplos (114) a (117) que os enunciados cujas proposições possuem o advérbio sempre apresentam características semelhantes. O valor semântico desse advérbio refere-se a algo que é constante, contínuo, que ocorre em todos os momentos. Prova disso é que o enunciado (114) enfatiza esse valor semântico por meio de verbos que se apresentam tanto no passado (sempre foi) como no futuro (sempre será).

(114) O texto literário **sempre foi** e **sempre será** objeto de investigação sob diferentes óticas. (FARAH, 2008, p. 209).
(introdução – do que se trata a pesquisa)

No excerto (115), abaixo, apesar do verbo se manter somente no passado (interessou), ele transmite a ideia de que o que há muito tempo despertou interesse da filosofia, continua aguçando a curiosidade dessa área. Isso acontece, é claro, de forma implícita no enunciado, em que se subentende que o autor do artigo é um dos que ainda continua a tratar o assunto que se refere ao estudo do páthos (paixão) do auditório.

(115) O estudo das paixões **sempre interessou** a filosofia: aparece no estudo do páthos do auditório, no segundo livro na retórica, de Aristóteles; é objeto de diferentes tratados das paixões, onde se busca fazer sua tipologia e sua classificação. (FIORIN, 2007, p. 9).
(introdução – do que se trata a pesquisa)

Nos exemplos (116) e (117), não é difícil perceber que as autoras reafirmam a ideia de frequência, de movimento, de repetição por meio do advérbio sempre. Em (116), a autora

desloca de um passado para um futuro, mas não sinaliza um fim para a ação indicada, e, em (117), a ideia de repetição, de continuidade é explícita (está sempre por fazer).

(116) Assim, pois, em fidelidade à minha preocupação **sempre renovada** com uma destinação escolar dos estudos acadêmicos sobre língua e linguagem, reafirmo, nesta incursão, a opção por um direcionamento funcionalista de estudo, o qual permite sustentar uma construção prática (funcional) das análises e favorece abrigar a consideração da POLÍTICA LINGUÍSTICA no tratamento escolar da língua materna. (NEVES, 2007, p. 84).
(introdução – apresentar metodologia)

(117) O texto, assim constituído, é dinâmico, **está sempre** por fazer. (KOCH, 2007, p. 24).
(introdução – do que se trata a pesquisa)

Podemos dizer que a certeza (modalidade epistêmica) muitas vezes é reforçada pelo lugar de quantidade. Como já mencionado, o lugar de quantidade dá destaque àquilo que se tem de mais valor a partir da relação de quantidade, ou seja, daquilo que é mais durável, mais frequente, mais habitual, mais normal. É o que acontece na argumentação quando o autor apresenta algo que considera importante para seu estudo e utiliza o advérbio de frequência sempre incidindo sobre o verbo.

Além da presença do advérbio sempre, que pode atuar como reforçador da certeza pela quantidade, observamos também como regularidade os advérbios de intensidade e quantidade: bastante, pouco, muito, que exercem essa mesma função nos artigos científicos. Observe os exemplos:

(118) O discurso indireto livre, apesar de recorrente em textos literários, não se materializa em PMC. Vale dizer, no entanto, que este é um caso **bastante** interessante de polifonia, pois nele mesclam-se as vozes de dois enunciadores; no caso de uma narrativa, a personagem é o enunciador primeiro e o narrador, o segundo. (FARAH, 2008, p. 212).
(introdução – do que se trata a pesquisa)

(119) Enunciado 1(e.1): Os psicólogos garantem: a maioria dos homens possui desejos **pouco** convencionais e manias na cama, apesar de não admitir. (MIRANDA, 2006, p. 74).
(desenvolvimento – proposta da análise)

(120) **Poucos** são os estudos que intentam constatar a riqueza linguística dos textos destinados ao público infantil, por isso nossa escolha se vincula à tentativa de valorizá-los, assim como contribuir, ao tornar um dos seus títulos objeto de análise, para que tais obras passem a se tornar recurso pedagógico para além da função paradidática à qual, normalmente, estão circunscritos. (FARAH, 2008, p. 209).

(introdução – apresentar objetivos)

(121) Acaba toda a poesia se, para falar sobre a dificuldade de lidar com essa complexidade, eu invocar o fato de que estão sem solução **muitas** questões que se ligam à própria inserção sócio-cultural das línguas naturais. (NEVES, 2007, p. 82).

(introdução – do que se trata a pesquisa)

No enunciado, o autor imprime uma maneira própria de enunciá-lo ao marcar alguns dados que considera importantes no discurso, por meio do advérbio de frequência sempre, e dos advérbios de intensidade e quantidade, bastante, pouco e muito. A escolha desses elementos linguísticos faz com que a força dos seus argumentos aumente. Em outras palavras, o uso desses advérbios no artigo científico é um mecanismo discursivo que ajuda o autor a tornar seu ponto de vista mais convincente, o que faz com que seus argumentos sejam cada vez mais aceitos pelo leitor.

No final da introdução do artigo científico, observou-se a presença de verbos marcadores de ordenação textual, que geralmente atuam como ordenadores por causa do tempo – passado, presente ou futuro. Segundo Travaglia (1991), esses verbos são chamados de enunciativos e de tratamento de tópico. Os enunciativos se referem ao próprio ato de dizer. Os verbos que pertencem a esse grupo são: falar, dizer, perguntar, responder, afirmar, citar, expor, replicar, protestar... Vejamos os exemplos:

122) Para finalizar, **cumpre dizer** que a apresentação do trabalho não obedecerá à linearidade do texto. **Salientaremos** os vários enunciados que consistem em um fator de polifonia, tecendo os devidos comentários. (FARAH, 2008, p. 212).

(introdução)

- (123) Na discussão, estabeleço como esteio da língua, como uma definição primeira, a sua GRAMÁTICA, aquele aparato que leva ao cálculo de sentido da linguagem, e que organiza todo o entrelaçamento das relações que a sociocomunicação estabelece sustentado pela cognição. É neste ponto que **considero oportuno** meditar sobre esta frase aparentemente tão simples do semanticista Gennaro Chierchia: (NEVES, 2007, p. 82).
(introdução)

Os verbos de tratamento de tópico indicam como um tópico será posteriormente desenvolvido. Fazem parte desse grupo os verbos: buscar, ver, discutir, provar, apontar, propor, colocar, exemplificar, esquematizar, destacar, propiciar, verificar, desvelar... É o caso de salientaremos em (122).

Observe os exemplos que fazem parte do grupo que corresponde aos verbos de tratamento de tópico.

- (124) Essa é a parte sombria da universidade. Nas relações acadêmicas, o *éros* está completamente ausente e o *thánatos* reina triunfante. E o sentimento que domina tudo é o ressentimento. **Vamos buscar entendê-lo e verificar** como ele se manifesta na academia. (FIORIN, 2007, p. 14).
(introdução - apresentar objetivos)
- (125) Assim, o presente não herda o passado, mas o constrói à sua maneira. Na história da Linguística, a obra de Saussure não escapou dessas vicissitudes; antes, ela ressurgiu por várias razões. **Cabe-nos começar a refletir** sobre esse seu ressurgimento. (PIOVEZANI, 2008, p. 11).
(introdução- apresentar objetivos)
- (126) Por isso, **proponho**, para as palavras gramaticais, uma teoria gramatical extraída dos princípios gerais do estruturalismo ortodoxo, de base distribucional, na linha de Harris. (BORBA, 2007, p. 139).
(introdução – apresentar objetivos)
- (127) Dessa forma, cumpre-nos destacar que, com este trabalho, **pretendemos analisar** *Passarinho me contou* (PMC), livro destinado ao público infantil escrito por Ana Maria Machado (1984) em parceria com Ivan e Marcelo,.. (FARAH, 2008, p. 209).
(introdução – apresentar objetivos)

Tanto os verbos enunciativos quanto os verbos de tratamento de tópico marcam segmentos da sequência linear em um texto, que orientam o leitor para um momento, seja

anterior, simultâneo ou posterior. Nos exemplos retirados do nosso *corpus* os verbos remetem para as partes posteriores do texto, aquelas que ainda serão discutidas, analisadas.

Nas passagens (124) a (127), que se localizam no término da introdução do artigo, tem-se a ocorrência da modalidade volitiva de intencionalidade. O produtor textual apresenta a realização da situação como algo desejável, pretendido, e que, conseqüentemente, tem a intenção de realizar.

Assim, os organizadores textuais: vamos buscar, cabe-nos começar, proponho, pretendemos, desvelaremos, trataremos a seguir, têm a função de sinalizar o início da análise, e de marcar a intenção de fazê-la. Desse modo, esses organizadores textuais por marcar intenções e pretensões, atuam, no final da introdução dos artigos científicos, como modalizadores.

Na parte que se refere ao desenvolvimento dos artigos científicos, ao apresentar os dados, o produtor utiliza 12,46% as modalidades com um grau maior de certeza. De acordo com Koch (1996), o locutor, ao recorrer às modalidades que se situam nos vértices superiores do hexágono de Blanché (A, E, U)/ eixo alético, epistêmico, deôntico, axiológico), procura manifestar um saber (explícito ou implícito) e obrigar o interlocutor a aderir ao seu discurso, aceitando-o como verdadeiro.

Utilizando esse campo das modalidades, o produtor textual assume um comprometimento maior em relação ao que afirma, pois além de usar formas verbais marcadoras de certeza (geralmente o presente do indicativo) usa outros recursos, como os advérbios, que aprofundam o compromisso assumido com o que se diz, como nos exemplos (128) a (131):

(128) No entanto, os afetos marcam **profundamente** as relações acadêmicas. Não se trata do companherismo, da benevolência, estados passionais da vida. O que governa a vida universitária são as paixões da morte: hostilidades, rancores, invejas, ressentimentos. (FIORIN, 2007, p. 13).
(desenvolvimento – apresentar dados)

(129) O fato de que a AD tenha surgido nesse contexto contribuiu **decisivamente** para promover a leitura que Pêcheux fez da obra saussuriana, quando da concepção dos primeiros textos da AD. (PIOVEZANI, 2008, p.14).
(desenvolvimento – apresentar dados)

- (130) A situação apresentada acima mostra **especialmente** como a classe adverbial se expande pelo expediente da gramaticalização. (BORBA, 2007, p. 142).
(desenvolvimento – do que se trata a pesquisa)
- (131) Resguardadas as características individuais de cada herói bem como o que encontram e retiram do reino à procura do problema que eles supunham ser, são **exatamente** iguais as passagens que marcam seus feitos. (FARAH, 2008, p. 219).
(desenvolvimento – proposta da análise)

A função de alguns advérbios modalizadores (modalidade epistêmica da certeza) é marcar um determinado elemento no interior do texto. O autor usa esses modalizadores para convencer o leitor de suas asseverações, e, assim, ganhar, supostamente, sua adesão. Segundo Ilari (2002), o caráter modalizador dos advérbios do tipo: profundamente, decisivamente, especialmente, igualmente, tem como efeito de sentido enfatizar o conteúdo proposicional, revelando um alto grau de adesão do autor e buscando o mesmo grau de adesão do leitor.

Nos enunciados abaixo, se as afirmações dos autores fossem relativizadas e indecisas, isso só traria prejuízo para a colocação dos seus argumentos. A intenção dos enunciadores é deixar explícito que o argumento apresentado não é apenas algo possível, mas, mais do que isso, é incontestável. Veja outros exemplos em que o autor nos revela sua completa adesão ao assunto que propõe:

- (132) Por esta razão, autor e leitor do hipertexto são colaboradores ativos (o que, **evidentemente**, não é privilégio do hipertexto), de modo que há autores que propõem redefinir o leitor do hipertexto como *lautor (wreader)* ou *leitor liberto* da tirania da linha, já que ele mesmo, em certa medida, produz e consome o sentido do texto. (KOCH, 2007, p. 34).
(conclusão – balanço dos resultados)
- (133) Assim, é pelas formas de interlocução com esse usuário que se pode compreender o imaginário de professor subjacente a eles – e ao livro como um todo – e as posições enunciativas que se constroem para que o professor as venha ocupar, como sujeito discursivo. **Evidentemente**, o professor real pode não ocupar essas posições e, até mesmo, resistir a elas, de maneira consciente. (GRIGOLETTO, 2003, p. 76).
(introdução - do que se trata a pesquisa)

Travaglia (1999), por sua vez, assevera que o falante dá destaque a determinados elementos dentro do texto, colocando-os em proeminência em relação a outros, utilizando o fenômeno chamado relevo. “Parece que o falante dá relevo a elementos dentro do desenvolvimento do tópico discursivo por razões diversas, sobretudo por razões ideacionais/cognitivas, argumentativas e emocionais, com diferentes funções.” (TRAVAGLIA, 1999, p. 78). A função básica do relevo é dar destaque, enfatizar, intensificar, reforçar um argumento.

Nessa linha de pensamento, pode-se dizer que o uso dos advérbios modalizadores nas proposições (128) a (133) configura-se como um recurso de relevo. Esse tipo de relevo pertence ao plano do relevo ideacional/cognitivo, pois o autor dá destaque a determinados elementos para os quais ele quer chamar atenção e que são relevantes para o que está sendo colocado. Desse modo, o fenômeno relevo ao colocar em proeminência determinados elementos dentro do texto, funciona como uma estratégia argumentativa. Por meio desse recurso, o autor destaca as informações que ele próprio considera essenciais para a sua enunciação, reforçando seus argumentos. Assim, o produtor ressalta o que julga fundamental comprometendo-se por meio de advérbios, como vimos nos exemplos (128) a (133), e dá destaque às ideias que ele considera importantes.

Outro recurso marcador de relevo que o autor utiliza em toda a superestrutura do artigo científico são expressões cristalizadas, tais como: é interessante, é preciso, é necessário, é evidente... Vejamos os exemplos:

- (134) **É evidente** que o português europeu soa bem diferente do nosso – por vezes até nem o entendemos muito bem – e, quanto ao português de outros continentes, pouco ou nada conhecemos: se o ouvimos, e temos ouvidos preparados para tal, sentimos nele o acento de fala da terra portuguesa, que é a fala que realmente constitui a sua fonte. (NEVES, 2007, p. 86).
(desenvolvimento – proposta da análise)
- (135) Por exemplo, em termos de sua função cognitiva, **é importante** que as palavras “linkadas” pelo produtor do texto constituam realmente palavras-chave, cuidadosamente selecionadas no seu léxico mental e relacionadas de forma a permitir ao leitor...” (KOCH, 2007, p. 29)
(desenvolvimento – proposta da análise)
- (136) **É necessário** que a revista aceite a leitora como interlocutora e esta, a seu modo, também reconheça a revista como interlocutora que possui uma

função informativa, comercial ou meramente de entretenimento. (MIRANDA, 2006, p.70).
(introdução – do que se trata a pesquisa)

- (137) **É preciso** frisar, entretanto, que, como alternativa pedagógica, não basta que seja dada a oportunidade de leitura de textos como PMC para trabalhar as típicas perguntas insipientes de localização de informação ou conferir-lhes um tratamento paradidático. **É necessário** fazer com que o aluno perceba as estratégias discursivas presentes em um texto. (FARAH, 2008, p. 222).
(conclusão – balanço dos resultados)

Além de marcar o relevo, essas expressões modalizam o conteúdo que vem a seguir, pois revelam uma atitude de valoração do mesmo, direcionando o foco da atenção do leitor para o que o autor propõe. O movimento das modalidades epistêmicas da certeza se estabelece na medida em que o autor ressalta o que julga fundamental na análise dos dados e dos resultados encontrados.

Por meio dos exemplos (138) a (141) que virão a seguir, observa-se a função dos advérbios modalizadores que é a de modalizar o conteúdo de uma asserção, intervindo no valor do enunciado. O uso desses advérbios é uma estratégia linguística do falante para marcar sua atitude em relação aquilo que diz, com consequências na argumentação.

De acordo com Neves (1998, p. 245) os advérbios podem ser classificados em:

- a. **Delimitadores ou circunscritores:** delimitam o ponto de vista sob o qual uma asserção pode ser considerada verdadeira. (historicamente, genericamente, teoricamente, tecnicamente...)
- b. **Epistêmicos:** indicam a crença, uma opinião, uma expectativa sobre a asserção. (provavelmente, realmente, certamente, possivelmente...)
- c. **Atitudinais:** indicam uma apreciação sobre o conteúdo da asserção. (felizmente, positivamente, infelizmente...)
- d. **Aspectualizadores:** fazem quantificação do estado-de-coisas, indicando frequência de ocorrência, duração ou reiteração. (novamente, ultimamente, diariamente, geralmente...)

Vejamos a ocorrência de alguns desses advérbios retirados do nosso corpus:

- (138) Resta ressaltar que a necessidade de acenar para a (pós-) modernidade, para o novo, para um conhecimento do que **recentemente** se estabeleceu como “moderno”, responde a uma ânsia de atualização como inserção no mundo de hoje e denuncia a existência de fragmentos do discurso científico da Linguística Aplicada e da Pedagogia, na constituição do imaginário da personagem (professor) e do professor (-personagem). (CORACINI, 2006, p. 18).
(recentemente – advérbio delimitador ou circunscritor)
(desenvolvimento – proposta de análise)
- (139) **Na verdade**, a contenção é o resultado da fixação de determinados sentidos, o que, por sua vez, produz a ilusão de saturação. (GRIGOLETTO, 2003, p. 81).
(na verdade – (locução) advérbio epistêmico)
(desenvolvimento – proposta da análise)
- (140) Passarinho me contou é uma expressão popular, de tom intimista, utilizada, **geralmente**, quando se quer escamotear a identidade de quem fez um relato. (FARAH, 2008, p. 209).
(geralmente - advérbio aspectualizador)
(introdução – do que se trata a pesquisa)
- (141) Caso o leitor se deixe levar desavisadamente de um link a outro e, a partir do novo texto acessado, por meio de novos links, a outros textos, e assim **sucessivamente** ele correrá o risco de formar uma conexão em cascata, que, de tão extensa, poderá transformar-se numa cadeia sem fim, [...] (KOCH, 2007, p. 30).
(sucessivamente – advérbio aspectualizador)
(desenvolvimento – proposta de análise)

Em seu artigo sobre advérbios, Neves (1998) apresenta as subclasses dos advérbios modalizadores, entre essas subclasses temos os modalizadores epistêmicos de certeza (exemplos 132, 133 e 139). Nesse caso, a função do advérbio é asseverar, marcar uma adesão do falante ao que ele diz, adesão mediada pelo seu saber sobre as coisas.

Neves (1998) propõe uma subclassificação dos modalizadores epistêmicos (asseverativos): em afirmativos (de factualidade = evidentemente, realmente, obviamente...), negativos (de confracturalidade = de jeito nenhum, de forma alguma), e relativos (de eventualidade = talvez, provavelmente, eventualmente...).

(142) Uma análise funcionalista faz, acima de tudo, a interpretação dos textos, que são considerados as unidades de uso – portanto discursivo-interativas - embora, **obviamente**, ela vá à interpretação dos elementos que compõe as estruturas da língua (tendo em vista suas funções dentro do todo o sistema linguístico) e à interpretação do sistema (tendo em vista os componentes funcionais). (NEVES, 2007, p. 89-90).

(obviamente – advérbio epistêmico de factualidade)

(desenvolvimento – apresentar dados)

(143) [...] assim, uma textualidade cuja coerência acaba sendo uma construção pessoal, visto que, como já dissemos, não haverá, **efetivamente**, dois textos **exatamente** iguais na escritura hipertextual. (KOCH, 2007, p. 35).

(exatamente/efetivamente - advérbio epistêmico de factualidade)

(conclusão – balanço dos resultados)

No exemplo (143), temos o modalizador epistêmico de factualidade (asseverativo), em que o conteúdo do que se diz é apresentado com uma expressão negativa (não haverá) que é reforçada pelo advérbio exatamente, com o intuito de asseverar aquilo que o autor não concorda.

Em (142) e (143), ao afirmar com segurança o conteúdo, o autor utiliza a modalidade epistêmica (certeza) para defender a ideia que propõe. Este é mais um dos movimentos que aparece em toda a superestrutura do artigo científico, mais especificamente no movimento proposta da análise, em que o autor propõe uma ideia e a defende usando a modalidade epistêmica de certeza.

Na realidade o que o autor quer com uso dos advérbios asseverativos é marcar seu enunciado como merecedor de crédito. Entretanto, esse tipo de advérbio nem sempre garante que o conteúdo do que se diz seja, realmente, verdadeiro ou não verdadeiro, ou possível. De acordo com Neves, existem pessoas que, antecipando-se a uma possível desconfiança de seu interlocutor, modalizam continuamente o seu enunciado com elementos asseverativos. (NEVES, 1998, p. 248). Alguns tipos de interlocução muito frouxos, nos quais falta consistência, e, a partir daí, a baixa credibilidade do que é dito se compensa com uma manifestação repetida de certeza ou de crença.

Partindo dessa argumentação, podemos concluir que o uso excessivo dos advérbios asseverativos, dentro de um texto, pode se tornar uma “faca de dois cumes”. Com o intuito de garantir o conteúdo daquilo que diz, o autor, por meio de repetições de termos, pode tornar o texto enfadonho, cansativo, gerando, assim, um desinteresse por parte do leitor. Entretanto, se

a utilização desses recursos for bem empregada, o autor poderá aumentar ainda mais sua credibilidade em relação ao auditório que deseja persuadir. Em outras palavras, o uso de advérbios asseverativos, tais como: exatamente, efetivamente e realmente, pode se tornar um recurso linguístico de grande proveito, mas se o autor fizer o uso exagerado desse recurso, correrá o risco de perder a confiabilidade do seu leitor.

Por outro lado, em uma atitude de incerteza, de dúvida, ou para não se comprometer ou para se resguardar de uma contraprova ou evidência em contrário ao que se afirma, o autor utiliza o advérbio talvez como regularidade, principalmente nos movimentos que se referem à apresentação dos dados e à proposta de análise. Posteriormente, essas relativizações introduzidas pelo advérbio talvez podem se confirmar por evidências e/ou raciocínio desenvolvido. Observe:

- (145) **Talvez** a análise da personagem Juliana, criada de Luísa, de *O primo Basílio*, de Eça de Queiroz, ajude a entender esse comportamento. (FIORIN, 2007, p. 19).
(desenvolvimento – proposta da análise)
- (146) **Talvez**, o contexto em que emergiram esses dois campos de estudo da linguagem estivesse propício à reivindicação da herança de Saussure, o que permitiria, inclusive, a ultrapassagem das fronteiras da Linguística. (PIOVEZANI, 2008, p. 10).
(desenvolvimento – apresentação dos dados)
- (147) **Talvez** pelo fato de o corpo humano ser um ponto de referência na localização espacial, quando um nome de parte do corpo [pé, mão, braço, cabeça, testa, boca, costas, nariz] ocupa o centro do sintagma, desenvolve-se uma cadeia de gramaticalização, ou seja, uma estrutura linear que pode ser descrita como um *continuum* ou uma escala, que vai do concreto e lexical para o abstrato e gramatical. (BORBA, 2007, p. 140).
(desenvolvimento – apresentação dos dados)

De acordo com Guimarães (2005) o advérbio talvez se apresenta como contingente, como algo que pode ou não acontecer. Vale ressaltar que o emprego de expressões que indicam dúvida, possibilidade, probabilidade funciona como uma estratégia persuasiva, pois

ao confessar suas incertezas, numa atitude de honestidade, a intenção do autor é dar maior credibilidade a sua pesquisa e, conseqüentemente, manter a adesão do leitor.

Já Neves (1998), em relação ao emprego dos advérbios asseverativos relativos, como talvez, assevera que o conteúdo do que se diz é apresentado como uma eventualidade, como algo que o falante crê ser provável, ou não provável, possível. Além disso, essa mesma autora diz que selecionando esse tipo de advérbio para seu texto, o autor não se compromete com a verdade do que é dito, desse modo, o enunciado revela um baixo grau de adesão.

De acordo com Koch (1996), o advérbio talvez, como indicador ilocucionário, modaliza os enunciados que introduz, atenuando a força do ato da asserção. Entretanto, a função desse advérbio pode não ser apenas de atenuar, mas de relativizar, ou seja, de mostrar sua não-certeza como em (145) a (147).

O mesmo raciocínio, em relação à atenuação, é válido também para os excertos (148) a (150) que aparecem em todas as partes da superestrutura dos artigos científicos analisados e em que a atenuação é feita pelo uso do verbo tentar.

(148) Na imprensa feminina não é diferente. Os conteúdos veiculados por essa parceria da imprensa assumem um posicionamento diante da realidade e constroem formas de negociação discursiva que **tentam ocultar** a heterogeneidade presente no discurso no intuito de torná-lo homogêneo. (MIRANDA, 2006, p. 65).

(introdução/ do que se trata a pesquisa)

(149) Por essa razão, depois de termos proposto uma restituição da complexidade da questão que nos incita a refletir sobre as interpretações da obra de Saussure realizadas pela AD, passamos agora a avançar uma hipótese, sobre as condições de emergência dessa questão e a **tentar apresentar** uma razão que justifique sua formulação. (PIOVEZANI, 2008, p. 11).

(desenvolvimento/ proposta de análise)

(150) Nesse sentido, creio que é preciso **não tentar “suplantar”** as posições subjetivas que são oferecidas aos professores pelos vários discursos que os constituem, justamente porque se trata de constituição, que não se apaga; ao contrário é preciso permanecer nesse espaço discursivo, analisá-lo e interrogá-lo, sobretudo, buscando compreender a opacidade dos sentidos e os deslocamentos como forma de produzir o novo, já que o novo nunca é totalmente estranho ao que já está posto. (GRIGOLETTO, 2003, p. 75).

(conclusão/ balanço dos resultados).

O autor, ao duvidar de seus posicionamentos, utiliza a probabilidade que se refere à modalidade do *crer*, marcada seja por advérbios, como nos exemplos 145 a 148, ou por verbos, exemplos 148 a 150.

De acordo com Alexandrescu:

As modalidades do **crer** e do **saber** regem todo e qualquer ato de enunciação, já que todo ato de enunciação: a) requer um mínimo de informação da parte do locutor sobre o estado de coisas designado pelo enunciado; b) deve ser compatível com as outras enunciações do mesmo locutor. (1966 apud KOCH, 1996, p. 83).

Assim, os autores deixam transparecer a não-certeza em 145 a 147 por meio do advérbio asseverativo relativo talvez. Nesses casos utilizando a dúvida como estratégia persuasiva em uma atitude de honestidade em relação ao que se diz. Essa atitude de honestidade refere-se às manifestações de sinceridade do autor ao construir o texto, visando torná-lo autêntico, verdadeiro. Também parece ser um modo de introduzir uma proposta de análise de um modo menos taxativo, para levar o interlocutor a pensar num propósito sem se opor, já que é apenas algo possível, provável, e depois, por evidências e raciocínio, alçá-la ao status de algo “certo”.

Vale ressaltar que para se construir um texto é necessário mais que honestidade, ou seja, é preciso que o autor explore recursos linguísticos para que o discurso seja envolvente e tenha credibilidade.

Já em outros momentos, o autor deixa transparecer a dúvida para relativizar algo que já foi posto por outrem como verdade, para depois poder se contrapor sem se opor frontalmente logo no primeiro momento. A partir daí ele vai desconstruindo a ideia com que não concorda.

A título de exemplificação, apresentamos os seguintes exemplos em que isso se torna claro:

- (151) Uma vez que já fizemos alguns breves comentários sobre o advento e a pertinência das discussões em torno das relações entre Saussure e a AD, [...], cabe-nos, por ora, retomar a questão central de nosso trabalho e apresentar algumas das suas possíveis respostas, considerando as determinações das variáveis, à quais nos referimos acima. Se as repostas podem variar, portanto, conforme focalizemos essa ou aquela AD e/ou esse

ou aquele Saussure, *a fortiori*, elas variarão de acordo com quem as produza e com o que se entende por abandono à solidão ao pensamento. Assim, à questão “a AD deixou Saussure sozinho com seu pensamento?” **poder-se-ia** responder “sim” e/ou “não”, segundo a pertença a certo campo de saber ou a um determinado grupo institucional, por exemplo. Grosso modo, **talvez** pudéssemos conjecturar, ao menos, três diferentes respostas: (PIOVEZANI, 2008, p. 13).

(desenvolvimento – apresentar dados)

- (152) Por intermédio desse mecanismo, o discurso do livro didático interpela o professor a ocupar a posição subjetiva (e ideológica) de alguém sensível a argumentos lógicos e científicos; alguém que deve se pautar, na sua prática, por esse discurso racional e racionalizante. Note-se, ainda, no exemplo (3), como a voz da ciência se faz ouvir no que **poderíamos** denominar argumento de autoridade (*Research shown*), que prontamente se liga à conclusão lógica com o conectivo *therefore*, produzindo o efeito de sentido de uma conclusão irrepreensível, já que é respaldada por resultados científicos. (GRIGOLETTO, 2003, p. 78).

(desenvolvimento – proposta da análise)

Nos exemplos (151) e (152), a modalidade epistêmica de probabilidade, levando à incerteza (poder-se-ia/ poderíamos), introduz o posicionamento relativizado do produtor, com o objetivo de fazer com que o leitor concorde ou não com ele, ou seja, o autor não impõe a sua opinião, deixando, assim, ao leitor a possibilidade de acatar ou não os argumentos apresentados para, em seguida, propor respostas para o que está sendo discutido.

Nesse sentido, podemos afirmar que o discurso relativizado tem a função de desestabilizar aquele leitor que sai desconstruindo o que já se tem como aceito. Essa estratégia permite que o autor se antecipe aos possíveis questionamentos do leitor, introduzindo no próprio discurso argumentos que são difíceis de serem contra-argumentados. Dessa maneira, o produtor atenua e, ao mesmo tempo, esquiva-se de um discurso autoritário, ao lançar mão do uso de verbos no futuro do pretérito do indicativo, por exemplo.

Como já vimos, em toda a construção do artigo científico, o autor tem a finalidade de convencer o leitor de seus posicionamentos. Para tanto ele seleciona com mais regularidade a modalidade epistêmica de certeza, entretanto, algumas vezes, para não assumir um discurso autoritário, o autor atenua a modalização epistêmica da certeza, utilizando o advérbio talvez, como vimos nos exemplos (145) a (147), e o auxiliar modal poder (modalidade alética de possibilidade). Vejamos os exemplos:

- (153) Exemplificando, **pode-se afirmar que**, dado o bloco que estabelece interdependência semântica entre estudo e sucesso, o qual **pode ser** expresso pelo discurso. (GRAEFF, 2007, p. 193).
(desenvolvimento – proposta da análise)
- (154) Analisando a história da língua francesa, mas propondo uma reflexão sobre língua e gramática que **pode ser** estendida a outras línguas européias que tiveram suas gramáticas pensadas e escritas com propósitos semelhantes, a autora mostra a progressiva normatização da língua efetuada pela gramática,... (GRIGOLETTO, 2003, p. 79).
(desenvolvimento – proposta da análise)
- (155) Desvelaremos , portanto, quais são os efeitos de sentido que a inserção dos discursos de outrem **pode evocar**; e, sendo o ato de enunciar um forma de ação sobre o outro, quais seriam as atitudes esperadas de resposta do interlocutor apreendidas pelo debate entre as vozes do texto. (FARAH, 2008, p. 210).
(introdução - apresentar objetivos)

Além de atenuar seu discurso, o autor ao utilizar a modalidade alética da possibilidade, marcada, sobretudo, pelo auxiliar modal poder (75%), autoriza o leitor a fazer inferências, levando-o a perceber relações co-textuais e contextuais. Assim, por meio da modalidade alética, o leitor constrói uma possibilidade implícita, ou seja, o leitor faz suas inferências a partir de pistas linguísticas deixadas pelo autor. Dessa forma, o autor faz com que o leitor compreenda e, ao mesmo tempo, construa o texto no momento em que ele está fazendo sua leitura, numa interação entre autor-texto-leitor. Ou seja, o raciocínio do leitor passa a interferir na compreensão do texto ao relacionar as pistas que o autor deixa com os argumentos por ele apresentados. Dessa forma, o leitor torna-se, no ato da leitura, um co-autor.

Estrategicamente, o autor ao utilizar a modalidade alética de possibilidade evita impor ao leitor seu ponto de vista. Agindo assim, o autor permite ao leitor interagir com o assunto, acatando-o ou não. Ou melhor, o autor, ao propor algo, leva em consideração o caráter de integração entre autor e leitor, e materializa essa intenção através de marcas linguísticas. Ao fazer a leitura de um texto, o leitor se dispõe a escutar o que o autor tem a dizer, para depois aceitar, julgar, rejeitar o que é colocado. Segundo Marcuschi, “o sentido não está no texto nem no leitor nem no autor, e sim numa complexa relação interativa entre os três e surge como efeito de uma negociação.” (MARCUSCHI, 2008, p. 48).

Como já dissemos na parte teórica de nosso estudo, um dos fatores para se estabelecer a coerência são os elementos linguísticos, que servem como pistas para a ativação dos conhecimentos armazenados na memória e que constituem o ponto de partida para a elaboração das inferências. Esse modo do autor processar o texto, dando ao leitor elementos linguísticos para que ele elabore inferências, estabelecendo a coerência, funciona como uma estratégia argumentativa. Mosca assevera que

(...) argumentar significa considerar o outro como capaz de reagir e de interagir diante das propostas e teses que lhe são apresentadas. Equivale, portanto, a conferir-lhe status e a qualificá-lo para o exercício da discussão e do entendimento, através do diálogo. (MOSCA, 1999, p. 17).

Em outras palavras, a argumentação deve levar em conta a capacidade de inferência do leitor, considerando que ele é capaz de reagir e interagir diante do assunto apresentado, o que permite ao leitor entender uma informação nova a partir de uma informação dada. Vale lembrar que para que haja a compreensão de um texto, não basta apenas fatores de textualização, como a coerência e a coesão, deve-se levar também em conta as condições textuais, pragmáticas, cognitivas, as intenções do autor e o gênero. Dessa forma, o leitor somente conseguirá dar sentido ao texto mediante a interação entre diferentes níveis de conhecimento, como o conhecimento de mundo, o linguístico, o cognitivo e o textual.

Vimos até agora a utilização das modalidades epistêmicas e aléticas, numa alternância constante entre o crer e o saber. Além do uso frequente dessas modalidades, em nossa análise, constatamos também o uso da **modalidade imperativa** (ordem). Essa modalidade aparece em diferentes partes do artigo científico, mas o maior número de ocorrências foi detectado no movimento: proposta da análise (64,52%).

Vê-se no exemplo (156), que a posição do autor é a de determinar algo ao leitor sem que seja contra-argumentado ou contestado, por meio da modalidade imperativa (ordem marcada pelo verbo no modo imperativo na 1ª pessoa do plural: acrescentemos). Neste caso, a ordem tem a função de fazer com que o autor se resguarde de um possível questionamento que possa vir a aparecer em relação ao assunto tratado. O autor dá uma ordem para que ele

mesmo execute determinada ação, ou seja, apresenta a situação como criadora de obrigações para ele próprio. Além disso, ao inserir no enunciado o termo “de imediato”, o autor inicia uma explicação antecipada dos possíveis resultados que o leitor poderá encontrar na análise. Neste exemplo, podemos inferir que o autor dá essa explicação porque ele mesmo acredita que a leitura que a Análise do Discurso faz do Curso de Linguística Geral de Saussure é polêmica.

- (156) **Acrescentemos**, de imediato, que as diversas respostas a **serem dadas** à primeira questão **dependerão** daquelas que **PODEM SER** formuladas para responder a essas últimas. (PIOVEZANI, 2008, p. 7).
(introdução - do que se trata a pesquisa)

Observe-se nos exemplos (157) a (159) que a ordem dada deve ser executada tanto pelo autor quanto pelo leitor.

- (157) Na enunciação, temos o “discurso apaixonado”, quando dos elementos linguísticos depreende-se um tom passional presente no próprio ato de tecer o texto. Por exemplo, quando se lê o poema Navio Negreiro, de Castro Alves, percebe-se a indignação com que se enunciam seus versos. É chamada “ira candoeira” que preside ao ato enunciativo. **Tomemos** um exemplo do final do poema: (FIORIN, 2007, p.11).
(desenvolvimento – apresentar dados)
- (158) **Fixemos** como primeira interface a ser considerada a que existe entre GRAMÁTICA e POLÍTICA. (NEVES, 2007, p.83).
(desenvolvimento – proposta da análise)
- (159) Nesse sentido, os prefácios apresentam uma profusão de construções sintáticas que estabelecem essas relações. A título de exemplo, **vejamos** os seguintes excertos: (GRIGOLETTO, 2003, p.78).
(desenvolvimento – apresentar dados)

Podemos verificar nos exemplos (157) a (159) que a ordem tem a função de estabelecer a comunhão com o leitor por meio de um convite. De acordo com Cardoso, em sua análise sobre os anúncios publicitários, quando se é verificado “o uso da marca verbal no imperativo, certamente, esse uso não denota uma ordem, mas um uso estrategicamente argumentativo em

que o locutor faz uma proposição, ou seja, uma sugestão, um convite à ação.” (CARDOSO, 2010, p. 70).

Assim como nos anúncios publicitários, o uso da modalidade imperativa com outra função que não a ordem, é também utilizada nos artigos científicos. Ao lançar mão do verbo no modo imperativo, o autor não tem intenção de impor algo para que o leitor execute, mas sim convidá-lo a participar como co-autor na elaboração do texto. O que o autor pretende é estabelecer a comunhão com o leitor. De que maneira? Convidando-o a participar da construção do texto, aderindo ou refutando os argumentos apresentados. Essa estratégia da comunhão tem inequívoca força argumentativa, pois tende-se a aceitar melhor, mais facilmente, aquilo de cuja construção se participa.

Mesmo utilizando os verbos no modo imperativo, percebemos que o autor não deseja em momento algum, durante a elaboração do seu texto, assumir um discurso autoritário, e por isso mesmo ele tenta se resguardar de uma contraprova ou evidência em contrário utilizando outros recursos como os mecanismos de impessoalização.

Veicula-se a ideia de que no discurso científico devem predominar as **marcas de impessoalidade**, desse modo, os produtores textuais tentam se “apagar” dentro do texto utilizando formas verbais impessoais, a voz passiva e a colocação dos dados e fatos na posição do sujeito sintático. A ocultação da figura do autor faz com que o leitor se veja diante das verdades científicas, que são tidas na comunidade científica como verdades incontestáveis. Ao utilizar essa estratégia o autor impossibilita o leitor de construir críticas e argumentos contrários ao que está sendo argumentado e, além disso, reforça a certeza pela apresentação de algo. Vejamos alguns exemplos:

(160) **Sabe-se que** o leitor de um texto constrói a sua coerência ao ser capaz de, por meio de intrincadas teias que nele se tecem durante a progressão textual, estabelecer mentalmente uma continuidade de sentidos. (KOCH, 2007, p. 30 - 31).
(desenvolvimento – proposta da análise)

(161) Como **se pode perceber, são** encadeamentos argumentativos conversos A/C bem como B/D, visto corresponder cada par ao encadeamento

argumentativo normativo e transgressivo do mesmo bloco, tomado este positivo ou negativamente. (GRAEFF, 2007, p.194).
(desenvolvimento – proposta da análise)

(162) Por esses aspectos descritos acima, **pode-se afirmar** que o leitor-modelo previsto pelo autor seja conhecedor da língua portuguesa, tenha interesse por assuntos como moda, beleza, sexo, comportamento, ética sexual, saúde fofoca, culinária e trabalho. (MIRANDA, 2006, p.73).
(desenvolvimento – proposta da análise)

(163) Representa-se, então, o professor como um indivíduo destituído de autonomia, pois tem de ser guiado passo a passo e não pode agir por si mesmo de forma independente. **Vê-se que** tal posição subjetiva é contrária àquela estabelecida pelos *modos de dizer lógico e sugestivo*, e sobretudo por este último. (GRIGOLETTO, 2003, p.81)
(desenvolvimento – proposta de análise)

Nos exemplos acima, o autor, com o intuito de concluir aquilo que está defendendo durante a consecução do artigo científico, utiliza a modalidade epistêmica de certeza aliada a um mecanismo de impessoalização não só para se resguardar de possíveis questionamentos como também de se posicionar de maneira implícita. O autor seleciona expressões, como: *vê-se que, pode-se afirmar...* ao invés de expressões, como: *eu sei que...; eu acredito que...* para dar a impressão de um discurso neutro. Desse modo, ao utilizar esse tipo de discurso o autor se “esconde”, tenta ocultar sua existência para tornar seu enunciado convincente e digno de credibilidade. A ocorrência do recurso do mecanismo de impessoalização é de 12,38% em relação ao total das certezas.

A **ausência da modalidade** é um recurso que o autor dos artigos científicos utiliza para que seu enunciado adquira um efeito de verdade, de confiabilidade. Verificamos em nossa análise que há certos momentos no artigo científico em que não se marca a modalidade. Ao invés do autor modalizar o conteúdo do enunciado, ele busca “esquecer” esse elemento linguístico para dar a impressão de que seu discurso é neutro.

Sabemos que na comunidade científica há o mito de que qualquer declaração deve pertencer às verdades inquestionáveis, absolutas, o que faz com que os produtores textuais busquem a neutralidade, a objetividade para serem tidos como imparciais. Assim, no meio

acadêmico acredita-se que o distanciamento entre o autor e sua produção seja um requisito básico para que o enunciado tenha maior credibilidade, e que os enunciados que não possuem nenhuma marca de modalidade são neutros pelo fato de denotarem uma opinião imparcial e objetiva.

De acordo com Alexandrescu (1966), é desnecessário dizer que a ocultação da modalidade é acompanhada por uma “retórica do neutro”, ou seja, a expressão neutra tenta “esconder” o orador para que seu enunciado seja convincente. Observe os exemplos:

- (164) O objetivo deste artigo é, partindo de um levantamento das principais características do hipertexto, **discutir** a questão da construção do sentido no hipertexto e, portanto, da sua coerência. (KOCH, 2007, p. 23).
(resumo)
- (165) Para **clarificar** os conceitos que consolidam as bases sobre as quais se edificarão nossas análises, trataremos, nos próximos parágrafos, das definições dos termos que nelas serão recorrentes. (FARAH, 2008, p. 209).
(introdução – do que se trata a pesquisa)
- (166) **Fazer** história da AD, da Linguística ou, ainda, dos saberes em geral poderia ser fácil e rapidamente concebido como um gesto que segue o próprio esgotamento do domínio científico que se torna objeto de uma análise histórica. (PIOVEZANI, 2008, p. 11)
(desenvolvimento – proposta da análise)
- (167) **Resumindo** a análise das posições enunciativas **criadas** para o sujeito-professor através dos modos de dizer dos prefácios dos livros didáticos, observou-se que são quatro: [...] (GRIGOLETTO, 2003, p. 85).
(conclusão - balanço dos resultados)

Ao analisarmos a correlação entre a ausência da modalidade e a estrutura do artigo científico que propomos, constatamos que o uso do discurso neutro aparece com regularidade em todas as partes do texto, o que configura a tentativa do autor de marcar a imparcialidade do enunciado e de garantir-lhe a credibilidade tão almejada no meio acadêmico. Entretanto, não é isso o que acontece, pois mesmo com a ausência das modalidades, o discurso sempre tem implícito as modalidades do crer e do saber, que se refere ao modo de opinião ou de conhecimento.

Podemos dizer que todo enunciado é modalizado de maneira implícita ou explícita, e pertence a um lugar em que o autor fica entre a certeza e a incerteza. Visto por esta

perspectiva, concluímos que nenhum enunciado é neutro, imparcial, pois sempre existem marcas que denunciam a presença do enunciador, seja por meio de seu modo de enunciá-lo ou por suas escolhas linguísticas.

Em relação à tentativa do autor de elaborar um enunciado neutro, imparcial e objetivo, Guimarães (2005), em sua comunicação sobre Modalização e Discurso Científico, adverte sobre a dificuldade dos cientistas em aceitar o caráter subjetivo do discurso científico, simplesmente pelo fato dessa aceitação contrariar o princípio da objetividade e imparcialidade da ciência. Segundo essa autora, o que é bem aceito pelos cientistas em relação à dimensão linguística do discurso científico é a observação imparcial, o raciocínio lógico-dedutivo, a isenção do pesquisador enquanto ser emotivo, ou seja, tudo aquilo que condiz com o perfil da ciência. Guimarães (2005) ainda defende que é questionável a objetividade tão desejada pelos cientistas, pois a natureza própria da ciência se confunde com o processo criativo, essencialmente subjetivo.

Seguindo essa linha de pensamento, defendemos que o discurso do gênero artigo científico não é imparcial, mesmo porque, em alguns momentos, ao produzir o texto, o autor sente a necessidade de revelar seu grau de comprometimento com aquilo que enuncia, para mostrar ao leitor que ele próprio acredita naquilo que diz e, por isso, seu texto é confiável.

Podemos concluir que, dependendo dos objetivos do autor em diferentes momentos do texto, ele recorrerá às modalidades ou tentará ocultá-las, entretanto estará sempre marcando sua atitude em termos de adesão, ao que diz ou não, por meio do modo de dizer da própria enunciação.

O produtor textual além de adotar procedimentos que fazem com que o discurso científico adquira um efeito de verdade, destaca o que julga fundamental, comprometendo-se por meio de advérbios, utiliza as modalidades aléticas para ressaltar o que considera necessário. Assim, o autor ao utilizar essas modalidades cria, de certa forma, uma obrigação jurídica para o leitor (ato ilocucionário) como forma de necessidade. Essa correspondência entre obrigação e necessidade, é feita por meio da combinação entre a modalidade alética e a deôntica.

De acordo com Koch (1996) o grupo dos modos deônticos (que dizem respeito ao que se deve fazer) se junta aos modos aléticos e epistêmicos. Com base no hexágono de Blanché,

tanto a modalidade alética como a deôntica se localizam nos pontos superiores do hexágono (A, E, I), o que contribui para produzir um discurso autoritário.

Observe nos seguintes exemplos a modalidade alética combinada à deôntica:

- (168) Afinal, sobre a Linguística do texto **é necessário** dizer que uma investigação que incorpora aos elementos formulativos – enunciados linguísticos – as unidades temáticas que inclui as unidades de fluxo de informação apanha confortavelmente o que está disponível ao aparato teórico funcionalista. (NEVES, 2007, p. 90).
(desenvolvimento – apresentar dados)
- (169) **É necessário** que a revista aceite a leitora como interlocutora e esta, a seu modo, também reconheça a revista como uma interlocutora que possui uma função informativa, comercial ou meramente de entretenimento. Todavia, se uma nega a existência da outra, o contrato não se estabelece: “se não há Tu, não há Eu”, sustenta Charaudeau (1996). (MIRANDA, 2006, p. 70).
(introdução – do que se trata a pesquisa)
- (170) Não se trata de sugestões ou propostas; trata-se de um guia destinado ao sucesso, no qual os procedimentos **devem ser tomados** como receitas inquestionáveis. (GRIGOLETTO, 2003, p. 78).
(desenvolvimento – proposta da análise)
- (171) Foltz (1996) considera a coerência como o processo de incorporação de proposições do texto-base. Para que isso ocorra de forma adequada, **torna-se necessário** haver algum tipo de integração conceitual e temática, que **deve resultar** da proposta de organização do produtor e da proposta de construção do sentido do leitor. (KOCH, 2007, p. 31).
(desenvolvimento – proposta de análise)
- (172) Mais ainda, não só não se crê que o sujeito não fará o que se espera, mas que fará o oposto daquilo que se conta. Bem entendido, esse fazer contrário **deve ser analisado** do ponto de vista do sujeito da expectativa. (FIORIN, 2007, p. 15).
(desenvolvimento – proposta da análise)
- (173) Observe-se que, se o normal é combater o banditismo com mais força, mais empenho, **deve-se combater** o “banditismo explícito”. (GRAEFF, 2007, p. 197).
(conclusão – balanço dos resultados)

Podemos verificar, nos exemplos (168) a (173), a força ilocucionária da modalidade ao reivindicar a transformação da uma situação. Ducrot (1981, p. 35) apresenta em Pressupostos

e Subentendidos um reexame sobre a noção do ato ilocucional. Esse teórico passa da ideia de que o ilocutório reivindica uma eficácia enquanto fala, para a ideia de que ele se apóia numa eficácia própria das palavras, quer dizer, do material utilizado na fala. Assim, é por meio desse material que podemos comprovar a manifestação das modalidades como recurso argumentativo.

Constatamos também no artigo científico a ocorrência de 2,30% das **expressões reformulativas**: isto é, ou seja, em outras palavras, ou melhor... Essas expressões poderiam ser substituídas por: quero dizer, explico-me, esclareço, faço entender....

A função dessas expressões é de esclarecer melhor, explicar com outras palavras o que já foi dito. O produtor parafraseia o enunciado para, assim, torná-lo mais claro, acessível ao leitor, e possibilitar-lhe uma maior compreensão sobre o assunto que está sendo exposto ou para redirecionar o dito. Dessa maneira, a utilização dessas expressões modalizadoras faz com que o leitor compreenda melhor aquilo que está sendo colocado, incitando-o a ter um maior interesse pela leitura do texto.

No gênero científico as expressões reformulativas explicadoras, como: isto é, ou melhor, ou seja, em outras palavras... são muito usadas já que se trata de um mecanismo discursivo, cuja função é ajustar, dar precisão ao sentido do enunciado. O processo de ajustamento daquilo que se enuncia ajuda a corrigir, explicar o que se julga não ter ficado claro em relação a uma declaração feita anteriormente.

O emprego das expressões reformulativas explicadoras possibilita ao autor o monitoramento da construção do texto e também denuncia sua presença e atitude em relação aquilo que diz, ou seja, demonstra o quanto ele acredita naquilo que propõe ou tem uma posição que pode incluir aspectos distintos. Assim, ao parafrasear, dar sentido ao texto, o que o autor deseja é elucidar, esclarecer suas ideias, revelando, assim, o alto grau de adesão ao conteúdo do enunciado e ao próprio modo de enunciá-la. Observe os enunciados a seguir:

- (174) Na busca pela precisão do conceito, alguns autores optam pelo termo identificação, em vez de identidade, tomando-o no sentido a ele atribuído pela psicanálise freudiana e lacaniana. Laclau & Zac (1994) advogam que a identidade sempre falha na representação da totalidade do sujeito. **Dito de outro modo**, nenhum significante é capaz de representar o sujeito na sua

totalidade, uma vez que se trata do sujeito da falta: um indivíduo já cindido na origem de sua constituição em sujeito. (GRIGOLETTI, 2003, p. 77).
(introdução – do que se trata a pesquisa)

(175) Conforme Ducrot (2002), a argumentação externa (AE) de uma palavra é construída pela pluralidade dos aspectos constitutivos de seu sentido na língua, e que estão ligados a ela de modo externo, **isto é**, quando a entidade é um segmento do encadeamento. (GRAEFF, 2007, p. 195).
(introdução – do que se trata a pesquisa)

(176) Considerando que todo discurso é heterogeneamente constituído, **isto é**, que todo discurso é atravessado por fragmentos dispersos de outros discursos (interdiscurso), manifestação da memória discursiva, de dizeres outros que nos precedem e nos constituem enquanto sujeitos, **formulamos** a hipótese de que [...]. (CORACINI, 2006, p. 7)
(introdução – apresentar hipótese)

(177) Um fato significativo que se apresenta na matéria *Ata-me* é que a autoridade em relação à identidade da leitora acontece também em termos de futuro, **ou seja**, a autora **estabelece**, de certo modo, o que seria normal para todas e, ao mesmo tempo, **delimita** o que *normalmente* acontecerá depois, sem deixar margem para algum futuro diferente daquele proposto. (MIRANDA, 2006, p. 75).
(desenvolvimento – proposta da análise)

(178) “A” Análise do Discurso não existe. Há Análises do Discurso, **ou melhor**, diversas formas de se apropriar do mesmo objeto. (MIRANDA, 2006, p. 69)
(desenvolvimento – apresentar dados)

Vale ressaltar que muitas vezes as expressões: ou melhor, isto é, em outras palavras, dito de outro modo, ou seja... também podem desencadear um argumento mais forte do que aquele que foi colocado anteriormente.

Verificamos também na nossa análise a ocorrência de 0,40% de **verbos atitudinais** como modalizadores, que se apresentam com a função de colocar de maneira explícita a posição do autor sobre o assunto tratado. A análise feita vem ressaltar a importância de se considerar esses modalizadores (modalidade epistêmica de certeza) como marcas argumentativas, já que por meio deles podemos perceber a atitude do falante nos artigos analisados.

Vale esclarecer que alguns verbos atitudinais, como: penso, acho, suponho, acredito... normalmente usados em artigos, marcam uma modalidade de certeza sobre o que o autor pensa em relação a sua pesquisa. Na verdade, esses verbos introduzem um ponto de vista, que é uma possibilidade, e dão margem para que outrem faça inferências sobre o raciocínio do autor. Observe:

- (179) **Penso**, contudo, que a maior diferença entre texto e hipertexto está na tecnologia, no suporte eletrônico. (KOCH, 2007, p. 28).
(desenvolvimento – proposta da análise)
- (180) **Reconheço** que, se nos fixarmos na categoria “objeto de análise”, fica mais difícil inovar uma ligação especial de Funcionalismo – mais que o Formalismo – com a consideração da variabilidade das línguas. (NEVES, 2007, p. 90).
(desenvolvimento – proposta da análise)
- (181) Nesse sentido, **creio** que é preciso não tentar “suplantar” as posições subjetivas que são oferecidas aos professores pelos vários discursos que os constituem, justamente porque se trata de constituição, que não se apaga; ao contrário é preciso permanecer nesse espaço discursivo, analisá-lo e interrogá-lo, sobretudo, buscando compreender a opacidade dos sentidos e os deslocamentos como forma de produzir o novo, já que o novo nunca é totalmente estranho ao que já está posto. (GRIGOLETTO, 2003, p, 86).
(conclusão – balanço dos resultados)

Podemos observar, nos exemplos (179) a (181), que o autor se compromete com a verdade de seu enunciado, levando o leitor a aderir ao mesmo. Aqui temos a certeza sobre o pensamento do autor, marcada por lexemas que introduzem uma modalização que dá margem a uma outra possibilidade. Assim, ao utilizar o recurso dos verbos atitudinais o autor se compromete com a verdade do que diz e, mesmo deixando em aberto para se fazer inferências, revela um alto grau de adesão ao enunciado.

Em nossa análise verificamos que em toda a superestrutura do artigo científico da área da Linguística, o produtor textual se apóia com frequência em outros autores, fazendo-lhes referência (argumento de autoridade). Essa constatação vem desfazer o mito de que o argumento de autoridade aparece apenas no desenvolvimento do texto científico para dar

sustentação aos argumentos que o autor propõe. A análise feita nos permitiu constatar a ocorrência do uso desse recurso em toda superestrutura do artigo científico.

De acordo com Guimarães (2005), nas ocorrências em que o autor transfere para outrem a responsabilidade do enunciado (estratégia argumentativa de argumento de autoridade), assumindo o posicionamento de outros pesquisadores, sua intenção é transformar esse enunciado em garantia de aceitação e credibilidade das suas afirmações. Além disso, Guimarães (2005) nos chama a atenção para o fato de que a linguagem, mesmo sendo científica, é compartilhada entre os pares, e concluiu que é pertinente combinar a subjetividade do discurso científico com a intertextualidade presente em qualquer discurso.

Nos exemplos (182) a (185) temos a argumentação por autoridade. O produtor seleciona estrategicamente esse tipo de argumento, que é uma maneira perspicaz de legitimar e conferir um novo sentido ao discurso. Vale ressaltar que o discurso de autoridade são premissas que fazem parte de um acordo prévio com o auditório. Este argumento refere-se à citação de pessoas importantes, que possuem algum domínio intelectual em uma determinada área. Quanto maior o grau de conhecimento da pessoa citada maior é a credibilidade que o leitor dá ao texto.

- (182) Enquanto **Benveniste afirma** que Saussure foi o precursor da Linguística moderna, de modo que todos os linguistas que o sucedem devam-lhe algo (BENVENISTE, 1995, p.34), **Pêcheux sustenta** que os postulados saussurianos não foram devidamente respeitados e desenvolvidos pelas diversas correntes linguísticas do século XX (PÊCHEUX, 1998, p.8 e seguintes). (PIOVEZANI, 2008, p. 8).
(introdução – do que se trata a pesquisa)
- (183) *Ressentimento* é definido pelo **Houaiss** como “mágoa que se guarda de uma ofensa ou de um mal que se recebeu”; O Robert, como “o fato de lembrar-se com animosidade dos males, das ofensas que se sofreu (como se os “sentisse” ainda). (FIORIN, 2007, p. 14).
(desenvolvimento – apresentar dados)
- (184) O narrador, por outro lado, **não transmite** apenas o conteúdo do enunciado, ele **apreende e transmite** “ de forma analítica a enunciação de outrem enquanto expressão que caracteriza não só o objeto do discurso, mas ainda o próprio falante. (BAKHTIN, 2002, p.160). (FARAH, 2008, p. 215).
(desenvolvimento – proposta da análise)
- (185) Nessa medida, ele não **introduz** um referente novo, como **entendem Conte** (2003) e **Koch** (2004), ele apenas **explicita** e **retoma** o objeto do discurso

gerado pela interdependência semântica existente entre os segmentos do enunciado, ou do encadeamento argumentativo que constitui sua argumentação interna. (GRAEFF, 2007, p. 193).
(conclusão – balanço dos resultados)

Na argumentação por autoridade, encontramos a modalidade da certeza. A função dessa modalidade, na argumentação por autoridade, é demonstrar que o autor tem domínio sobre aquilo que fala, e que seu ponto de vista coincide com o de outros autores, portanto, merecem credibilidade. Desse modo, ao fazer referências, o produtor textual não se vê sozinho com suas ideias. Como bem assinalou Koch em um dos artigos que analisamos:

(186) Isto porque, se o texto, conforme venho defendendo, “constitui uma proposta de sentidos múltiplos e não de um sentido único [...], se todo texto é plurilinear em sua construção, então, pelo menos do ponto de vista da recepção, todo texto é um hipertexto”. **É este, também, o pensamento de Marcuschi (1999, p.29), quando afirma que “assim como o hipertexto virtualiza o concreto, o texto concretiza a virtualidade”.** (KOCH, 2007, p. 28).
(desenvolvimento – proposta da análise)

Os autores usam o **argumento da autoridade** em 4,90% das ocorrências de modalidade de certeza com a função de apresentar a posição da mesma como passível de credibilidade, por isso, a presença dessa modalidade nesse tipo de técnica argumentativa.

As construções que iremos analisar a seguir mostram que o falante durante a enunciação não está aderindo a um argumento ou à posição de outrem. Trata-se de uma enunciação em que o autor se contrapõe de algum modo. Essas construções referem-se aos conectores adversativos: mas e já, que modalizam a atitude do falante sobre a própria enunciação ou a outra enunciação.

Podemos observar nos exemplos seguintes, por meio da construção adversativa mas, que o autor, primeiramente, nega, não concorda com algo que já é aceito, admitido pelo auditório, para depois introduzir algo que tem como verdade. O que demonstra sua atitude.

Segundo Koch, todo enunciado negativo pressupõe em enunciado afirmativo de outro enunciador E1, incorporando ao discurso de um locutor L = E2. (KOCH, 1996, p. 146). A referida autora dá como exemplo o encadeamento, que diz ser frequente, introduzido por morfemas como: pelo contrário. É justamente o que acontece com asserções construídas a partir de um enunciado negativo seguido de um afirmativo, introduzido pelo operador argumentativo *mas*.

De acordo com Vogt (1989 *apud* ALMEIDA, 2001, p. 82) o operador argumentativo *mas* (sn), que serve para retificar, vem sempre depois de uma proposição negativa $p = \text{não } p'$ e introduz uma determinação q que substitui a determinação p' negada em p e atribuída a um interlocutor real ou virtual. Logo após introduzir uma asserção negativa, o autor imediatamente insere um enunciado afirmativo. Assim, o autor apresenta um novo posicionamento, que julga correto e mais adequado para o desenvolvimento de suas colocações. Observe:

- (187) Portanto, o reconhecimento entre os parceiros da troca linguageira **não é** dado a priori, **mas** antes é uma construção social na qual os participantes adotam certos recursos que possibilitam a relação (MIRANDA, 2006, p.70).
(desenvolvimento – refutação de ideias)
- (188) **Não se trata**, aqui, de formular a referida questão-título para respondê-la, repetindo a versão da história apresentada por um de seus principais protagonistas, **mas** de tomar essa versão como objeto de reflexão; isto é, ao invés de reiterarmos as interpretações que Pêcheux fez da obra de Saussure, buscamos situar essas interpretações no contexto em que elas foram produzidas (PIOVEZANI, 2008, p. 14).
(desenvolvimento – refutação de ideias)
- (189) Contudo, a coerção é camuflada por um efeito de convencimento operado pelo modo lógico: aparentemente, o sujeito **não está sendo guiado** a adotar procedimentos inquestionáveis, **mas sim**, convencido pela sua própria razão (GRIGOLETTO, 2003, p. 80).
(desenvolvimento – refutação de ideias)
- (190) Por essa razão, o hipertexto **não é feito** para ser lido do começo ao fim, **mas** por meio de buscas, descobertas, que irão levar à produção de um sentido possível, entre muitos. (KOCH, 2007, p. 28).
(desenvolvimento – refutação de ideias)

Em (190), o enunciado introduzido por *mas* se opõe a: para ser lido do começo ao fim, e ao mesmo tempo introduz a possibilidade de se fazer uma nova leitura do hipertexto. O

operador argumentativo mas modaliza a segunda proposição, pois indica uma certeza (modalidade epistêmica), um conhecimento que foi comprovado pelo autor na elaboração do artigo.

De acordo com Ducrot e Anscombre (1977 *apud* KOCH 1996, p. 171):

- a) quando o mas segue uma negação, esta será sempre descritiva, acarretando, portanto, uma inversão argumentativa;
- b) p' e q devem ter a mesma orientação argumentativa, devendo p' ser argumentativamente superior a q:

Por exemplo:

p' - O hipertexto é feito para ser lido do começo ao fim,



q - O hipertexto é para ser lido por meio de buscas, descobertas, que irão levar à produção de UM sentido possível, entre muitos.

Mesma direção argumentativa: O hipertexto é feito para ser lido.

Assim, podemos observar que o operador argumentativo mas (sn) tem a função de inserir uma proposição q que retifica a proposição p', indicando uma mesma orientação argumentativa. Essa manobra argumentativa traz para o texto o posicionamento do produtor (modalidade epistêmica de certeza), que é uma conclusão contrária ao enunciado anterior.

Nos exemplos (191) a (194), podemos observar que o autor modaliza toda a proposição por meio do operador argumentativo já (modalidade epistêmica – certeza), ou seja, mostra uma atitude dele em relação ao que foi dito, que é a de não aceitação do que é dito na proposição anterior ou de crer em outra possibilidade.

Koch explica que o operador já “pode ser empregado como indicador de estado (algo é x em t₀ que passa a ser y em t₁).” (KOCH, 1996, p. 106). Parreira assevera que esse “operador, do ponto de vista semântico, tem papel de introduzir nos enunciados conteúdos pressupostos.” (PARREIRA, 1996, p. 106). De acordo com essa autora, o operador já pode indicar mudança de estado, funcionar como marcador temporal e realçar uma informação.

Entretanto, nos exemplos que veremos a seguir, o operador já adquire outro efeito de sentido. Nesses exemplos, a função desse operador é adversativa, pois contrapõe argumentos, e insere um posicionamento diferente daquele que havia sido apresentado antes.

Tomemos os exemplos (191) a (194):

- (191) Observe-se que o primeiro desses enunciados expressa o encadeamento “O banditismo explícito é rotineiro DC é normal”. **Já** o segundo enunciado, que expressa o ponto de vista do locutor sobre “a banalização do banditismo”, **contém** o encadeamento argumentativo transgressivo “O banditismo explícito é rotineiro PT não é normal.” (GRAEFF, 2007, p. 197).
(desenvolvimento – refutação de ideias)

Em (191), o autor, ao afirmar que “o primeiro desses enunciados expressa encadeamentos”, acrescenta, por meio do operador argumentativo já, uma informação que tem a função de contrapor ao primeiro argumento.

- (192) O sujeito-professor é, pois, colocado na posição de quem aceita as propostas do livro; com isso, qualquer posicionamento contestatório ou crítico fica dificultado. **Já** o modo personalizado expresso no “você” como forma de designação do alocutário (professor) **ocorre** em contextos de instruções ou aconselhamentos. (GRIGOLETTO, 2003, p. 82).
(desenvolvimento – refutação de ideias)

- (193) Mas o que mais chama atenção é a variedade dos tipos de informação, de tal forma que cada uma parece exclusiva, e não é, é claro: ligar dois substantivos não é exclusivo de **de**, qualquer Prep faz isso. Esse tipo de decisão compromete seriamente a enumeração. **Já** os advérbios **se apresentam** um pouco melhormente. (BORBA, 2007, p.138).
(desenvolvimento – refutação de ideias)

- (194) O discurso direto, e os próprios mecanismos lingüísticos que o representam aspas, travessão (personagens) materializam um isolamento que é uma forma de manter a integridade de cada uma das vozes: a de quem enuncia e a de quem produz o discurso que cita o enunciado. **Já** o indireto, também

característico do gênero, **possui** uma tendência analítica, uma vez que “os elementos emocionais e afetivos do discurso não são literalmente transpostos”. (BAKHTIN, 2002, p.159). (FARAH, 2008, p. 212).
(desenvolvimento – refutação de ideias)

Como mencionamos, nos exemplos (191) a (194), o valor semântico do operador argumentativo já é adversativo, pois introduz uma oposição semântica ao enunciado anterior. A função do enunciado modalizado pelo marcador já é induzir o leitor a uma conclusão contrária, é de fazer com que o primeiro enunciado perca a força argumentativa, introduzindo um argumento mais forte.

O autor utiliza esse operador argumentativo como uma estratégia argumentativa para modalizar o conteúdo das suas asserções. Apesar do autor não se posicionar de maneira explícita, de não impor sua argumentação, ele utiliza o operador já com o objetivo de marcar o argumento que considera mais importante para o encadeamento de seu discurso.

Essa manobra elaborada pelo autor tem também a função de dar ao leitor a impressão que ele é quem decide qual é o melhor argumento apresentado, ou seja, de que é ele quem elabora suas próprias conclusões em relação ao que está sendo argumentado. Na realidade quem direciona o leitor a uma determinada conclusão, que é aquela que é introduzida pelo marcador já, é o autor.

Desse modo, podemos perceber que a atitude do autor, por meio desse operador argumentativo, é a de impor um argumento mais forte e decisivo para o encadeamento de seu texto.

O autor, ao fazer a análise ou refletir sobre determinados assuntos dentro do texto, modaliza sua fala, e utiliza as expressões: percebe-se, nota-se, observa-se, verifica-se, sabe-se... Com isso, ele não se posiciona de maneira explícita sobre um determinado assunto, e convida o leitor a concluir com ele o que está sendo colocado no artigo.

Esta é mais uma estratégia argumentativa usada para não se contrapor a possíveis conclusões que o leitor irá elaborar. Ou seja, o autor, se resguarda de possíveis contra-argumentos, por meio de expressões impessoais, tais como: percebe-se, sabe-se, note-se... com a finalidade de manter a adesão do leitor. Observe:

- (195) A revista Nova dirige-se a mulheres mais jovens, geralmente solteiras ou divorciadas, que fotos, ilustrações e publicidades. Criança e casa não aparecem com muita frequência em Nova, o que a diferencia da maioria das publicações da imprensa feminina. De modo geral, **percebe-se** um ideal de valorização da mulher. (MIRANDA, 2006, p.69).
(introdução – apresentar *corpus*)
trabalham fora de casa. É uma revista constituída de textos,
- (196) **Sabe-se** que o leitor de um texto constrói a sua coerência ao ser capaz de, por meio de intrincadas teias que nele se tecem durante a progressão textual, estabelecer mentalmente uma continuidade de sentidos. (KOCH, 2007, p. 30-31).
(desenvolvimento – proposta da análise)
- (197) **Note-se**, ainda, no exemplo (3), como a voz se faz ouvir no que poderíamos denominar argumento de autoridade (*Research has shown*) que prontamente se liga à conclusão lógica com o conectivo *therefore*, produzindo o efeito de sentido de uma conclusão irreprensível, já que é respaldada por resultados científicos. (GRIGOLETTO, 2003, p. 78).
(desenvolvimento – proposta da análise)
- (198) **Tome-se** exatamente como exemplo o processo de referenciação – um processo de constituição dos enunciados-, o qual se cria no próprio discurso, em ligação com o mundo de eventos e estados nele constituído [...].(NEVES, 2007, p. 88).
(desenvolvimento – proposta da análise)
- (199) **Note-se**, uma vez mais, o contraste entre o que o sujeito-professor pensava no passado (visão muito negativa [do ensino] pelo formato das aulas e atividades) e o que pensa no presente (o professor de português tem e é essencial para o bom aprendizado...), em que os recursos tecnológicos – essenciais, segundo ele, para o bom aprendizado – vêm facilitar a tarefa de ensinar a língua portuguesa, sem que, com isso, o substituam... (CORACINI, 2006, p. 13).
(desenvolvimento – proposta da análise)

Na parte que se refere ao movimento balanço dos resultados, os autores dos artigos analisados, ao expor de maneira resumida seus resultados, utilizam expressões, tais como: se pensarmos bem, provisoriamente, sugiro. Essas expressões dão ao leitor a possibilidade de ampliação da pesquisa. Assim, observou-se que o articulista utiliza as modalidades epistêmicas de certeza (11,63%) e volitiva (16,67%) com a intenção de mostrar que suas conclusões são verdadeiras, confiáveis e, por acreditar que são relevantes, merecem mais investigações.

- (200) **Se pensarmos bem**, são essas as substâncias que compõem a receita que molda o ambiente acadêmico em que vivemos: queixas, lamúrias, acusações, difamações, futricas, fuxicos, calúnias, mentiras, sob uma imagem de polidez e boa convivência. (FIORIN, 2007, p. 14).
(conclusão – balanço dos resultados)

No exemplo (200), o autor vê o leitor como cúmplice, pois o induz a pensar não só como ele, mas com ele, para chegarem juntos a uma mesma conclusão. Pode-se dizer que, de maneira implícita, o articulista deseja a “parceria intelectual” do leitor. Esta é mais uma estratégia argumentativa que, como as outras, foi sendo construída ao longo do texto por meio das modalidades.

- (201) Com vistas a encerrarmos **provisoriamente** nossa reflexão, limitar-nos-emos a um rápido comentário referente a dois pensadores incontornáveis na Análise do Discurso, quais sejam Pêcheux e Foucault. (PIOVEZANI, 2008, p.21).
(conclusão – apresentar perspectivas)

No exemplo (201) estamos diante de um advérbio delimitador que pertence à categoria dos modalizadores epistêmicos. Os advérbios delimitadores, de acordo com Ilari, “estabelecem as condições para o entendimento de uma sentença ou de seus constituintes, restringindo o âmbito da informação veiculada.” (ILARI, 2002, p. 232). O advérbio provisoriamente interfere no entendimento da proposição e “controla” se o assunto deverá ser finalizado ou não. O termo provisoriamente nos dá a ideia de que a discussão será finalizada por um tempo determinado, mas também implica em um desejo de que ela seja retomada em um futuro próximo. Estamos, assim, diante da ocorrência da modalidade volitiva, atuando juntamente com a modalidade epistêmica.

- (202) Com base nos posicionamentos teóricos expostos, **sugiro** o arranjo abaixo para Prep e Adv, ilustrando com *de*, preposição que foi o objeto de minha primeira publicação acadêmica (BORBA, 1965) e *dentro*: (BORBA, 2007, p. 145).
(conclusão – balanço dos resultados)

Em (202), o produtor apenas sugere uma das análises possíveis em relação ao que foi pesquisado. Ou seja, o autor coloca uma conclusão como uma alternativa, uma possibilidade entre outras. “O enunciador faz recomendações ao interlocutor, com base na autoridade de autor e pesquisador bem-sucedido.” (CORACINI, 1991, p. 129).

Nos exemplos (200) a (202), a manifestação das modalidades na conclusão dos artigos científicos nos mostra que o autor deseja que a pesquisa prossiga, pois, para ele, o estudo feito não se esgota com apenas uma abordagem, um ponto de vista. Na realidade, o autor quer que sua pesquisa seja valorizada, que a sua análise assuma uma postura mais ampla. Estrategicamente também apresenta sua contribuição como não definitiva ou completa preservando-se de possíveis contra-argumentos, por meio da modalidade volitiva que aparece em 16,67% dos artigos analisados no movimento apresentar perspectivas da conclusão (cf. tabela 1).

Como foi verificado, a partir de nossa análise quantitativa e qualitativa, nos artigos científicos há regularidade de uso das modalidades aléticas da necessidade, marcadas pelo auxiliar modal *dever*, que atribuem poder às palavras para modificar uma situação. Além disso, também encontramos a incidência da modalidade alética, com a função de criar uma obrigatoriedade para o leitor (ato ilocucionário), por meio dos predicados cristalizados, como: *é necessário, é preciso, é importante*. Assim, a partir dessa constatação verificamos que a função dessas modalidades, na conclusão dos artigos científicos, é fazer com que o leitor realize uma ação, ou seja, execute algo que o autor vê como essencial, necessário. Nessa parte da conclusão, balanço dos resultados, a modalidade alética de necessidade predomina com 28,95% ocorrências.

Segundo Travaglia “a necessidade é uma modalidade que pode criar uma implicação de obrigatoriedade de realização.” (TRAVAGLIA, 1991, p. 81). Às vezes, ela pode ser quase deôntica como nos exemplos a seguir:

(203) **É necessário fazer** com que o aluno perceba as estratégias discursivas presentes em um texto. (FARAH, 2008, p. 222).
(conclusão – balanço dos resultados)

- (204) Nesse sentido, creio que **é preciso** não tentar “suplantar” as posições subjetivas que são oferecidas aos professores pelos vários discursos que os constituem, justamente porque se trata de constituição, que não se apaga; ao contrário **é preciso** permanecer nesse espaço discursivo, analisá-lo e interrogá-lo, sobretudo, buscando compreender a opacidade dos sentidos e os deslocamentos como forma de produzir o novo, já que o novo nunca é totalmente estranho ao que já está posto. (GRIGOLETTO, 2003, p, 86).
(conclusão – balanço dos resultados)
- (205) Para garantir ou, pelo menos, facilitar a construção da coerência no hipertexto, **é importante** que o produtor considere quais os conhecimentos necessários para a compreensão dos outros tópicos, isto é, aqueles módulos de que o usuário necessita para compreender o módulo em tela. (KOCH, 2007, p. 34).
(conclusão – balanço dos resultados)
- (206) Já no que respeita às diferenças forjadas desenvolvidas no seio do estruturalismo francês, **é preciso** considerar que elas derivam da própria heterogeneidade desse movimento intelectual, tornando problemática sua própria designação no singular. (PIOVEZANI, 2008, p. 17).
(conclusão – balanço dos resultados)

Podemos perceber também que as expressões cristalizadas, como as dos exemplos acima, explicitam a autoridade do autor sobre o leitor, que combinando as modalidades aléticas às deônticas, camuflam a existência de uma relação de dominação. Essa combinação tem também a função de desencadear um desejo de aliança, de cumplicidade do autor com o leitor, o que faz com que o produtor adquira uma posição de simpático conselheiro mesclada com um tom “quase” autoritário.

Guimarães (1979) considera que um enunciado modalizado é um enunciado que apresenta uma orientação argumentativa própria. Assim, as expressões modalizadas têm a função de orientar, conduzir o leitor a uma conclusão, ou seja, monitorar a atenção do leitor no sentido de fazer com que ele tenha o mesmo ponto de vista do autor.

A forma modalizada dessas expressões também tem a função de fazer com que a força do discurso seja, de certa maneira, atenuada: é como se o autor estivesse dando uma sugestão ou um conselho, sem se impor explicitamente. Dessa forma, se o leitor agir conforme o que está sendo sugerido, isto é, se o produtor convencer o leitor a aderir a seus argumentos, ele terá, então, conseguido alcançar seu objetivo, que é o de estabelecer o acordo com o auditório.

As escolhas lexicais feitas pelo autor, como em (203) *é necessário fazer*, ao invés de *faça*; (204) *é preciso não tentar suplantar*, ao invés de *não suplante*; (205) *é importante que o produtor considere*, ao invés de *o produtor deve / tem de considerar*; (206) *é preciso*, ao invés de *considere* diminui a força impositiva do enunciado. Assim, utilizando tais expressões o autor se resguarda de um discurso autoritário, disfarçando uma postura quase sempre antipática, o que faz com que o discurso se torne eficaz para aquele orador que deseja aumentar o grau de adesão do auditório.

Sabemos que ao concluir seu trabalho, o autor procura de maneira resumida retomar tudo o que foi apresentado durante a construção do seu texto. Este é o momento da avaliação dos resultados da pesquisa. Nesta parte do texto, o autor além de ressaltar suas contribuições mais relevantes, expõe seus pontos fracos e dá ao leitor a possibilidade de ampliar a pesquisa.

O uso da modalidade epistêmica (certeza/incerteza) nesta parte do artigo tem a função de comprovar a veracidade das asserções feitas anteriormente, só que de maneira relativizada.

Verificamos na análise dos artigos científicos que os autores, para não confrontar seus argumentos com as opiniões elaboradas pelo leitor, e para evitar uma contra-argumentação, utilizam expressões, como: *é de se imaginar*, *pensamos ser possível*, *penso que*, *ao que me parece...*

Observe os exemplos (207) a (209):

(207) **É de se imaginar**, em vista dessas considerações, que a Teoria da Argumentação na Língua, ampliada pela Teoria dos Blocos Semânticos, possa oferecer contribuição importante ao estudo da remissão lexical e, em especial, ao estudo do encapsulamento anafórico”. (GRAEFF, 2007, p. 198).
(conclusão – balanço dos resultados)

(208) **Ao que me parece**, a mensagem implícita em Nova é: agrade os homens. (MIRANDA, 2006, p. 81)
(conclusão – balanço dos resultados)

(209) Nesse sentido, **creio que** é preciso não tentar “suplantar” as posições subjetivas que são oferecidas aos professores pelos vários discursos que os constituem, justamente porque se trata de constituição, que não se apaga;... (GRIGOLETTO, 2003, p. 86).
(conclusão – balanço dos resultados)

De acordo com Alexandrescu (1966), a proposição enunciada com termos, como: eu creio que, pertence necessariamente a um lugar que fica entre a incerteza e a segurança do orador. Ou seja, o autor modaliza expressões, como as dos enunciados (207) a (209), certamente por não se sentir seguro em relação a seus posicionamentos ou talvez para evitar a contra-argumentação, que, certamente, poderá lhe apontar problemas ou falhas em seu discurso. Estrategicamente, o autor modaliza o enunciado para não se expor de maneira categórica, e surpreender-se com uma possível refutação em relação ao seu ponto de vista.

Nessa análise verificamos também o uso do verbo parecer com a função modalizadora. O produtor ao utilizar esse verbo vê o assunto que aborda como algo não totalmente crível. De acordo com Gonçalves, “[...] o falante infere o conteúdo proposicional encaixado em *parecer* (*época depois, parece* que o corpo foi encontrado) a partir de relatos por ele não assumidos como verdade [...]” (GONÇALVES, 2004, p. 205).

Na análise dos enunciados do nosso *corpus*, verificamos que o autor ao acionar seu conhecimento enciclopédico infere o conteúdo proposicional por meio do verbo parecer a partir de relatos que são considerados por ele indefinidos, prováveis, possíveis. Ao inserir no enunciado o verbo parecer, a argumentação torna-se fraca, vulnerável à contestação de outros autores, admitindo possíveis refutações. Entretanto, a escolha desse recurso linguístico, em toda superestrutura do artigo científico, é estratégica, pois permite ao produtor textual se isentar da responsabilidade da veracidade de um assunto que duvida, agindo descomprometidamente em relação ao enunciado que produz.

(210) Pensamos ser possível, e este é o objetivo central desse estudo, com base na noção de encadeamento argumentativo da TAL, distinguir os casos em que os encapsulamentos resumem um segmento de enunciado ou o enunciado todo. **Parece advir** dessa relação à importância argumentativa de cada caso, na organização dos sentidos do texto. (GRAEFF, 2007, p. 192).

(introdução – apresentar objetivos)

(211) A angústia do professor, manifestada em vários momentos, tanto em entrevistas quanto em redações, **parece estar** centrada numa certa perda de poder, já que a representação de professor que continua vigorando, prova da manutenção da ideologia que poderíamos atribuir à modernidade e ao

modelo de escola, é aquela que coloca o saber do professor, em oposição à ausência de saber do aluno, [...]. (CORACINI, 2006, p. 10-11).
(desenvolvimento – proposta da análise)

(212) Na esteira de Cruz (2005), diríamos que, por diversas razões, enquanto a obra de Saussure é essencial ao projeto de Pêcheux, para Foucault ela **parece ser** predominantemente contingente. (PIOVEZANI, 2008, p. 17)
(conclusão – balanço dos resultados)

(213) Se a sugestão dessas possibilidades de respostas à nossa questão **parece começar** a lançar luz sobre os reveses que aqui estão em jogo, pensamos ser ainda necessário examiná-las mais de perto para que possamos compreendê-las um pouco melhor. (PIOVEZANI, 2008, p. 14).
(conclusão – balanço dos resultados)

No exemplo (211) a autora, por saber que podem existir outras questões que fazem com que o professor se sinta angustiado, além da “perda do poder”, e por precisar eleger apenas uma entre essas questões para dar continuidade aos seus argumentos, utiliza o verbo parecer com o objetivo de não se comprometer com aquilo que diz. Mesmo demonstrando descomprometimento, a autora sente necessidade de justificar a “perda do poder” à manutenção da ideologia. Note-se que a autora dá uma justificativa logo após relativizar o enunciado.

A expressão parece torna a asserção não categórica, pois relativiza o grau de comprometimento do autor com a verdade do seu argumento e, ao mesmo tempo, se resguarda de possíveis refutações que o modo não categórico da expressão parece origina. Além disso, o uso do verbo parecer coloca o enunciado no nível do talvez, que, como já vimos, atenua sua força, manifesta incerteza, hipótese, e introduz dúvida. Ou seja, o autor para não assumir seus argumentos, utiliza o verbo parecer estrategicamente com a intenção de se resguardar de possíveis questionamentos e de não se comprometer com relação ao que afirma.

Podemos afirmar que essa escolha lexical é selecionada pelo autor com a intenção, mais uma vez, de não assumir o discurso ou de fingir não assumi-lo. Além disso, o autor indica que o que está sendo colocado é de outrem, o que lhe permite isentar da responsabilidade daquilo que declara, dando condições para o leitor fazer inferências.

No decorrer desse estudo, dada a natureza argumentativa da linguagem, observamos que algumas expressões encaminham o leitor para a conclusão dos fatos apresentados. Este é o caso das expressões modalizadas: como se pode ver, como se pode observar/ como se pôde perceber, que aparecem nos exemplos seguintes:

- (214) Ser *Nova*, ou seja, ser moderna, dinâmica, ousada, independente, **conforme se pode observar**, é apresentado nos textos e nos editoriais como algo almejado por toda mulher. (MIRANDA, 2006, p. 80)
(conclusão – balanço dos resultados)
- (215) *Passarinho me contou*, **como se pode observar**, é uma obra singular de nossa literatura infantil. (FARAH, 2008, p. 222).
(conclusão – balanço dos resultados)
- (216) Ora, **como se pôde perceber**, o sentido argumentativo do texto advém da interdependência semântica que se estabelece entre a existência do banditismo explícito e a inexistência de comoção da sociedade, que coloca o tema da banalização do banditismo. (GRAEFF, 2007, p.198).
(conclusão – balanço dos resultados)

Nos exemplos (214) a (216), as expressões: como se pode ver/ observar/perceber, direcionam o leitor para a conclusão do que foi exposto anteriormente, e o convida a buscar a evidência, a veracidade do enunciado. Neste sentido, o produtor nos apresenta uma prova concreta do que foi já discutido, cujo efeito argumentativo é mostrar que o que foi dito anteriormente não é possível de ser contra-argumentado. Além disso, essas expressões modalizadas (modalidade epistêmica – certeza da possibilidade) têm a função de buscar a cumplicidade do leitor para dentro do texto, porque muito espertamente o autor não apresenta a conclusão como uma certeza sua, mas convida o leitor a tirar conclusões com base no apresentado, como se elas fossem dele e não do autor. O autor não modaliza com certeza a sua conclusão, mas coloca-a como a possibilidade de uma certeza que todos podem verificar.

O autor, ao se deparar com algo que julga necessário para o encadeamento de seu raciocínio e que ainda não foi tratado em seu texto, faz sobressair um enunciado que

considera relevante por meio das expressões: vale ressaltar que, vale dizer, convém ressaltar que, lembrar que... Ou seja, o autor dá destaque ou retoma algumas informações (modalidade epistêmica da certeza) que ele quer desenvolver ou já desenvolveu. Isto se correlaciona diretamente também com a questão de relevo que já apresentamos anteriormente. Vejamos os exemplos:

- (217) **Vale ressaltar que** esse debate de vozes em PMC reflete o conflito inerente à multiplicidade do indivíduo em qualquer fase de sua vida e, no caso especial, ao cidadão brasileiro, uma vez que o livro tematiza questões acerca da nacionalidade. (FARAH, 2008, p.210).
(introdução – do que se trata a pesquisa)
- (218) **Vale ressaltar que** a necessidade de acenar para a (pós-) modernidade, para o novo, para um conhecimento do que recentemente se estabeleceu como “moderno”, responde a uma ânsia de atualização como inserção no mundo de hoje e denuncia a existência de fragmentos do discurso científico da Linguística Aplicada e da Pedagogia, na constituição do imaginário da personagem (-professor) e do professor (-personagem). (CORACINI, 2006, p. 18).
(desenvolvimento – proposta da análise)
- (219) **Vale lembrar** a afirmação de Foucault (1971/1999: 26) de que “[0] novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”. (GRIGOLETTO, 2003, p. 86).
(conclusão – balanço dos resultados)
- (220) **Vale lembrar que** o sentido argumentativo advém da interdependência semântica que se estabelece entre os dois segmentos do enunciado. (GRAEFF, 2007, p. 197).
(conclusão – balanço dos resultados)

Pode-se assim dizer que essas expressões trazem para o texto a relevância de algo que estava, até então, à margem do enunciado. Ao utilizá-las o autor acrescenta ao enunciado informações que considera importantes e necessárias para a total compreensão do texto. Importa ressaltar é o fato de que, o autor, ao colocar essas expressões dentro do texto, procura manifestar um saber que ele tem como verossímil, e que também tenta levar o leitor a aceitá-lo como verdadeiro, daí a modalidade de certeza nestas expressões.

No levantamento que fizemos, objetivamos analisar as modalidades em seu funcionamento dentro do artigo científico, ou seja, verificar a regularidade com que a modalização nos artigos científicos na área da Linguística acontece. Assim, a partir dessa análise pudemos observar que:

- o principal objetivo do autor ao modalizar seu enunciado é buscar a adesão do leitor e, conseqüentemente, mantê-la;
- vendo o leitor como alvo para aderir a seus posicionamentos, o autor modaliza seu enunciado, alternando-o entre o crer e o saber, em uma atitude estratégica;
- o autor apresenta suas ideias, relativizando-as e colocando-as como certas, com o intuito de se resguardar de possíveis contra-argumentações, por meio das modalidades.

CONCLUSÃO

Neste trabalho, investigamos as modalidades no gênero artigo científico da área da Linguística correlacionadas com a argumentação, tendo em vista que esse recurso funciona como uma estratégia argumentativa, com o objetivo de fazer com que o leitor aceite o ponto de vista do articulista.

Para melhor organização do nosso estudo sobre o uso das modalidades no *corpus*, verificamos o papel das modalidades nos artigos científicos selecionados, correlacionamos as modalidades tanto com os movimentos (ações do produtor) como com os recursos utilizados, para depois apresentarmos o resultado quantitativo do levantamento feito dessa correlação. Além disso, apontamos como se dá o processo da argumentação.

Conforme foi colocado durante a análise, o artigo científico é um gênero argumentativo *strito sensu*, em que o autor vê o leitor como alguém que deve ser influenciado. É um tipo de argumentação que busca a adesão a um discurso que apela para a razão e para a verdade. Por vezes, nesse tipo de discurso, os autores atuam de maneira polêmica, atacando e, ao mesmo tempo, defendendo-se de possíveis contra-argumentações.

Pudemos verificar que a linguagem dos artigos científicos tem características que objetivam chamar a atenção do leitor e induzi-lo a aceitar a tese defendida. Assim, constatamos que as modalidades têm valor argumentativo nesse gênero textual, pois o uso desses recursos faz com que o autor se mostre mais ou menos categórico dependendo de sua intenção comunicativa. Esse jogo linguístico possibilita ao leitor aceitar os argumentos propostos com mais facilidade.

Em nossa análise, confirmamos a hipótese de que há correlações regulares entre modalidades e superestrutura no artigo científico e entre modalidades e determinadas funções ou movimentos (ações do autor) dentro do artigo científico. Além disso, confirmamos plenamente que a hipótese de que as modalidades epistêmicas e aléticas estabelecem-se nesse gênero como básicas.

Verificamos nos artigos científicos que a manifestação das modalidades alterna-se entre a possibilidade e a incerteza, pois ao iniciar um artigo, falar do que se trata a pesquisa, o autor busca respostas, portanto, as dúvidas se instauram por meio de questionamentos. Dessa maneira, ele relativiza suas afirmações para não perder, logo de início, a credibilidade do

leitor, utilizando os verbos no presente do subjuntivo (21,78%) e no futuro do pretérito (37,08%). Além disso, detectamos a presença do valor modal de possibilidade na introdução dos artigos analisados

É importante ressaltar que nesta parte do texto há também a incidência da modalidade volitiva, em que o produtor textual apresenta a realização da situação como algo desejável, e que, conseqüentemente, tem a intenção de realizar.

Ao propor sua análise, na parte do desenvolvimento da superestrutura do artigo científico, a intenção do autor é comprovar a veracidade de sua pesquisa, e assim reveste-se de autoridade. Para tanto, utiliza da certeza (modalidade epistêmica) em grande porcentagem (41,65%), e ao mesmo tempo, em uma atitude estratégica, deixa transparecer a dúvida, por meio dos advérbios modalizadores e das modalidades epistêmicas de certeza combinadas às aléticas de possibilidade, a fim de ganhar a adesão do leitor em relação àquilo que diz. Além disso, ressalta o que julga fundamental comprometendo-se por meio de advérbios, e também ao dar relevo a determinadas ideias.

Nesse mesmo movimento, que é a proposta de análise, temos a ocorrência de 64,52% de verbos no modo imperativo (ordem), com a função de estabelecer a comunhão com o leitor por meio de um convite. Ao lançar mão do verbo no modo imperativo, o produtor nos artigos científicos não tem a intenção de impor algo para que o leitor execute, mas sim de convidá-lo a participar como co-autor na elaboração do texto. Por meio da análise sobre a modalidade imperativa, constatamos que, ao utilizar essa modalidade, o que o autor pretende é estabelecer a comunhão com o leitor.

Já na conclusão do artigo científico, os articulistas, em geral, além de demonstrarem que seus enunciados são verdadeiros (modalidades epistêmicas de certeza), demonstram que existe o desejo, a intenção de que a pesquisa seja ampliada (modalidade volitiva). Ou seja, os autores não oferecem respostas prontas e, ao avaliarem os dados analisados, sugerem novas pesquisas. Assim, verificamos, por meio da análise quantitativa, que a modalidade volitiva aparece na apresentação da pesquisa (16,66%), na apresentação do objetivo (50%), no balanço dos resultados (16,67%) e na apresentação das perspectivas (16,67%). A modalidade volitiva aparece nessas partes do artigo para marcar intenções e pretensões.

Este trabalho permitiu-nos verificar as modalidades epistêmicas, aléticas, volitivas, deônticas e imperativas como recursos linguísticos em seu funcionamento nos artigos científicos, e observar sua manifestação como estratégia persuasiva dentro do enunciado.

Percebemos como regularidade encontrada que as modalidades epistêmicas, as aléticas, e as aléticas combinadas às deônticas são mais utilizadas nas diferentes partes da superestrutura dos artigos científicos do que as volitivas e as imperativas.

Constatamos também ser frequente o uso das modalidades epistêmicas de certeza e de probabilidade, e da modalidade alética de possibilidade em todas as partes da superestrutura do artigo científico da área da Linguística, assim como a ausência da modalidade marcada pelos verbos no particípio (33,58%), infinitivo (39,57%), gerúndio (26,85%). Percebemos que mesmo havendo a presença dessas modalidades em todos os movimentos do artigo científico, elas estabelecem diferentes funções para cada uma das partes da superestrutura do texto e dos movimentos observados.

Por meio dessa pesquisa pudemos concluir que o uso das modalidades é extremamente pertinente para a realização do objetivo do autor que é influenciar o leitor a aceitar seus argumentos. O autor ao utilizar as modalidades deixa pistas para o leitor reconstruir o texto sem impor uma verdade ou uma informação com exatidão. Alternando entre o crer e o saber, o autor utiliza expressões que indicam um grau maior ou menor de comprometimento com a verdade, relativizando a certeza absoluta (modalidade epistêmica da certeza), por meio da modalidade alética da possibilidade. Além disso, verificamos em toda a superestrutura do artigo científico, a alternância entre o crer e o saber por meio de argumentos relativizados (modalidade epistêmica de probabilidade) seguidos da certeza absoluta (modalidade epistêmica de certeza). O autor faz essa alternância, pois tem consciência de que, dependendo da maneira como aborda determinado assunto, se mais ou menos assertivo, ele poderá perder a credibilidade do leitor e, possivelmente, ser contestado. Com certeza, não é o que o autor deseja, pois ele sabe que a aceitabilidade do público é o que lhe garante prestígio na área em que atua.

A análise feita permite-nos também afirmar que é característico do gênero artigo científico o autor expressar seu ponto de vista com a intenção de buscar a adesão do leitor e a concordância de ideias. Isso pode explicar as escolhas desses recursos linguísticos na elaboração dos textos científicos correlacionadas com os argumentos apresentados em diferentes partes da superestrutura. Em outras palavras, o artigo científico mesmo sendo um texto em que é exigida a objetividade e a imparcialidade é modalizado em toda a sua superestrutura de acordo com a intenção do autor.

Acreditamos que esse trabalho contribuiu com os estudos da Linguística Textual, pois nos permitiu verificar a importância do uso das modalidades nos artigos científicos da área da Linguística relacionadas com a argumentatividade desse gênero. Isso nos autoriza ressaltar a necessidade de conscientizar os produtores textuais do valor argumentativo das modalidades na construção dos artigos científicos, e afirmar que a força persuasiva das modalidades está correlacionada com a superestrutura do gênero em questão. Quanto mais o produtor textual da área da Linguística conhecer os efeitos das modalidades na argumentação, mais envolvente e, conseqüentemente, persuasivo será seu texto.

Sabe-se que a capacidade de se construir textos bem elaborados e articulados é uma das possibilidades de se adquirir a ascensão no meio profissional, mais especificamente no meio acadêmico. Muitos são os autores, não só da área da Linguística, que buscam conhecer termos adequados e eficientes para a elaboração dos seus textos. Diante disso, gostaríamos de sugerir que os resultados encontrados nessa pesquisa sejam válidos tanto para os artigos científicos da área da Linguística quanto para outras áreas científicas, sendo, portanto, características do gênero **artigo científico**.

REFERÊNCIAS

ABREU, Antônio Suarez. **A arte de argumentar**: gerenciando razão e emoção. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

ALEXANDRESCU, S. Sur les modalités croire et savoir. **Langages**, Paris, v. 43, p. 19-27, 1976.

ALMEIDA, Lucimar de. **Análise semântica de operadores argumentativos em textos publicitários**. 2001. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de. **Conversação e conflito**: um estudo das estratégias discursivas em interações polêmicas. 1997. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

ARRUDA-FERNANDES, Vânia Maria Bernardes. **Pressuposição, argumentação, ideologia**: análise de textos publicitários. 1997. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria Semiótica do Texto**. São Paulo: Ática, 2007.

BENTES, Anna Christina. Linguística Textual. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina. **Introdução a linguística**: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001. v. 2, p. 245- 285.

BERNÁDEZ, E. **Introducción a la Linguística del Texto**. Madrid: Calpe, 1982.

CARDOSO, Solange Aparecida. **Caracterização/escolha, presença e comunhão no anúncio publicitário: uma análise linguístico-discursiva**. 2010. 229 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

CASTRO, Claudio de Moura. **Estrutura e apresentação de publicações científicas**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976.

CORACINI, Maria José. **Um Fazer Persuasivo: O discurso Subjetivo da Ciência**. São Paulo: Pontes, 1991.

DUCROT, Oswald. **Provar e dizer: leis lógicas e leis argumentativas**. São Paulo: Global, 1981. p. 167 – 228.

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore. G. Villaça. **Linguística textual: uma introdução**. São Paulo: Cortez, 1983.

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore. G. Contribuição a uma tipologia textual. **Letras e Letras**, Uberlândia, v. 3, n. 1, p. 3-10, jun. 1987.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite. Gramaticalização de construções com o verbo “parecer” no português brasileiro: de verbo pleno a satélite atitudinal. **Veredas**, Juiz de Fora, v. 8, n. 1, v. 2, p. 195-214, jan./dez. 2004.

GUIMARÃES, Eduardo R. J. **Modalidade e argumentação linguística**. 1979. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979, p. 7 – 62.

GUIMARÃES, Elisa. Modalização e discurso científico. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PRAGMÁTICA, 9., 2005, Trento. Trento: Universidad de Riva del Garda, 2005. Comunicação.

HALLIDAY, M. A. K; HASAN, R. **Cohesion in English**. London: LONGMAN, 1976.

ILARI, Rodolfo; Geraldi, João Wanderley. **Semântica**. São Paulo: Ática, 1985.

KOCH, Ingedore G. Villaça. Linguística Textual: um balanço e perspectivas. In: TRAVAGLIA, Luiz Carlos (Org.). **Encontro na Linguagem: estudos linguísticos e literários**. Uberlândia: EDUFU, 2006.

KOCH, Ingedore g. Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Cortez, 1997.

KOCH, Ingedore g. Villaça. **Argumentação e Linguagem**. São Paulo: Cortez, 1996.

KOCH, Ingedore g. Villaça. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 1989.

KOCH, Ingedore G. Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. Brasil: Atlas, 1982.

MARCUSCHI, L.A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MESQUITA, Elisete Maria de Carvalho. **A modalidade deôntica**: um estudo na língua escrita contemporânea no Brasil. 1999. 146 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1999.

MOITA-LOPES, Luiz Paulo. **Oficina de Linguística Aplicada**: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador. Velhas e novas retóricas: convergências e desdobramentos. In: MOSCA, Lineide do Lago Salvador (Org.). **Retóricas de ontem e de hoje**. São Paulo: Humanitas, 1999.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do Português**. São Paulo: UNESP, 2000.

PARREIRA, Mirian Silveira. **Um estudo do uso dos operadores argumentativos no gênero editorial de jornal**. 2006. 222 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

PLATÃO e FIORIN. **Lições de texto**: leitura e redação. São Paulo: Ática, 1996.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PERELMAN, Chaim. **Retóricas**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **O aspecto verbal no Português; a categoria e sua expressão**. Uberlândia: Edufu, 1981.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Das relações possíveis entre tipos na composição de gêneros. **Anais [do] 4º Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais (4º SIGET)**, Tubarão: UNISUL, 2007. p. 1297-1306.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. O relevo no português falado: tipos e estratégias, processos e recursos. In : NEVES, Maria Helena de Moura (Org.). **Gramática do português falado**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999, p. 77-130.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Um estudo textual-discursivo do verbo no Português do Brasil**. 1991. 195 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e Interação**. São Paulo: Cortez, 2006.

VAN DIJK, Teun A. **La ciência del texto: um enfoque interdisciplinario**. Buenos Aires/Barcelona: Paidós, 1983. p. 141- 173.

CORPUS

BORBA, Francisco S. A informação gramatical nos dicionários. **Alfa**, São Paulo, v. 51, n. 1, p. 137-149, 2007. Disponível em: <<http://www.alfa.ibilce.unesp.br/normas.php>>. Acesso em: 10 jun. 2009.

CORACINI, Maria José. Pós-modernidade e novas tecnologias no discurso do professor de língua. **Alfa**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 7-21, 2006.

FARAH, Adriane Gomes. Passarinho me contou: um canto polifônico. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 24, v. 2, p. 209-223, jul./dez. 2008.

FIORIN, José Luiz. Semiótica das paixões: o ressentimento. **Alfa**, São Paulo, v. 51, n. 1, p. 9-22, 2007. Disponível em: <<http://www.alfa.ibilce.unesp.br/normas.php>>. Acesso em: 10 jun. 2009.

GRAEFF, Telisa Furlanetto. Encadeamento argumentativo e encapsulamento anafórico. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 191-200, jun. 2007. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fale/ojs/index.php/fale>>. Acesso em: 30 out. 2009.

GRIGOLETTO, Marisa. Documentos de identidade: a construção da posição “sujeito-professor” nos livros didáticos de inglês. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 19, n. 1, p. 75-88, jan. / jun. 2003.

KOCH, Ingedore G. Villaça. Hipertexto e construção do sentido. **Alfa**, São Paulo, v. 51, n. 1, p. 23-28, 2007. Disponível em <<http://www.alfa.ibilce.unesp.br/normas.php>>. Acesso em: 7 ago. 2009.

MIRANDA, Cássio Eduardo Soares. Mídia e identidade: a construção do discurso amoroso em revistas femininas. **Letras & Letras**, v. 22, n. 2, p. 65-84, jul./dez. 2008. Disponível em <<http://www.letraseletras.ileel.ufu.br/>>. Acesso em: 21 out. 2009.

NEVES, Maria Helena de Moura. A gramática e suas interfaces. **Alfa**, São Paulo, v. 51, n. 1, p. 81-98, 2007.

PIOVEZANI, Carlos. Saussure e o discurso: O Curso de Linguística Geral lido pela análise do discurso. **Alfa**, São Paulo, v. 52, n 1, p. 7-20, 2008. Disponível em <<http://www.alfa.ibilce.unesp.br/normas.php>>. Acesso em: 13 jun. 2009.